

# 332 ANOS

# Aniversário de Curitiba terá comemoração em diversos locais

Festa acontece em parques e praças da cidade neste sábado

O aniversário de 332 anos de Curitiba terá uma programação especial repleta de atividades gratuitas neste sábado. Para comemorar, a Prefeitura preparou uma programação especial em quatro parques: Barigui (Bigorrião), Semeador (Sítio Cercado), Rio Bonito (Tatuquara) e Bacacheri.

No Parque Barigui a Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (Smelj) vai oferecer uma área de recreação e lazer. Das 10h30 às 17h30, brinquedos infláveis, cama elástica, tênis de

mesa, jogos gigantes e espaço kids estarão à disposição dos curitibinhas, ao lado do Salão de Atos. O Parque Barigui não receberá o Lazer no Parque no domingo.

Também como parte da agenda de festa, a Câmara Municipal, em parceria com a Prefeitura, promove uma festa com programação cultural, esportiva e de lazer gratuita. O evento será na praça Eufrásio Correia, das 10h às 17h.

O prefeito Eduardo Pimentel participará de uma ação de educação ambiental durante a festa. Ao lado dos vereadores e vereadoras, ele fará o plantio de mudas de árvores nativas na Praça Eufrásio Correia e na Avenida Visconde de Guarapuava.

Daniel Castellano/SMCS (arquiv



Festa nos parques, como o Barigui, e na Praça Eufrásio Correia

## PUBLICIDADE LEGAL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Online

zuk

**Credora Fiduciária: VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**  
**Fiduciários: SEBASTIÃO PIMENTEL e sua cónjuge JAKSCELAINE DOS SANTOS PIMENTEL**

**LOTE 01 - Descrição do imóvel: Casa 2 do Treviso Residencial, situada na Rua Etelvina da Luz de Barros, nº 321, Campo Comprido, Curitiba/PR. Área construída: 90,78m<sup>2</sup> e Área de terreno: 144,50m<sup>2</sup>. Imóvel objeto da matrícula nº 103.648 do Ofício de Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição de Curitiba/PR. Dispensa-se a descrição na íntegra do imóvel, nos termos do art. 2º da Lei 7.433/85 e Art. 3º do Decreto 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Observações: (i) Caberá ao arrematante, providenciar às suas expensas, toda e qualquer regularização física e documental do imóvel, perante os órgãos competentes, quando for o caso, tais como, Prefeitura e Oficial de Registro de Imóveis, independentemente da data da sua constituição, tais como regularização de cadastro de contribuinte perante a Prefeitura, regularização de numeração do prédio e/ou do logradouro, averbações de demolição/construção, unificações, desmembramentos, áreas totais, respondendo por quaisquer ônus, providências e eventuais tributos cobrados retroativamente pela Municipalidade. (ii) Imóvel ocupado. Desocupação pelo adquirente, nos termos do art. 30 e § único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: > 1º Leilão: 08/04/2025, às 10:30 h. Lance mínimo: R\$ 472.122,85. > 2º Leilão: 15/04/2025, às 10:30 h. Lance mínimo: R\$ 227.565,62.****

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeiro Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467**  
**contato@portalmazuk.com.br | PORTALZUK.com.br**

**Curitiba**

VIVA A CIDADE DAS NOSSAS VIDAS

**332 anos**

UMA CIDADE MODERNA, CHEIA DE HISTÓRIAS, INOVADORA E INTELIGENTE.

UM LUGAR QUE SEMPRE EVOLUI SEM NUNCA PERDER A ESSÊNCIA.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DO TURISMO

CONHEÇA, SINTA, SURPREENDA-SE.

ACESSE: [PR.GOV.BR/VIAJEPARANA](http://PR.GOV.BR/VIAJEPARANA)



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº 652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

A Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição" ou "Fomento Paraná") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o Estado do Paraná como acionista majoritário. A autorização para criação da Instituição foi dada pela Lei Estadual nº 11.741/1997, e o Banco Central do Brasil concedeu a autorização de funcionamento em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). O capital social autorizado é de quatro bilhões de reais.

É uma instituição financeira de desenvolvimento submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, buscando ampliar a base produtiva e promover a inovação no Paraná.

Financia projetos dos municípios paranaenses para a execução de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros. E concede crédito para empreendedores informais e empresas de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento de negócios em todas as regiões do estado.

A Fomento Paraná é gestora de fundos públicos estaduais de desenvolvimento, garantidores ou de aval e também participa como cotista de fundos de investimento em participação. Responde, ainda, pela gestão e cobrança da carteira de ativos do Estado do Paraná, oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná - Banestado e da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP.

### MISSÃO

"Promover o desenvolvimento sustentável através do apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense."

### VISÃO DE FUTURO

"Ser referência como instrumento financeiro no apoio ao desenvolvimento sustentável do Paraná."

### VALORES

"Ética, transparência, comprometimento, confiabilidade, cooperação e inovação."

### PRINCIPAIS INDICADORES DO PERÍODO

Início das atividades	08/11/1999
Capital Social Integralizado	R\$ 2.384,4 milhões
Ativo Total	R\$ 3.781,0 milhões
Carteira de Operações de Crédito	R\$ 1.772,7 milhões
Patrimônio Líquido	R\$ 2.757,5 milhões
Patrimônio de Referência	R\$ 678,1 milhões
Lucro Líquido	R\$ 198,5 milhões
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	7,63%
Índice de Basileia	54,85%
Desembolsos no ano	R\$ 758,8 milhões
Contratos no ano	9.959
Municípios atendidos no ano	334
Capital destacado SFM	R\$ 2.079,3 milhões
Recursos captados no ano	R\$ 233,0 milhões

### MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2024 mostrou-se excepcional para a Fomento Paraná em diversos aspectos. O volume de liberações de crédito superou as metas para o período em Operações do Setor Privado e em Operações do Setor Público, marcando novos recordes em recursos colocados na economia e ampliando a carteira de crédito significativamente.

Os indicadores de sustentabilidade financeira da instituição, como os índices de liquidez e de rentabilidade sobre o patrimônio líquido e a taxa de inadimplência sobre o capital livre superaram os objetivos estipulados.

Ampliamos a relevância das parcerias operacionais com novas turmas de agentes de crédito e de correspondentes capacitadas e integradas à Rede de Parceiros, ampliando a capilaridade da instituição e levando novas oportunidades de acesso ao crédito aos empreendedores paranaenses. O programa Paraná Recupera apresentou um impacto importante na elevação da carteira de crédito do Setor Privado. O programa agora a retomada de atividades econômicas de empreendedores e de municípios atingidos por eventos severos e que tem situação de emergência decretada e homologada pelo Estado.

No âmbito das Operações do Setor Público, destacamos a retomada do programa federal Pró-Transporte, com recursos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para contratação de uma operação consorciada com o Sistema de Financiamento aos Municípios, para melhoria da infraestrutura na região metropolitana da capital.

Foram captados novos recursos da Caixa Econômica Federal e do BNDES para operações de microcrédito e do FUNGETUR/Ministério do Turismo para o programa Fomento Turismo. Prosseguem os procedimentos legais com o Governo do Estado e a União para uma captação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para aplicação em operações do Setor Privado.

A Fomento Paraná reestruturou e colocou em operação a linha de crédito Fomento Taxistas apoiando a renovação de parte da frota de veículos utilizada por permissionários de concessões públicas para serviços de táxi.

O programa Banco da Mulher Paranaense segue com excelente performance e impacto no empreendedorismo feminino, beirando a marca de R\$ 230 milhões contratados desde 2019 e mais de 20,6 mil empreendedoras beneficiadas.

A Instituição começou a trabalhar na estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). O FIDC deve criar uma alternativa às condições de financiamento do Plano Safra e outros recursos destinados ao crédito rural, promovendo investimentos estratégicos para impulsionar ainda mais o agronegócio no Paraná. E seguimos trabalhando em um projeto para passar a atender microcrédito rural, com foco nas agriculturas familiares, ampliando o leque de setores atendidos pela nossa atividade. Com as tratativas legais e operacionais em fase de conclusão, a Administração estima que o Fundo entrará em atividade no primeiro semestre de 2025.

A Fomento Paraná permanece atuando de forma coordenada no Sistema Paranaense de Fomento, com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e a Invest Paraná. Da mesma forma funciona a parceria com a Secretaria das Cidades e o PARANACIDADE, no Sistema de Financiamento aos Municípios-SFM.

Reforçamos a importância e agradecemos o apoio do Governo do Estado, acionista controlador, em nossas estratégias, bem como destacamos as práticas adotadas no âmbito do planejamento estratégico e na governança da instituição, para melhoria permanente e alcance de nossos objetivos.

### ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Fomento Paraná atua alinhada ao Plano de Governo e às políticas públicas do Estado do Paraná para promover a geração de emprego e renda e impulsionar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

A instituição compõe o Sistema de Financiamento aos Municípios - SFM, em conjunto com a Secretaria das Cidades e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, para financiar projetos de desenvolvimento urbano para os municípios. E atua de forma coordenada com o BRDE e a Invest Paraná, no Sistema Paranaense de Fomento.

No setor privado, a instituição opera principalmente por meio de um modelo de parcerias com prefeituras municipais, associações comerciais e sociedades empresariais, que intermediam operações com agentes de crédito ou correspondentes.

A Fomento Paraná é responsável pela gestão operacional e financeira de fundos públicos de desenvolvimento, fundos garantidores ou de aval e é cotista de fundos de investimento e participação (FIPs) estruturados para apoiar empreendimentos inovadores.

A instituição mantém critérios rigorosos de governança corporativa para assegurar uma eficaz gestão administrativa e de negócios, sempre preocupada em oferecer crédito responsável, de modo a apoiar positivamente os clientes, manter a qualidade da carteira de clientes e a sustentabilidade da empresa.

### PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

A Fomento Paraná atua com ênfase no apoio aos pequenos negócios e em projetos para melhoria da infraestrutura urbana para municípios de qualquer porte.

Os financiamentos podem ser feitos com recursos próprios ou por meio de repasses de organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de Desenvolvimento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Caixa Econômica Federal - CEF, Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, do Ministério do Turismo, CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e do Programa Pró-Transporte/FGTS.

### OPERAÇÕES DO SETOR PÚBLICO

A carteira de Operações do Setor Público corresponde a 66,5% da carteira total e fechou o exercício somando R\$ 1.178 milhões, referentes a 669 contratos com 290 municípios. Mais de 99% dessas operações são referentes ao Sistema de Financiamento aos Municípios - SFM, efetuadas com recursos integralizados ao capital e destacados junto ao Banco Central, que somam 2.079,3 milhões.

As operações financiam projetos e obras de melhoria da infraestrutura urbana e mobilidade, principalmente a pavimentação de vias urbanas. Também são financiáveis a aquisição de equipamentos rodoviários, a construção de escolas, postos de saúde, ciclovias, aquisição de áreas para parques industriais, aeroportos, centros de convivência, centros culturais, ginásios de esportes, parques, praças, sistemas de abastecimento e gerenciamento de resíduos, melhoria da eficiência energética, uso de energias alternativas, infraestrutura tecnológica, projetos de engenharia e outros.

De janeiro a dezembro de 2024 foram contratadas 93 novas operações para atender 55 municípios por meio de contratos que somam R\$ 440,1 milhões.

As liberações de recursos dessa carteira somaram R\$ 471,2 milhões no ano, referentes a 309 contratos com 198 municípios.

### OPERAÇÕES DO SETOR PRIVADO

As operações do Setor Privado atualmente correspondem 33,5% da carteira de crédito total da instituição, somando R\$ 594,4 milhões, referentes a 35.443 clientes ativos na data de 31/12/2024. As operações de microcrédito representam 30,6% da carteira do Setor Privado atualmente.

### Microcrédito

O Programa de Microcrédito da Fomento Paraná foi iniciado em 2000. Funciona por meio

de parcerias com os municípios, formando uma rede de agentes de crédito que atendem empreendedores informais, MEIs e microempresas com recursos para iniciar, manter ou ampliar as atividades econômicas. Em dezembro de 2024 a rede de agentes contava com 338 municípios conveniados.

O programa usa recursos próprios ou captados de instituições como BNDES, Caixa Econômica Federal e CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina. As taxas de juros são equalizadas com subsídios do Governo do Estado, por meio do Fundo de Equalização do Microcrédito (de 5,0 p.p a 7,0 p.p) e pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico no âmbito do Programa Paraná Recupera.

O microcrédito é limitado a até R\$ 10 mil para pessoa física e até R\$ 20 mil para pessoa jurídica com faturamento anual de até R\$ 360 mil.

De janeiro a dezembro foram liberados R\$ 93,4 milhões em 8.632 operações de microcrédito atendendo empreendedores de 318 municípios.

### Empreendimentos de Micro, Pequeno e Médio Porte

A Fomento Paraná também financia empreendimentos de micro, pequeno e médio porte, com valores acima de R\$ 20 mil, até R\$ 22 milhões, por projeto de investimento, que envolva inovação tecnológica, aquisição de bens e capital de giro puro ou associado. Os recursos podem ser próprios ou de repasse de organismos e instituições financeiras de desenvolvimento como BNDES, FINEP e FUNGETUR.

O atendimento é feito por intermédio da rede de parceiros correspondentes, ou diretamente na sede da empresa, em Curitiba, bem como por meio da plataforma digital, no portal institucional www.fomento.pr.gov.br. Em 31 de dezembro havia 2024 entidades ou empresas credenciadas como correspondentes.

De janeiro a dezembro foram liberadas 1.263 operações neste segmento, totalizando R\$ 194,2 milhões.

### GESTÃO DE FUNDOS

Por determinação legal, a Fomento Paraná atua também na gestão operacional e financeira de diversos fundos públicos.

#### Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE)

O Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, instituído pela Lei Estadual nº 5.515/1967, é o principal fundo gerenciado pela Fomento Paraná, conforme a Lei Estadual nº 11.741/1997. O FDE é destinado a fornecer apoio financeiro aos setores público e privado, por meio de operações especiais de crédito, de participações societárias e subvenções para redução de taxas de juros em programas e linhas de crédito, para estimular o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

A carteira ativa de clientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico gerenciada pela Fomento Paraná encerrou o exercício de 2024 com 12.646 clientes.

Os recursos do FDE são usados nos seguintes programas de governo:

#### • Seguro Rural

O FDE subvenciona o Prêmio do Seguro Rural de 29 culturas agrícolas do Programa de Seguro Rural para a Agricultura Familiar, gerenciado pela SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. A subvenção é limitada a 20% do valor do prêmio total, não excedendo o limite de R\$ 4.400,00, por cultura ou espécies animais por CPF e de R\$ 8.800,00 por ano civil por CPF. As subvenções decorrentes do Programa de Subvenção ao Seguro Rural durante o ano de 2024 acumularam um total de R\$ 4,0 milhões, referentes a 1.593 apólices.

#### • Equalização

O FDE é fonte de recursos para redução de taxas de juros (subvenção econômica) em vários programas e linhas de financiamento:

- o Redução de 7,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco da Mulher Paranaense;
- o Redução de 5,0 pontos percentuais ao ano, em operações de até R\$ 500 mil, nas linhas de investimento do programa Banco do Empreendedor;
- o Redução de juros em operações do Setor Privado, em operações de até R\$ 500 mil, pelo programa Paraná Recupera, para empreendimentos de municípios em situação de emergência homologada pelo Estado;
- o Redução de juros em operações do Setor Público, nas linhas do Sistema de Financiamento aos Municípios, pelo programa Paraná Recupera;
- o Redução de taxas do SFM em financiamentos para municípios com IPDM abaixo de 0,7, para aplicações específicas, como implantação de barracões industriais e comerciais; instalação de coworkings; equipamentos para feiras livres; usinas fotovoltaicas; entre outros objetos; e
- o Subsídio das taxas de juros no programa Paraná Mais Emprego - Banco do Agricultor Paranaense nas operações de crédito rural contratadas pelas instituições financeiras conveniadas.

#### • Banco do Agricultor Paranaense

O Programa Paraná Mais Emprego na versão rural, denominada Banco do Agricultor Paranaense, foi lançado em abril de 2021, e tem como objetivo subsidiar as taxas de juros nas operações de crédito rural contratadas por instituições financeiras conveniadas.

São atendidos com a subvenção econômica principalmente agricultores que acessam o PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar; produtores rurais; agroindústrias familiares; cooperativas da agricultura familiar; cooperativas de produção; e projetos que utilizem fontes renováveis de geração de energia; e projetos de irrigação por qualquer sistema, modalidade ou método.

Desde o lançamento foram destacados pelo FDE R\$ 356,8 milhões, para equalização de juros das operações contratadas pelos agricultores perante as instituições financeiras conveniadas - Banco do Brasil, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e as cooperativas de crédito Cresol Bancer, Sicredi e Sicoob. Os valores são desembolsados ao longo dos exercícios subsequentes ao financiamento.

Considerando-se o ano 2024, foram atendidos por meio deste programa 2.360 empreendimentos rurais com a liberação de aproximadamente R\$ 246,1 milhões em financiamentos, para os quais foram comprometidos R\$ 59,0 milhões em recursos do FDE para as respectivas subvenções de taxas de juros ao longo do tempo de amortização dos contratos.

#### • Destaques de Recursos

Para os demais programas geridos pela Fomento Paraná e albergados pela legislação pertinente, de janeiro a dezembro de 2024 o FDE destacou os seguintes:

#### a) valores para subvenções de taxas:

Programa Paraná Recupera Emergencial	R\$ 70,0 milhões
Seguro Rural 2025	R\$ 12,0 milhões
Linha Fomento Taxistas	R\$ 5,0 milhões

#### b) valores para operações de crédito com recursos do Fundo:

Linha CEASA	R\$ 20,0 milhões
-------------	------------------

#### c) valores para aportes em outras empresas:

Aporte FERROESTE	R\$ 7,0 milhões
------------------	-----------------

#### Fundo de Aval Rural (FAR)

A Fomento Paraná é gestora do Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná - FAR, instituído pela Lei Estadual nº 14.431/2004. O FAR pora recursos para garantir a redução do risco nas operações contratadas por agricultores beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, junto à rede bancária conveniada.

Esse fundo foi paralisado e está sendo remodelado. A alteração da lei que institui o programa foi aprovada pela Assembleia Legislativa, por meio da Lei Estadual nº 22.136, de 9 de setembro de 2024. A alteração do Decreto nº 3.928, de 29 de novembro de 2004, que regulamenta o programa, está tramitando pelos órgãos do Governo do Estado, para que o FAR possa voltar a ser utilizado como garantia em operações de crédito.

Reformulado, o Fundo deverá atender agricultores familiares que não possuem garantias suficientes para apresentar aos agentes financeiros, bem como as associações e cooperativas que reúnem os agricultores enquadrados no PRONAF. A atualização deverá permitir também a associação do FAR como opção de garantia em uma nova linha de microcrédito rural em estruturação na Fomento Paraná.

#### Fundo de Equalização do Microcrédito (FEM)

O Fundo de Equalização do Microcrédito - FEM, instituído pela Lei Estadual nº 16.357/2009, subsidia o pagamento de juros aos tomadores de crédito nas operações de microcrédito contratadas pela Fomento Paraná.

O FEM proporciona a redução de 5,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros em operações de microcrédito do programa Banco do Empreendedor e uma redução de 7,0 pontos percentuais ao ano nas taxas de juros das operações de microcrédito do programa Banco da Mulher Paranaense.

No ano de 2024 foram repassados à Fomento Paraná R\$ 6,6 milhões a título de equalização da taxa de juros em operações de crédito desse segmento. O valor repassado é referente a 28.553 contratos de microcrédito que tiveram a parcela mensal liquidada em dia, condição para obtenção do desconto pelo mutuário.

#### Fundo de Aval Garantidor (FAG/PR)

A Fomento Paraná é a gestora do Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - FAG/PR, instituído por meio da Lei Estadual nº 19.478/2018. O FAG - PR disponibiliza recursos para garantias na concessão de aval às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a Lei Complementar Estadual nº 163/2013.

As outorgas de garantias do FAG/PR podem ser prestadas em operações de crédito com recursos próprios ou repasses de instituições oficiais de crédito.

As garantias emitidas pelo FAG/PR de janeiro a dezembro de 2024 somaram R\$ 7,4 milhões, que são referentes a R\$ 9,9 milhões em operações contratadas pelas instituições conveniadas, Fomento Paraná e BRDE.

Durante o ano de 2024 o FAG/PR realizou o pagamento de R\$ 1,8 milhão à FOMENTO PARANÁ a título de honras de avais dos contratos que o Fundo figura como garantidor.

Está em discussão a ampliação dos produtos que podem ter garantia do FAG beneficiando ainda mais as micro e pequenas empresas.

#### Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FIME/PR)

A Fomento Paraná é a gestora do Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná - FIME/PR, instituído pela Lei Estadual nº 19.480/2018. O FIME/PR entrou em funcionamento em junho de 2023 e tem a finalidade de financiar ou subsidiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em microempresas ou empresas de pequeno porte estabelecidas no Paraná.

Constituído com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e de receitas do programa Paraná Competitivo, o FIME/PR recebeu um aporte inicial de R\$ 3,6 milhões, valor que permite equalizar os juros de até R\$ 10,0 milhões em operações de crédito contratadas junto a Fomento Paraná.

Em 2024, o FIME/PR fez um repasse de recursos no valor de R\$ 139 à Fomento Paraná, por conta da subvenção econômica e equalização das taxas de juros em parcelas liquidadas de operações das linhas de crédito com recursos da FINEP no período.

Está sendo discutida com Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital a

criação de uma nova linha de crédito a ser estruturada no âmbito do Fundo para ampliação da sua atuação.

#### Fundo Garantidor de PPPs (FGP/PR)

O Fundo Garantidor de PPPs - FGP/PR foi criado para prestar garantias ao setor privado no cumprimento de obrigações do poder público em contratos de PPPs, conforme a Lei Estadual nº 17.046/2012, que definiu a Fomento Paraná como gestora. O Fundo foi paralisado em novembro de 2023 e estão sendo realizadas discussões com a Unidade Gestora de Parcerias - UGP/PR, da Secretaria de Estado do Planejamento, visando a rediscussão do modelo de Fundo e a expectativa de utilização desse modelo de garantias em projetos de PPP em estudo ou em desenvolvimento pelo Estado.

#### Fundos em Estruturação

A Fomento Paraná foi designada como gestora e está estruturando novos fundos criados pelo Governo do Estado para apoiar o fortalecimento das micro e pequenas empresas: Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - FCR/PR e o Fundo para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura do Programa de Parcerias do Paraná ou de desestatização - FUNPAR.

### FUNDOS INVESTIDOS

#### Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)

A Fomento Paraná é cotista do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI BNDES. O fundo é usado como alternativa de garantia, ou garantia complementar, em operações de financiamento com recursos do BNDES (BNDES Finame e BNDES Automático); da FINEP; do FUNGETUR ou mesmo próprios, para projetos de empresas de micro, pequeno e médio porte. Em 31 de dezembro de 2024, a Fomento Paraná contava com um limite de R\$ 31,0 milhões de margem para operações de crédito com esse tipo de garantia no âmbito do FGI.

#### Fundos de Investimento em Participação (FIP)

A Fomento Paraná é cotista de três fundos de investimento em participação: Criatec3, Sul Inovação e VC4, estruturados respectivamente pelo BNDES, FINEP e Trivella M3 Investimentos. Parte dos recursos dos fundos deve ser alocada em empreendimentos sediados no Paraná, em valor no mínimo equivalente aos aportes da Fomento Paraná.

A instituição já integralizou R\$ 9,2 milhões de um valor total subscrito para estes três fundos que soma R\$ 9,5 milhões.

O Fundo Sul Inovação e o Criatec3, já realizaram o desinvestimento em seis empresas, gerando um retorno de R\$ 2,7 milhões para a Fomento Paraná.

#### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC)

No primeiro semestre de 2024, o Governo Estadual fez um aporte para aumento de capital na Fomento Paraná, no valor de R\$ 150 milhões, com o objetivo de estruturar um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, destinado a apoiar investimentos na Cadeia Produtiva do Agronegócio no Estado do Paraná.

A Fomento Paraná publicou um Edital de Chamada Pública para selecionar um gestor com experiência na modalidade de FIDC-FIAGRO, tendo sido constituída uma Comissão Especial Multissetorial, com indicações da Fomento Paraná, Invest Paraná, SEAB e PGE, para a elaboração do edital, recepção e análise das propostas, em dezembro, foi avaliado pelas instâncias de governança da empresa o relatório de seleção do gestor que será responsável pela elaboração dos instrumentos normativos do fundo, assim como o registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Fomento Paraná irá figurar como cotista sênior do fundo, tendo direito a decidir sobre a Política de Investimentos do Fundo, tendo por base as estratégias do Estado para o setor, assim como receber os rendimentos pré-estabelecidos.

Ainda no mês de dezembro o Governo do Estado, realizou um novo aporte de capital na Fomento Paraná, no valor de R\$ 200 milhões para a utilização na mesma iniciativa, e o processo de aumento de capital foi realizado em janeiro de 2025, com homologação pelo BACEN em fevereiro de 2025.

### GESTÃO DE COBRANÇA

#### Cobrança de Ativos e Bens

A Fomento Paraná é responsável pela cobrança da carteira de contratos e bens pertencentes ao Estado do Paraná, denominados "Ativos do Estado", originários da carteira de desenvolvimento do Banco do Estado do Paraná S.A., desde março de 2001.

O montante recuperado relativo à carteira dos Ativos do Estado registrado no exercício de 2024 foi de R\$ 50 milhões.

A Lei Estadual nº 20.743/2021, transferiu também para a Fomento Paraná a gestão e administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP, que passaram a ser de titularidade do Estado do Paraná conforme a Lei Estadual nº 18.929/2016.

O montante recuperado no exercício de 2024 relativo à carteira de ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do BADEP foi de R\$ 290.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

#### Carteira de Crédito

A carteira de crédito total da Fomento Paraná encerrou o ano de 2024 com saldo de R\$ 1.772,7 milhões, com crescimento de 12,5% em comparação a junho de 2024, e de 22,9% em relação ao fechamento do exercício de 2023.

A carteira de Operações do Setor Público representa 66,5% do total de créditos em dezembro de 2024, somando R\$ 1.178,2 milhões. Esse valor equivale a um acréscimo de 23,7% em relação a dezembro de 2023. Há um estoque de contratos ainda não liberados no âmbito do Sistema de Financiamento aos Municípios que soma R\$ 768,1 milhões, representando um potencial de carteira de até R\$ 1.946,43 milhões.

A carteira de Operações do Setor Privado atualmente representa 33,5% da carteira de crédito total, somando R\$ 594,4 milhões em dezembro de 2024. A expansão dessa carteira foi de 10,5% nos últimos seis meses e de 21,3% nos últimos 12 meses.

A carteira de operações de microcrédito totalizou em dezembro de 2024, R\$ 182,2 milhões, valor que representa 30,6% da carteira do setor privado.

#### Fontes de Recursos

As operações de crédito são realizadas com recursos próprios (capital livre ou integralizado ao capital social e destacado junto ao Banco Central) e com recursos captados por meio de repasses de instituições oficiais no país e no exterior, para as quais a Fomento Paraná atua como agente financeiro: BNDES; FINEP; CEF; FUNGETUR/Ministério do Turismo; BRDE CAF e FGTS/Ministério dos Transportes.

No ano de 2024 foram captados R\$ 233,0 milhões em repasses, valor 5,0% superior ao volume captado no exercício 2023, que somaram R\$ 221,9 milhões.

#### Desembolsos

Os desembolsos de recursos, entre próprios e captados pela Fomento Paraná no exercício de 2024, somaram R\$ 758,8 milhões. Destes total, R\$ 287,5 milhões (37,9%) foram destinados para crédito no Setor Privado, principalmente para operações da linha Fomento Giro Fácil, por meio do programa Paraná Recupera e para a linha de microcrédito, que somou R\$ 93,5 milhões liberados.

No Setor Público foram liberados R\$ 471,2 milhões, o que representa 62,1% do total desembolsado no exercício.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Lucro Líquido

O lucro líquido da Fomento Paraná no exercício de 2024 chegou a R\$ 198,5 milhões. O valor representa um crescimento de



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Continuação

### DESTAQUES DO PERÍODO

- A Fomento Paraná liberou R\$ 287,7 milhões em crédito para apoiar empreendedores privados de micro, pequeno e médio porte, por meio das diversas linhas de crédito operadas pela instituição, atendendo 9.933 empreendimentos no ano. O valor supera em 37,3% o total liberado para o Setor Privado em todo o ano de 2023, que somou R\$ 209,4 milhões.
- No microcrédito, principal produto da instituição em volume de atendimentos, foram 8.632 operações liberadas para atender empreendedores informais, MEIs e microempresas, totalizando R\$ 93,4 milhões.
- O destaque do ano foi o Paraná Recupera, programa criado a partir da Lei Estadual nº 20.164/2020 que oferece linhas de capital de giro com taxa de juros fixa, subsidiada pelo Governo do Estado, por meio do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, para auxiliar a retomada de atividades econômicas diante de situações de emergência nos municípios. Foram liberadas 3.181 operações, para 3.171 empreendimentos de 63 municípios, totalizando R\$ 151,3 milhões.
- O programa Banco da Mulher Paranaense atendeu 3.559 empreendimentos liderados por mulheres, que somaram R\$ 37 em novos contratos.
- O número total de clientes na carteira ativa da Fomento Paraná no Setor Privado atualmente soma 35.443 empreendedores ou empreendimentos de diferentes portes, compondo uma carteira de R\$ 594,4 milhões.
- 98,6% das liberações de crédito da Fomento Paraná para empreendimentos privados em 2024 são orientadas à promoção dos ODS — Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.
- A Fomento Paraná reabriu a linha de crédito para renovação da frota de táxi. A linha Fomento Taxistas tem taxa de juros subsidiada pelo Governo do Estado e permite financiar até 80% do valor

- de um veículo novo, limitado a R\$ 80 mil, para pessoas físicas titulares de autorização, permissão ou concessão do poder público para prestação de serviços de táxi. Podem ser financiados veículos novos, de passageiros ou de uso misto, movidos a combustão e sistemas híbridos ou elétricos. O crédito pode ser usado para conversão de motores para uso de Gás Natural Veicular (GNV) e para adaptação para transporte de pessoas com deficiência.
- A Fomento Paraná lançou uma chamada pública para contratar um gestor para constituição de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), criado com base na Lei Federal nº 14.130/2021. O objetivo é fomentar investimentos voltados à modernização tecnológica, aumento da capacidade de produção, melhorias na infraestrutura logística de armazenagem e promoção da sustentabilidade no agronegócio paranaense. A iniciativa deve ser uma alternativa às condições de financiamento do Plano Safra, além de outros recursos para o crédito rural no estado.
- A Fomento Paraná capacitou doze novas turmas de agentes de crédito e correspondentes para a Rede de Parceiros, que chegou ao fim do ano com presença em 338 municípios.
- A rede reúne 450 agentes de crédito atuando em Agências do Trabalhador, Salas do Empreendedor e outras estruturas dos municípios, e 208 correspondentes em associações comerciais e empresariais, sindicatos patronais e sociedades empresariais especializadas.
- Entre solicitações cadastradas pela Rede de Parceiros ou recebidas on-line e presencialmente na sede, a Instituição recebeu, analisou e processou em torno de 40 mil solicitações de crédito ao longo do ano.
- As equipes de analistas e assistentes de Mercado percorreram mais de 20 mil quilômetros, participando de eventos em mais de 100 municípios, entre caravanas de crédito e outros eventos

- apoiados pela Fomento Paraná.
- No âmbito do Setor Público, o Sistema de Financiamento aos Municípios, executado em parceria entre Fomento Paraná, Secretaria das Cidades e Paranaidade, bateu um novo recorde com R\$ 440,1 milhões em novos contratos. Foram 93 operações para obras de melhoria da infraestrutura urbana e aquisições de equipamentos em atendimento a 74 municípios. As liberações de crédito neste segmento também foram recorde para um único exercício. Somaram R\$ 471,2 milhões, beneficiando 194 municípios.
- A carteira ativa no Setor Público fechou o exercício somando R\$ 1.178 milhões, referentes a 669 contratos com 290 municípios.
- A Fomento Paraná realizou mais uma edição do Encontro Estadual de Agentes de Crédito, em parceria com o Sebrae/PR e entregou o Prêmio Estadual de Microcrédito, em reconhecimento aos municípios com melhor desempenho em operações de microcrédito, gestão da carteira e relacionamento com a instituição. O prêmio tem seis categorias, divididas por porte populacional. Foz do Iguaçu foi o município vencedor do 1º lugar geral.
- A Fomento Paraná recebeu uma nova edição de um estudo do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) que analisou o impacto dos financiamentos liberados pela instituição em 2023. Foram R\$ 558,2 milhões, entre operações públicas e privadas, que resultaram em um aumento de R\$ 638 milhões do PIB do Paraná, sendo R\$ 372 milhões em impactos diretos e indiretos e R\$ 266 milhões relativos ao efeito-renda. Entre outros impactos, o estudo indicou que foram criadas 10.815 ocupações, com 6.898 postos de trabalho produzidos pelos impactos diretos e indiretos e 3.917 vagas derivadas do efeito-renda do crédito colocado na economia paranaense pela instituição.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31/12/2024		31/12/2023		Passivo	Nota	31/12/2024		31/12/2023	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
<b>Circulante</b>		<b>2.453.617</b>	<b>1.985.791</b>			<b>Circulante</b>		<b>605.154</b>	<b>257.744</b>		
<b>Disponibilidades</b>	3b e 4	<b>225</b>	<b>291</b>			<b>Passivos financeiros</b>		<b>192.293</b>	<b>157.141</b>		
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>2.441.347</b>	<b>1.938.889</b>			Obrigações por repasses do país	3c e 9a	174.295	129.384		
Títulos e valores mobiliários	3c, 4 e 5	1.916.658	1.515.668			Empréstimos do exterior	3c e 9b	8.778	9.198		
Operações de crédito	3c e 6	551.952	451.160			Outros passivos financeiros	3c e 9c	9.220	18.559		
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3c e 6	(27.263)	(27.939)			<b>Obrigações fiscais correntes</b>	<b>3g, 10 e 15</b>	<b>5.779</b>	<b>14.262</b>		
<b>Outros ativos</b>	3h e 7	<b>12.045</b>	<b>46.611</b>			<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>3g, 10 e 15</b>	<b>6.624</b>	<b>-</b>		
<b>Não circulante</b>		<b>1.327.350</b>	<b>1.059.170</b>			<b>Provisões</b>	<b>3j e 11</b>	<b>14.020</b>	<b>2.117</b>		
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>1.257.056</b>	<b>1.020.126</b>			<b>Outros passivos</b>	<b>3j e 12</b>	<b>386.438</b>	<b>84.224</b>		
Títulos e valores mobiliários	3c, 4 e 5	70.511	65.159			<b>Não circulante</b>		<b>418.234</b>	<b>338.999</b>		
Operações de crédito	3c e 6	1.220.717	991.504			<b>Passivos financeiros</b>		<b>388.333</b>	<b>333.135</b>		
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3c e 6	(34.172)	(36.537)			Operações por repasses do país	3c e 9a	372.770	309.790		
<b>Outros ativos</b>	3h e 7	<b>31.384</b>	<b>1.827</b>			Empréstimos do exterior	3c e 9b	15.563	23.345		
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	3g e 15	<b>38.181</b>	<b>36.919</b>			<b>Outros passivos</b>	<b>3j e 12</b>	<b>29.901</b>	<b>-</b>		
<b>Investimentos</b>		<b>2</b>	<b>2</b>			<b>Obrigações fiscais diferidas</b>	<b>3g, 10 e 15</b>	<b>-</b>	<b>5.864</b>		
<b>Imobilizado e uso</b>	3e e 8a	<b>2.245</b>	<b>1.813</b>			<b>Total do passivo circulante e não circulante</b>		<b>1.023.388</b>	<b>596.743</b>		
<b>Intangível</b>	3e e 8b	<b>518</b>	<b>355</b>			<b>Patrimônio líquido</b>	13	<b>2.757.579</b>	<b>2.448.218</b>		
<b>Depreciação e amortização</b>		<b>(2.036)</b>	<b>(1.872)</b>			Capital social		2.384.470	1.976.121		
(-) Imobilizado	3e e 8a	(1.646)	(1.545)			Reservas de capital		9	9		
(-) Intangível	3e e 8b	(390)	(327)			Reservas de lucros		373.100	472.090		
<b>Total do ativo</b>		<b>3.780.967</b>	<b>3.044.961</b>			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.780.967</b>	<b>3.044.961</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição" ou "Fomento Paraná"), é uma instituição financeira de capital fechado, situada na Rua Comendador Araújo, 652 - Batel, em Curitiba - PR, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, conforme Lei Estadual n.º 11.741/1997 e alterações posteriores. É regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN n.º 2.828/2001 e respectivas alterações e demais normas que regulamentam as Agências de Fomento.

Constitui objeto da Instituição, apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, mediante operações de empréstimos e financiamentos, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma Agência de Fomento. Figura também no objeto social a prestação de garantias, prestação de serviços de consultoria, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos, inclusive os de desenvolvimento, financiamento e investimento do Estado e, ainda, participar de empreendimentos públicos e privados.

### NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo BACEN.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras, após apreciação da Diretoria, Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 25 de março de 2025.

**b) Novas normas emitidas com vigência futura**

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis à Instituição, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

**I. Resolução CMN n.º 4.966/2021 e correlatas**

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, com as atualizações trazidas pela Resolução CMN n.º 5.100/2023 e demais normativos vinculados, estabelece a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e designação e reconhecimento contábil da contabilidade de hedge.

A aplicação dessas normas busca a convergência dos critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

As principais mudanças trazidas referem-se:

**a. Classificação de instrumentos financeiros**

O critério de classificação dos ativos financeiros dependerá, tanto do modelo de negócio adotado pela Administração para a sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se estes atendem ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPP). A partir dessa definição, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias:

i. Custo Amortizado ("CA"): aplicável quando os ativos financeiros são geridos para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

ii. Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): aplicável quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda;

iii. Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): aplicável quando a intenção for de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados.

No que tange aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual, portanto, sendo classificados como custo amortizado ou valor justo no resultado.

O modelo de negócio da Fomento Paraná, aprovado pela Administração, resultou nas seguintes classificações para os Instrumentos Financeiros:

i. Operações de Crédito: classificadas ao custo amortizado, e serão reconhecidas contabilmente com base no método da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ"), que considera custos e receitas adicionais à operação no momento da sua origemação ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será equalizado ao valor contábil bruto do ativo. No entanto, as operações de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência.

ii. As cotas de fundo de investimentos, detidas pela Instituição, serão classificadas como valor justo no resultado (VJR), com exceção das cotas de Fundos de Participações (FIPs), que foram designados a Valor Justos em Outros Resultados Abrangentes (VJORA), computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida adequada conta de outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

iii. As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) detidas pela Instituição, são utilizadas para fins da manutenção de Fundo de Liquidez, em cumprimento ao art. 6º da Resolução CMN 2.828/2001, e, portanto, mantidas para receber os fluxos de caixa contratuais, e foram classificadas no Custo Amortizado (CA), não sendo identificável, custos de transação elegíveis para reconhecimento da Taxa Efetiva de Juros ("TEJ").

**b. Reconhecimento da provisão com base na perda esperada**

A Resolução CMN n.º 4.966/2021 institui um novo conceito para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. De acordo com a classificação no segmento prudencial, as instituições financeiras devem adotar a metodologia completa ou simplificada para avaliar perdas. A Fomento Paraná (Segmento S4) deve aplicar a metodologia simplificada.

Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição. Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas, devem ser consideradas:

i. Provisão para perdas incorridas (operações inadimplidas): Calculadas conforme definido no art. 76 da Resolução BCB n.º 352/2023, para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), de acordo com as faixas de atrasos em percentuais definido no Anexo I, da referida Resolução. Nos casos de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a partir da data da decretação da falência, a provisão deve representar 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.

ii. Provisão adicional para perdas esperadas: Constituídas de acordo com tipo de carteira e percentuais definidos no Anexo II, da Resolução BCB n.º 352/2023, para ativos não caracterizados como problemáticos, e, também, aplicação dos incisos II e III, do § 1º do art. 78, para ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidas (atraso menor que 90 dias) e operações inadimplidas (atraso superior a 90 dias).

iii. Provisão para perda esperada (modelo interno): Em atendimento aos arts. 50 e 51 da Resolução CMN n.º 4.966/2021, a instituição definiu modelo interno de provisionamento, aplicável a toda operação de crédito, em seu ingresso na Fomento Paraná, que seguirá até a liquidação do contrato, atingindo inclusive os saldos de contratos a liberar. Esse modelo, estabelece percentuais de provisão que podem variar em função do Rating do cliente, da Linha de crédito ou mesmo da característica da operação, o modelo é descrito detalhadamente na Política de Provisionamento da Instituição.

**c. Definição de ativo problemático e "Stop Accrual"**

A nova norma, estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou quando houver indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Estabelece ainda, a vedação do reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento denominado como "Stop Accrual".

**d. Taxa de Juros Efetiva da Operação (TJEO)**

Com a adoção da norma, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão reconhecidos contabilmente com base no método da Taxa de Juros

Continua

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucro			Lucros acumulados		Total
		Realizado	Aumento de capital		Legal	Estatutária	Especial	2024	2023	
<b>Saldos em 31/12/2022</b>		<b>1.783.073</b>	<b>60.000</b>	<b>6</b>	<b>84.203</b>	<b>227.260</b>	<b>109.255</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.263.797</b>
Aumento de capital	13b	-	133.048	1	-	-	(109.255)	-	-	23.794
Incorporação ao capital homologado BACEN	13b	193.048	(193.048)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	193.433	193.433	-
Destinações										
Reservas	13c	-	-	-	9.672	28.030	-	(37.702)	-	-
Juros sobre o capital próprio	3k e 13c	-	-	-	-	-	122.925	(155.731)	(32.806)	-
<b>Saldos em 31/12/2023</b>		<b>1.976.121</b>	<b>(60.000)</b>	<b>7</b>	<b>93.875</b>	<b>255.290</b>	<b>122.925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.448.218</b>
<b>Mutações no exercício</b>		<b>193.048</b>	<b>(60.000)</b>	<b>1</b>	<b>9.672</b>	<b>28.030</b>	<b>13.670</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>184.421</b>
<b>Saldos em 31/12/2023</b>		<b>1.976.121</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>93.875</b>	<b>255.290</b>	<b>122.925</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.448.218</b>
Aumento de capital em espécie	13b	258.238	-	1	-	-	-	-	-	258.239
Capitalização de Juros sobre o capital próprio - 2023	13b	150.111	-	1	-	(122.925)	-	-	-	27.187
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	198.518	198.518	-
Destinações										
Reservas	13c	-	-	-	9.926	14.010	-	(23.936)	-	-
Juros sobre o capital próprio	3k e 13c	-	-	-	-	-	-	(174.582)	(174.582)	-
<b>Saldos em 31/12/2024</b>		<b>2.384.470</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>103.801</b>	<b>269.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.757.580</b>
<b>Mutações no exercício</b>		<b>408.349</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>9.926</b>	<b>14.010</b>	<b>(122.925)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>309.362</b>
<b>Saldos em 30/06/2024</b>		<b>2.219.782</b>	<b>154.085</b>	<b>8</b>	<b>98.556</b>	<b>264.156</b>	<b>64.759</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.801.346</b>
Aumento de capital em espécie		10.603	-	1	-	-	-	-	-	10.604
Incorporação ao capital homologado BACEN	13b	154.085	(154.085)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	104.897	104.897	-
Destinações										
Reservas	13c	-	-	-	5.245	5.144	-	(10.389)	-	-
Juros sobre o capital próprio	3k e 13c	-	-	-	-	-	-	(94.508)	(94.508)	-
Transferência de JCP adicionais 1º semestre de 2024 para passivo		-	-	-	-	-	(64.759)	-	(64.759)	-
<b>Saldos em 31/12/2024</b>		<b>2.384.470</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>103.801</b>	<b>269.300</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.757.580</b>
<b>Mutações no semestre</b>		<b>164.688</b>	<b>154.085</b>	<b>1</b>	<b>5.245</b>	<b>5.144</b>	<b>(64.759)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(43.766)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º Semestre</	
--	------	---------------	--



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atividade da Operação (TJEO), que considera custos e receitas adicionais à operação no momento da sua origem ou aquisição.

Para as operações de crédito classificadas na categoria "CA" a Fomento Paraná optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origem ou na emissão do instrumento financeiro, pelo método de taxa de juros diferenciada linear, que serão diferidas pelo prazo da operação. Neste caso, as receitas apresentadas anteriormente nas linhas de receitas de prestação de serviços ou em despesas operacionais terão seu resultado diferido e reconhecido na margem financeira.

### e. Baixa para prejuízo

O instrumento financeiro será baixado quando não houver expectativa de recuperação, que conforme Política Institucional, se dará após 100% provisionado na contabilidade.

A adoção da referida normativa será aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção serão reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

### II. Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) - Impostos Correntes e Diferidos

A aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, exigiu alterações fiscais, que foram regulamentadas pela Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024).

A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições financeiras poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplência. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 91 dias, em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação. Para os contratos inadimplidos cujas perdas ainda não foram aproveitadas fiscalmente em 31/12/2024 serão controlados de forma segregada e serão excluídos na base de cálculo do lucro real à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) a partir do mês de janeiro de 2026.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários, demonstrados na nota explicativa 15.b

### III. Impactos estimados da adoção das novas normas

A entrada em vigor da norma está prevista para 1º de janeiro de 2025. Entretanto, conforme estabelecido pela nova regulamentação, as instituições financeiras são obrigadas a divulgar, nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, as estimativas dos impactos da implementação da regulamentação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição.

Reconciliação do patrimônio líquido na transição para as Resoluções CMN nº 4.966/2021:

### CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido em 31/12/2024 **2.757.579**

Ajustes Iniciais na Adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 - Líquido do Efeito Tributário **(5.387)**

Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito **(5.379)**

Provisões para Perdas de Outros Ativos sem Característica de Concessão de Crédito **(28)**

Stop Acruar Encargos 60-90 dias Ativos de Crédito não Problemáticos **19**

Patrimônio Líquido após Ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21 - 01/01/2025 **2.752.192**

### PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS A RISCO DE CRÉDITO

Saldo da Provisão - Operações de Crédito em 31/12/2024 **61.435**

Efeito da Adoção Inicial Resolução CMN nº 4.966 **9.779**

Saldo Inicial de Provisão para Perda Esperada - 01/01/2025 **71.214**

A Instituição, com base no Comunicado BACEN nº 42.403/2024 optou pela remensuração de ativos financeiros que estavam em stop acruar em 31 de dezembro de 2024, ou seja, vencidos até 60 dias, com reconhecimento, em 1º de janeiro de 2025, das rendas advindas desses contratos em contrapartida à conta de lucros e prejuízos acumulados, na ordem de 35 que somaram R\$ 19, líquidos do efeito tributário.

A Instituição optou pela não utilização, até 31 de dezembro de 2026, da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, conforme facultou a Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024. Mudança na adoção inicial como a aplicação da taxa efetiva de juros não terão impactos, de transição, pois sua aplicação será prospectiva. No que tange a essa alteração de prática contábil, o diferimento de Comissão incidente sobre origem de operações do Setor Público, devida ao Agente Operacional - Paranaedica a base de 8% sobre o valor da liberação, serão significativos para o exercício de 2025. Essa comissão que era reconhecida diretamente no resultado como despesas operacionais do exercício, passará a ter seu efeito diferido pelo prazo contratual da operação e, por consequência, com impactos na apuração do lucro fiscal.

### NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no método exponencial.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, e são utilizados pela Fomento Paraná para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### c) Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos (títulos de valores mobiliários e operações de crédito) e passivos (obrigações por repasses e empréstimos) se aproximam de seus correspondentes valores de realização, e são avaliados conforme a seguir:

#### i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Em cumprimento ao estabelecido no art. 1º da Resolução CMN nº 3.834/2010, a Fomento Paraná aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimento, formados exclusivamente por títulos públicos federais. Os respectivos fundos estão sob gestão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, todos sob a forma de condomínio aberto, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

Os fundos de investimento são mensurados pelo valor da cota na data do balanço. Esta informação está disponível em publicações da CVM e corresponde ao valor de liquidação naquela data. Não estão sendo apresentadas as classificações, conforme critérios de registro e avaliação dispostos na Circular BCB nº 3.068/2001, tendo em vista a dispensa da sua aplicação às Agências de Fomento.

Na data da demonstração financeira, a Fomento Paraná não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### ii. Operações de crédito e obrigações por repasses e empréstimos

As operações de crédito e as obrigações por repasse e empréstimos, encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço, "pro rata" dia com base na variação do indicador e na taxa de juros pactuada.

Para as operações de créditos vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

#### iii. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 2.697/2000, bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, em montante julgado suficiente à cobertura de eventuais perdas na realização dos mesmos, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, seguindo as regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requerem:

• A sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela a abaixo); e

• Avaliação periódica quanto ao nível de risco, com base na conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

#### Período de atraso (1)

Classificação do cliente

• de 15 a 30 dias B

• de 31 a 60 dias C

• de 61 a 90 dias D

• de 91 a 120 dias E

• de 121 a 150 dias F

• de 151 a 180 dias G

• superior a 180 dias H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses a Fomento Paraná aplica a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas e aquelas que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

#### d) Ativos não financeiros mantidos para venda

Correspondentes a imóveis, veículos e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, recebidos em dação em pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

#### e) Imobilizado de uso e intangível

Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis, são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada, descritas nas notas explicativas nºs 8ª e 8ª b).

#### f) Redução do valor recuperável de ativos

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

#### g) Tributos correntes e diferidos

Os tributos incidentes sobre o lucro e o faturamento são calculados às alíquotas a seguir demonstradas:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda (IRPJ)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda (IRPJ) (1)	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	20,00%
Pis	0,65%
Cofins	4,00%
ISSQN	5,00%

(1) Alíquota adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000.

Conforme a legislação tributária, a Fomento Paraná optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os ativos fiscais diferidos, são reconhecidos conforme Resolução CMN nº 4.842/2020. Também denominados "créditos tributários", são constituídos sobre diferenças temporárias decorrentes de despesas apropriadas no período e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, e são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos". Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme Resolução BACEN nº 2/2020, os créditos tributários são apresentados integralmente no ativo não-circulante, independentemente de sua expectativa de realização.

Os passivos fiscais diferidos, também denominados "débitos tributários" são constituídos sobre diferenças temporárias tributáveis, decorrentes de receitas de créditos recuperados, tributadas pelo regime de caixa, na forma prevista no artigo 12, § 2º da Lei Federal nº 9.430/1996, e são registrados na rubrica "Obrigações Fiscais Diferidas". Em 31 de dezembro de 2024, a Instituição reclassificou a realização desse débito diferido, de não circulante para o passivo circulante, devido a revogação do dispositivo legal que embasava sua constituição, a partir de 01/01/2025, com a edição da Lei nº 14.467/2022, entendendo que se mantida a realização por regime de caixa, demandaria complexidades operacionais de controle.

O registro contábil dos créditos e débitos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização.

A composição dos valores dos tributos correntes e diferidos, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão evidenciadas na nota explicativa nº 15.

#### h) Outros ativos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas em base "pro rata" dia e provisão para perda, quando necessária.

#### i) Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

#### ii. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, salvo, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação, e, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes classificados com expectativa de êxito provável, são divulgados nas demonstrações financeiras.

#### iii. Provisões

São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

#### iv. Passivos contingentes

Conforme definido no CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

#### j) Outros passivos

Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos em base "pro rata" dia.

#### k) Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

Os Juros sobre o Capital Próprio, destinados aos acionistas, são calculados em conformidade com a Lei Federal nº 9.249/1995, com alterações trazidas pela Lei Federal nº 14.789/2023.

Aos acionistas, é destinada a importância mínima de 25% do lucro líquido ajustado, a título de JCP, nos termos do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/1976 e do Estatuto Social. Por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum*, da Assembleia Geral, o crédito contábil de JCP, pode atingir o limite máximo permitido pelo benefício fiscal previsto na Lei Federal nº 9.249/1995, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos da Instituição.

Os valores de JCP, declarados em conformidade com o Estatuto Social, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica "Outros Passivos - Sociais e Estatutárias", e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, pelo acionista, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

#### l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que:

- não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

### NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades **31/12/2024 31/12/2023**

Cotas de fundos de investimento de renda fixa **225 291**

Total **1.524.719 1.397.029**

**1.524.944 1.397.320**

### NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

Discriminação **31/12/2024 31/12/2023**

Carteira própria **164.164 114.919**

Títulos públicos federais - LFT **1.524.719 1.397.029**

Cotas de fundos de investimento de renda fixa (a.1) **2.184 1.809**

Fundo garantidor de investimentos - FGI (a.2) **15.002 12.710**

Cotas de fundos de investimentos em participações - FIPs (a.3) **(1.759) (1.873)**

(-) Provisão para desvalorização (a.3) **200.331**

Vinculados ao Banco Central **200.331**

Títulos públicos federais - LFT (a.4) **82.528 56.233**

Vinculados à prestação de garantias **82.528 56.233**

Cotas de fundos de investimento de renda fixa (a.1) **1.987.169 1.580.827**

Total **1.987.169 1.580.827**

#### e) Composição da carteira por níveis de risco e faixas de vencimento

Operações em curso normal

Níveis de risco **AA A B C D E F G H 31/12/2024 31/12/2023**

Parcelas vencidas **163.628 1.052.070 400.694 64.096 8.643 3.025 1.754 1.217 20.183 1.715.310 1.375.702**

1 a 30 dias **3.834 32.923 12.086 2.571 423 159 84 49 781 52.910 44.312**

31 a 60 dias **3.039 26.443 9.652 2.209 379 141 65 43 686 42.657 35.257**

61 a 90 dias **3.051 26.627 9.484 2.125 377 161 61 43 704 42.633 35.107**

91 a 180 dias **9.807 81.716 28.999 6.269 1.117 465 179 127 1.823 130.502 103.397**

181 a 360 dias **20.482 159.555 55.801 10.701 1.891 680 327 222 3.182 252.841 199.079**

Acima de 360 dias **123.415 724.806 284.672 40.221 4.456 1.419 1.038 733 13.007 1.193.767 958.550**

Parcelas vencidas até 14 dias **- - - - - - - - 4 4 10**

Parcelas vincendas **447 8.214 8.158 5.576 4.469 4.767 2.884 14.397 48.912 57.635**

1 a 30 dias **- 422 246 214 176 116 659 2.269 2.354**

31 a 60 dias **- 5 338 357 216 199 163 609 1.997 2.100**

61 a 90 dias **- 7 336 354 215 194 163 609 1.982 2.107**

91 a 180 dias **- 29 984 1.032 595 567 475 276 1.757 5.715 6.315**

181 a 360 dias **- 342 4.406 4.222 3.239 2.371 2.923 1.771 7.676 26.950 11.805**

Acima de 360 dias **- 57 1.728 1.764 1.065 924 867 502 3.092 9.999 32.954**

Parcelas vincendas **27 744 744 624 687 854 526 4.439 8.443 9.317**

1 a 14 dias **- - - - - - - - 11 11**

15 a 30 dias **- 27 536 471 261 216 116 659 2.467 2.569**

31 a 60 dias **- - 248 165 142 158 102 521 1.342 1.456**

61 a 90 dias **- - 22 120 131 143 69 455 940 1.071**

91 a 180 dias **- - 3 78 175 276 180 1.188 1.900 1.959**

181 a 360 dias **- - - 23 96 59 1.510 1.688 2.139**

Acima de 360 dias **- - - - - - - 95 95**

Total geral em 31/12/2024 **163.628 1.052.544 409.450 72.998 14.843 8.181 7.375 4.627 39.023 1.772.669**

Total geral em 31/12/2023 **140.110 892.726 249.855 77.253 16.578 10.139 7.524 5.812 42.667 1.442.664**

(1) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



Continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## NOTA 7 - OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Rendas a receber	3.144	16.795
Adiantamentos concedidos	2.556	1.462
Devedores por depósitos em garantia <sup>(1)</sup>	29.602	25.967
Impostos a compensar <sup>(2)</sup>	1.157	-
Devedores diversos pais	3.471	1.882
Outros valores e bens (a)	2.426	2.412
(-) Provisões para desvalorização (a)	(84)	(80)
<b>Total</b>	<b>43.422</b>	<b>48.438</b>

<sup>(1)</sup> Nesta conta estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, sendo que o montante de R\$ 25.936 em 31/12/2023 refere-se ao depósito na ação descrita na nota explicativa nº 11 "c". Sobre esse depósito, foi efetuada a atualização monetária no valor de R\$ 1.918, registrada na rubrica "Outras receitas operacionais", conforme nota explicativa nº 14 "b". Considerando que o valor depositado é retido do fornecedor, a atualização deve contrapartidar na rubrica "Credores diversos no país", conforme nota explicativa nº 12 "b" e o registro de despesas de atualização monetária, na rubrica "Outras despesas operacionais", conforme nota explicativa nº 14 "b". Desta forma não gerou impactos no resultado da Instituição no exercício.

<sup>(2)</sup> Nesta conta está registrado o valor compensar de IRPJ, oriundo do excesso de recolhimento do IR estimado, apurado no ajuste anual de 2024 na ordem de R\$ 781, e também, Crédito Oriundos de decisão judicial - RAT, conforme nota explicativa nº 11, item a, na ordem de R\$ 374, o qual já foi habilitado pela Receita Federal, aguardando processo de compensação.

### a) Outros valores e bens

	31/12/2024	31/12/2023
Material em estoque	57	61
Despesas antecipadas	119	100
Ativos não financeiros mantidos para venda	2.250	2.251
<b>Total</b>	<b>2.426</b>	<b>2.412</b>
(-) Provisão para desvalorização <sup>(1)</sup>	(84)	(80)
<b>Total</b>	<b>2.342</b>	<b>2.332</b>

<sup>(1)</sup> Ajuste por redução ao valor recuperável dos bens recebidos em quitação de operações de créditos.

## NOTA 8 - IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

### b) Imobilizado de uso

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor Residual	
				31/12/2024	31/12/2023
Instalações, móveis e equipamentos	6,67% a 50%	611	(364)	246	201
Sistema de comunicação	10% a 33,33%	225	(222)	3	27
Processamento de dados	10% a 50%	1.326	(1.006)	320	33
Sistema de transporte	20%	29	(29)	-	-
Beneficiárias de bens de terceiros	10% a 50%	54	(25)	30	7
<b>Total</b>		<b>2.245</b>	<b>(1.646)</b>	<b>599</b>	<b>268</b>

### c) Intangível

	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor Residual	
				31/12/2024	31/12/2023
Licença de uso software	20%	518	(390)	128	28
<b>Total</b>		<b>518</b>	<b>(390)</b>	<b>128</b>	<b>28</b>

## NOTA 9 - PASSIVOS FINANCEIROS

### a) Obrigações por repasses do país

As obrigações por repasses representam, basicamente, as captações realizadas junto a Instituições Oficiais e os encargos financeiros incidentes sobre as operações desta natureza, na data base de 31/12/2024, são:

- nas operações pós-fixadas de 0,00% ao ano até 6,0% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, SELIC, DI, e INPC); e
- nas operações pré-fixadas de 1% ao ano até 15,86% ao ano.

Instituições	Vençíveis	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2024		31/12/2023	
BNDES <sup>(1)</sup>	16/11/2032	32.180	88.101	247.278	367.559	312.385		
CEF <sup>(2)</sup>	10/12/2038	6.852	21.020	57.224	85.096	59.065		
FINAME	15/02/2033	605	1.610	4.923	7.138	8.954		
FINEP <sup>(3)</sup>	15/09/2032	1.806	5.839	33.129	40.774	24.433		
FUNGETUR <sup>(4)</sup>	10/06/2030	3.570	10.789	30.216	44.575	29.845		
BRDE	10/09/2025	651	1.272	-	1.923	4.492		
<b>Total</b>		<b>45.664</b>	<b>128.631</b>	<b>372.770</b>	<b>547.065</b>	<b>439.174</b>		

<sup>(1)</sup> Os recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social se destinam a financiamentos de projetos de investimentos de longo prazo, e microcrédito no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO, e demais linhas conforme segue:

Linhas	31/12/2024	31/12/2023
BNDES automático	310.469	229.379
BNDES microcrédito	57.090	83.006
<b>Total</b>	<b>367.559</b>	<b>312.385</b>

<sup>(2)</sup> Repasse de recursos captados junto à CEF para operar microcrédito no âmbito do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPPO), totalizando R\$ 82.619, e na linha FGTS Pro Transporte destinados a operações com municípios, para financiar projetos de mobilidade urbana, incluídas no PAC2, no valor de R\$ 2.477.

<sup>(3)</sup> Para as captações efetuadas até 2022, os encargos aplicados a FINEP, para o Programa INOVACRED, serão deduzidos de 2% a 5% ao ano, a título de equalização, respeitadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e as decisões da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação.

<sup>(4)</sup> Os recursos do FUNGETUR são destinados aos financiamentos privados para empreendimentos turísticos e empresas prestadoras de serviços relacionados à cadeia produtiva do setor cadastrados no Cadastur.

### b) Empréstimos no exterior

O empréstimo contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, teve a primeira tranche liberada, no montante de US\$ 6,0 milhões. A contratação incluiu "serviço de gestão de dívida", resultando num swap contratado pela CAF, e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

Tranche	Data da liberação	Vencimento final	Taxa de juros	Valor liberado	31/12/2024	31/12/2023
CAF-1	08/09/2022	02/09/2027	CDI + 2,5%	31.127	24.341	32.543

### c) Outros passivos financeiros

Recursos para destinação específica	31/12/2024	31/12/2023
FUNGETUR <sup>(1)</sup>	9.220	18.559

<sup>(1)</sup> Refere-se a recursos oriundos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR, transferidos pelo Ministério do Turismo para a concessão de operações de crédito, conforme termos do contrato de prestação de serviços nº 004/2019, celebrado entre a Fomento Paraná e a União. Sobre esses recursos o Fundo é remunerado pela taxa Selic. Em 2024, foram recebidas novas tranches de recursos na ordem de R\$ 17.149, sendo liberados para operações de financiamento R\$ 26.414, recursos esses transferidos para a rubrica "Obrigações por repasses do país".

## NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota explicativa nº 15)	2.190	11.214
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota explicativa nº 15)	6.624	5.865
Impostos e contribuições sobre salários	1.536	1.527
COFINS	1.374	1.076
PIS	223	175
Outros	456	269
<b>Total</b>	<b>12.403</b>	<b>20.126</b>

## NOTA 11 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### a) Ativos contingentes

Em julho de 2019, a Instituição ajuizou uma Ação de Repetição de Indébito (nº 5037152-33.2019.4.04.7000, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba), contra a União, visando à restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS e COFINS incidente sobre receitas financeiras percebidas pela Fomento Paraná, no período de 2007 a 2011, sob o regime cumulativo de apuração, tendo em vista que, no período citado, a empresa não se enquadrava ou se equiparava a instituição financeira para fins de tributação pelas Contribuições, fazendo jus à alíquota zero prevista nos termos do art. 1º do Decreto nº 5.442/2005, conforme decisão do CARF no Processo Administrativo nº 10980.725450/2013-07.

Com fulcro na decisão do CARF, a Instituição pleiteia junto à União a restituição de todos os valores indevidamente recolhidos a título de contribuições ao PIS e à COFINS sobre as receitas financeiras, tanto aquelas relacionadas às aplicações financeiras, quanto aquelas relacionadas à concessão de financiamentos, no período compreendido entre 2007 e 2011, para a qual obtivemos decisão favorável, em 20 de março de 2020, porém, não sendo definitiva, tendo em vista a interposição de Apelação pela União. A Fomento Paraná apresentou contrarrazões (em 20/07/2020) e o feito foi remetido ao TRF4, ao Relator Francisco Donizete Gomes, da 1ª Turma do TRF4, ocorrido em 30/07/2020. Após essa distribuição, em 16/02/2022 o MPF apresentou Parecer pelo regular processamento do feito. Ato contínuo, em 28/06/2024, o presente processo foi incluído na pauta de julgamento da sessão virtual entre os dias 10/07/2024 e 22/07/2024. No julgamento, o Juiz Federal Convocado, Andrei Pitter Velloso, votou por dar provimento à apelação da União e à remessa necessária. Todavia, o Desembargador Federal Marcelo de Nardi abriu divergência, negando provimento à apelação e à remessa necessária, sendo acompanhado pela Desembargadora Federal Luciane A. Corrêa Münch. Diante disso, o julgamento foi sobrestado nos termos do art. 942 do CPC/2015, para que o julgamento tenha prosseguimento "em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial". Posteriormente, os autos retornaram à pauta de julgamento da sessão do dia 05/09/2024 e, na oportunidade, a Turma, por maioria, deu provimento à Apelação da União e à Remessa Necessária, nos termos do voto do Relator, vencidos o Desembargador Federal Marcelo de Nardi e a Desembargadora Federal Luciane Corrêa. No dia 23/09/2024, foram opostos Embargos de Declaração pela Fomento Paraná, com o objetivo de sanar as omissões contidas no acórdão e também para o pré-questionamento dos arts. 165 e 168 do CTN. Ato contínuo, no dia 30/09/2024, a União apresentou Contrarrazões aos Embargos de Declaração. Assim, no dia 14/10/2024, os autos foram conclusos para decisão. Outro processo ajuizado, refere-se ao pedido de restituição dos valores recolhidos a maior pela Fomento Paraná a título de RAT, autuado sob nº 5060265-16.2019.4.04.7000, tendo em vista que a equiparação, para fins tributários, das Agências de Fomento aos bancos de desenvolvimento não influencia na definição da alíquota aplicável para fins de RAT, conforme reconhecido em Solução de Consulta da RFB. Trâmite perante a 2ª Vara Federal da JFPR.

Foi proferida sentença de improcedência do pedido em 23/07/2020. O Juízo a quo entendeu, em suma, que a Consulta formulada não tem caráter vinculativo, de forma que se faz preciso levar em consideração, no tocante à definição da alíquota de RAT, a atividade principal da empresa, observando-se as atividades efetivamente desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos, independentemente do objeto social da pessoa jurídica ou das atividades descritas em sua inscrição no CNPJ. A Autora interpôs recurso de Apelação em 04/09/2020. A Fazenda Nacional apresentou contrarrazões ao recurso em 12/11/2020. O feito foi remetido ao

TRF4, ao Relator Alexandre Rossato da Silva Ávila, da 2ª Turma do TRF4, ocorrido em 13/11/2020. A Apelação, foi retirada da pauta virtual dos dias 07 a 14 de fevereiro de 2023, para nova inclusão em pauta presencial, possibilitando a realização de sustentação oral.

Em 01/03/2023, a 2ª Turma do TRF4 deu provimento à apelação da empresa, entendendo que as instituições cuja atividade econômica preponderante seja a de agência de fomento se sujeitam ao recolhimento das contribuições ao GILRAT à alíquota de 1%, tendo a Fomento Paraná o direito em compensação ou à restituição dos valores indevidamente recolhidos no período não prescrito. Em face da decisão, a Fazenda Nacional opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em sessão virtual, cujo encerramento ocorreu em 20/06/2023. Posteriormente, em 28/06/2023, a Fazenda Nacional interpus recursos especial e extraordinário em face do acórdão proferido. Os recursos fazendários foram devidamente contrarrazoados. No dia 15/08/2024, foram proferidas decisões inadmitindo os Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Fazenda Nacional. Não houve interposição de recurso pela Fazenda Nacional, e o trânsito em julgado ocorreu em 03/09/2024. Assim, no dia 03/10/2024, a Fomento Paraná apresentou petição informando sua opção pela compensação administrativa, requerendo a homologação do juízo, a expedição de certidão de inteiro teor do processo e o reembolso das custas processuais. No dia 18/11/2024, o juiz realizou a homologação, de modo que, no momento oportuno a Fomento Paraná realizará a compensação dos valores na via administrativa. O valor já está habilitado para compensação junto a SRF, e soma R\$ 374 atualizado monetariamente até 31/12/2024.

Assim, em relação à ação judicial que permanece em curso, deve-se manter o prognóstico no momento. Logo, devido a característica da ação, cuja evidência de realização não é praticamente certa, nenhum efeito foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

### b) Provisões

A Fomento Paraná é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, fiscais e administrativas. Os critérios de quantificação das provisões para contingências são adequados às características específicas das ações, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos advogados, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

A constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável, e foram constituídas conforme segue:

Natureza	31/12/2023	Constituição	Atualização	Pagamento	Reversão	31/12/2024
Trabalhistas (b.1)	2.011	8.492	3.635	(35)	(262)	13.841
Cíveis (b.2)	106	66	49	(18)	(24)	179
<b>Total</b>	<b>2.117</b>	<b>8.558</b>	<b>3.684</b>	<b>(53)</b>	<b>(286)</b>	<b>14.020</b>

### b.1. Trabalhistas

Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	13.841	2.011
Cíveis	179	106
<b>Total</b>	<b>14.020</b>	<b>2.117</b>

Na ação movida pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimento dos Bancários e Financeiros de Curitiba e Região foi proferida sentença em novembro de 2021, nos autos nº 0000246-84.2021.5.09.0001, dando procedência parcial para o fim de declarar aplicável aos colaboradores do quadro atual o PCCS antigo (2017), e não o atual (2021), mantida em grau de recurso e transitada em julgado. Em que pese o processo de negociação entabulado entre a empresa e os representantes dos empregados, em abril 2023 foi movida nova ação pelo referido Sindicato, protocolada sob o número 0000359-67.2023.5.09.0001, pleiteando a concessão de tutela de urgência para que a Instituição desse efetividade ao plano de carreira, cargos e salários de 2017, na qual foi proferida decisão de indeferimento de antecipação de tutela, com audiência realizada em 27/06/2023, que resultou em renovação da proposta conciliatória, além de apresentação de razões finais, marcadas para o dia 16/08/2023. Nessa nova ação foi pleiteada a aplicação do PCCS, relativa às progressões aos empregados de carreira e, também, acerca das funções gratificadas para empregados públicos de carreira, cedidos e ocupantes de cargo de confiança, que participarem como titulares de: I. Comissão Permanente de Licitação; II. Comitê de Risco de Crédito; e III. Pregoeiro. Em julho de 2023, foi petiçãoada pelo Sindicato pedido de inclusão das diferenças de gratificações de funções acerca dos cargos e funções comissionadas, que estavam congeladas desde 2019. Em julho de 2024, foi proferida sentença, confirmada pelo recente Acórdão da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho, no qual restou afastada a pretensão do Sindicato de que: i) fosse realizado o pagamento de progressão por mérito a todos os colaboradores, mesmo aos empregados que não fizeram curso de capacitação e treinamento; e, ii) gratificações de funções acerca dos cargos e funções comissionadas não foram incluídos no pedido inaugural, nem mesmo na causa de pedir, motivando o não conhecimento (neste momento) ao pagamento das verbas pela Fomento Paraná; Outrossim, foi condenada complementarmente: i) ao pagamento das verbas reflexas em horas extras e repouso semanal remunerado (RSR); ii) atualização monetária e juros com a aplicação do IPCA-E na fase pré-judicial (até o dia anterior ao ajuizamento da ação), acrescido de juros legais equivalentes à TR (art. 39, caput, da Lei nº 8.177/1991) e, na fase judicial (a partir do ajuizamento da ação), a taxa SELIC, considerando a apuração da correção monetária partir do mês subsequente ao da prestação dos serviços, conforme Súmula 381 do TST, respeitadas as verbas que tenham época distinta de apuração, e, iii) verba sucumbencial no montante de 10% a ser aplicado sobre o montante total a ser pago pela Fomento Paraná, apurado em sede de liquidação de sentença. A Instituição apresentou em julho de 2024, embargos de declaração, tendo sido mantido o Acórdão sem qualquer alteração.

Esta forma, a Fomento Paraná ingressou com Recurso de Revista, assim como também o fez a parte contrária, restando pendente de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho o Agravo de Instrumento em Recurso de Revista protocolado em outubro/2024. Considerando ambas as ações, entendeu a Administração que a decisão judicial de 2021 se aplica tão somente às progressões de carreiras dos funcionários concursados, sendo pagas nominalmente, em junho de 2023, diferenças salariais de 2021/2022/2023, aos funcionários concursados na ordem de R\$ 1.072, sendo mantida provisão de diferenças de atualização e reflexos. Constituída em 2023, provisão para o pleito de gratificação de função dos ocupantes de cargos, da Comissão Permanente de Licitação; Comitê de Risco de Crédito e Pregoeiro. Em setembro/24 o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Curitiba tentou nova ação trabalhista, autuada sob o nº 001075-51.2024.5.09.0004, questionando a aplicação do PCCS de 2017 também aos cargos e funções comissionadas, tendo motivado o aumento do provisionamento. Realizada audiência de conciliação em 27/11/2024, esta restou infrutífera, momento em que a Fomento Paraná apresentou contestação e documentos comprobatórios. Visando a instrução processual, foi designada audiência para colheita de prova oral, a ser realizada no dia 01/04/2025. Até 31/12/2024, foram provisionados no âmbito dessa ação, R\$ 13.807, relativos à principal nominal devido atualizado, e os respectivos honorários de sucumbência.

### b.2. Cíveis

As provisões para ações cíveis, classificadas como prováveis, são originárias de processos visando à reparação de supostos danos morais e/ou materiais, por alegado registro indevido em órgãos de serviço de informações ao crédito, por alegações de descumprimento contratual, prescrição intercorrente, anulatória e outros.

### c) Fisco Municipal - autuação ISS

Em 2006 e 2010, a Fomento Paraná foi autuada pelo Município de Curitiba, pela ausência de retenção na fonte do ISS incidente sobre recibos de prestação de serviço dos exercícios de 2002 a 2007, decorrentes do Ato Conjunto firmado entre a Fomento Paraná/SEFA e Paranacidade/SEDU para operacionalização dos financiamentos concedidos ao Setor Público Municipal. Sobre esta autuação há depósito em juízo decorrente da Ação Declaratória de Imunidade Tributária, aforada pela Procuradoria Geral do Estado em favor do Serviço Social Autônomo Paranacidade (autos nº 321/2007 - 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba), ação em que a Fomento Paraná atua na qualidade de assistente. A sentença foi julgada extinta por ausência das condições da ação (ilegitimidade ativa), mantida em grau de recurso, não havendo pronunciamiento do juízo quanto a eventual cancelamento dos autos de infração da prefeitura que versem sobre ISS. A Fomento Paraná ingressou com Embargos de Declaração para esclarecimentos quanto a destinação de depósito judicial realizado, entretanto, não houve pronunciamiento do Juízo. Em novembro de 2023, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário pelo Paranacidade/SEDU, ainda pendente de decisão, mantendo-se a continuidade do depósito judicial pela Fomento Paraná durante este período, até o trânsito em julgado da demanda.

O valor depositado em juízo encontra-se registrado na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", conforme demonstrado na nota explicativa nº 7 "Outros Ativos" e sobre este montante não é constituída provisão, tendo em vista que o valor depositado foi retido do prestador de serviço - Paranacidade, e encontra-se registrado na rubrica "Credores diversos no país", conforme demonstrado na nota explicativa nº 12 "b". Considerando que a prestação de serviço é contínua, desde 2007 a Fomento Paraná vem retribuído mensalmente 5% de ISS sobre as faturas de prestação de serviço do fornecedor e depositando judicialmente.

Com base no artigo 3º da Lei Complementar nº 151, de 05 de agosto de 2015, 70% (setenta por cento) do valor do depósito judicial acima mencionado, foi transferido para a conta única do Tesouro do Estado e 30% para o fundo de reserva, sob gestão da Caixa Econômica Federal, desta forma, mensalmente, apenas o saldo de 30% está sendo atualizado monetariamente.

## NOTA 12 - OUTROS PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Sociais e estatutárias (a)	178.759	49.084
Diversas (b)	237.580	35.140
<b>Total</b>	<b>416.339</b>	<b>84.224</b>

### a) Sociais e estatutárias

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre o capital próprio <sup>(1)</sup>	174.583	37.790
Provisão para participações nos lucros <sup>(2)</sup>	4.176	11.294
<b>Total</b>	<b>178.759</b>	<b>49.084</b>

<sup>(1)</sup> Valor destinado ao acionista no exercício de 2024, reconhecido como obrigação presente, conforme deliberado na 113ª AGE de 18/12/2024.

<sup>(2)</sup> No exercício de 2024, foram pagas PLRs pendentes dos exercícios de 2021, 2022 e 2023, totalizando R\$ 7.891, atualizados monetariamente, efetivamente pagos e reversão total de R\$ 3.712, devido ao não atingimento de 100% das metas previstas no acordo coletivo de PLR. Os valores da atualização monetária e reversão estão evidenciadas na nota explicativa nº 14 "b".

### b) Diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para despesas de pessoal	3.930	3.714
Provisão para despesas administrativas	904	994
Credores diversos no país <sup>(1)</sup>	32.741	29.053
Doação para aumento de capital <sup>(2)</sup>	200.000	1.286
Cobrança e arrecadação de tributos	5	93
<b>Total</b>	<b>237.580</b>	<b>35.140</b>

<sup>(1)</sup> Conforme mencionado na nota explicativa nº 11 "c", a Fomento Paraná, vem depositando judicialmente, na ação Declaratória de Imunidade Tributária, o ISS retido sobre as faturas de prestação de serviço emitidas pelo Serviço Social Autôn



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



## CONTINUAÇÃO NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### h) Outras receitas e despesas operacionais

	2º Semestre		Acumulado em	
	2024	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Recuperação de encargos e despesas	2.654	3.070	836	836
Outras receitas operacionais <sup>(1)</sup>	2.761	6.589	1.922	1.922
Outras despesas operacionais <sup>(2)</sup>	(1.157)	(5.001)	(3.757)	(3.757)
<b>Total</b>	<b>4.258</b>	<b>4.658</b>	<b>(999)</b>	<b>(999)</b>

<sup>(1)</sup> Do total registrado nesta conta, R\$ 1.918 refere-se à atualização monetária do depósito judicial realizada até 31/12/2024 (R\$ 1.865 em 31/12/2023), conforme explicado na nota explicativa nº 7, e R\$3.713 decorrentes da reversão de provisão de PLR de 2021, 2022 e 2023 pagas no exercício de 2024.  
<sup>(2)</sup> Do total registrado nesta conta, R\$ 1.918 refere-se à atualização monetária do depósito judicial realizado até 31/12/2024 (R\$ 1.865 em 31/12/2023), conforme explicado na nota explicativa nº 7, e R\$ 2.594 decorrentes da baixa para perdas de outros créditos, conforme nota explicativa nº 16 "a".

### NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>224.107</b>	<b>224.107</b>	<b>221.062</b>	<b>221.062</b>
Participações dos empregados	(4.176)	(4.176)	(4.109)	(4.109)
<b>Resultado após a participação dos empregados</b>	<b>219.931</b>	<b>219.931</b>	<b>216.953</b>	<b>216.953</b>
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>(170.173)</b>	<b>(170.173)</b>	<b>(145.374)</b>	<b>(145.374)</b>
<b>Adições (exclusões) temporárias</b>	<b>496</b>	<b>496</b>	<b>8.020</b>	<b>8.020</b>

#### Adições (exclusões) temporárias

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Perdas Dedutíveis de Operações de Créditos Art. 9º Lei 9430/96

Renegociações tributadas por caixa

Rendas a apropriar em atraso

Provisões para contingências e desvalorizações

Outras adições (exclusões) temporárias

**Adições (exclusões) permanentes**

Juros sobre o capital próprio

Incentivos Fiscais<sup>(1)</sup>

Outras adições (exclusões) permanentes

**Base de cálculo do IRPJ e CSLL**

Incentivos fiscais<sup>(1)</sup>

**IRPJ e CSLL correntes devidos às alíquotas vigentes (nota explicativa nº 3g)**

Ativo fiscal diferido

Passivo fiscal diferido

**IRPJ e CSLL diferido calculados às alíquotas vigentes (nota explicativa nº 3g)**

**Imposto de Renda e Contribuição Social do Exercício**

**(11.685) (9.728) (12.685) (10.835)**

<sup>(1)</sup> Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito, Lei Rouanet, Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e do Programa Empresa Cidadã, deduzidos no imposto de renda apurado no período.

#### b) Natureza e origem dos ativos e passivos fiscais diferidos

**Diferenças temporárias**

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Crédito em prejuízo

Rendas a apropriar em atraso (RAP + 60 dias)

Provisão programa de participação no lucro (PLR)

Provisões civis e trabalhistas

Provisão para desvalorização de FIPs

Outras adições temporárias

**Total dos créditos tributários diferidos**

Renegociações tributadas por caixa

**Total dos débitos tributários diferidos**

**5.864 759 6.623 5.864 759 6.623**

#### c) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos

Valor nominal<sup>(1)</sup>

Valor presente<sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022, conforme regras dispostas na nota explicativa nº 2, item II.

<sup>(2)</sup> Para cálculo do valor presente foi utilizada a taxa média de captação da Fomento Paraná.

#### d) Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31/12/2024, R\$ 648 (R\$ 957 em 31/12/2023).

### NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Estado do Paraná

Acionista majoritário detentor de 99,98% das ações da Fomento Paraná, com o qual a Fomento Paraná mantém as seguintes transações relacionadas:

i. Gestão financeira e contábil do Fundos Estaduais, pela qual recebe comissão, calculadas conforme regras resumidas a seguir, sendo que exercício de 2024, obteve receitas na ordem de R\$ 5.571 (R\$ 14.794 em dezembro de 2023).

Base de cálculo Percentual Forma de pagamento

Fundo Natureza Base legal

FDE Fundo público Lei Estadual nº 5.515/1967 Recebimentos carteira 4% a.a. Anual

FEM Fundo público Decreto Estadual nº 2.758/2019 Patrimônio líquido 4% a.a. Mensal

FAG/PR Fundo público Decreto Estadual nº 11.462/2018 Patrimônio líquido 0,25% a.m. ou mínimo de R\$ 20 mil a.m. Mensal

FIME/PR Fundo público Decreto Estadual nº 1.343/2023 Patrimônio líquido 0,25% a.m. ou mínimo de R\$ 20 mil a.m. Mensal

FGP/PR Fundo privado Lei Estadual nº 18.376/2014 Patrimônio líquido 0,15% a.a. Mensal

<sup>(1)</sup> Fundo com atividades encerradas em novembro 2023.

i. A Fomento Paraná atua na gestão e administração da carteira de Ativos de Créditos transferidos ao Estado do Paraná, no processo de monetização do Banestado e no processo de liquidação do BADEP. Dos recursos recuperados oriundos de ambas as carteiras de créditos, 10% e 15%, respectivamente, serão destinados no orçamento do Estado para fins de capitalização da Fomento Paraná, na forma de aumento de capital.

Em 2024, foi repassado pelo acionista Estado do Paraná, para fins de integralização do capital, recursos na ordem de R\$ 4.085 (R\$ 1.286 em 2023), oriundos desses ativos.

A Instituição também é reembolsada das despesas de pessoal e de TI, relacionadas a gestão desses ativos, reconhecidas na rubrica "Recuperação de Encargos e Despesas", e no exercício de 2024 totalizaram R\$ 2.710 (R\$ 501 em 2023).

Por fim, sobre os créditos renegociados originários do BADEP, cobra tarifa de renegociação, reconhecida na rubrica "Receita de Prestação de Serviço", a qual é paga pelo mutuário da dívida com o BADEP diretamente à Fomento Paraná, e em 2024 somou R\$ 5 em (R\$ 8 em 2023).

ii. Até dezembro de 2023, existia registrado no balanço, ativos a receber na ordem de R\$ 2.594, reconhecidos na rubrica "Rendas a Receber", oriundos da cobrança dos ativos do Banestado, conforme previsto no Contrato de Gestão de Bens, Direitos e Obrigações dos Ativos do Estado, celebrado com o acionista Estado do Paraná, cuja vigência encerrou em 2022. Em junho de 2024, esse ativo foi objeto de baixa por perda contábil, considerando que o Estado do Paraná, não conseguiu adequar orçamentariamente o pagamento desse valor a título de Remuneração (despesas de custeio, tendo em vista que a Lei Estadual nº 17.732/13, estabelece que esses repasses devem ser a título de aumento de capital da Instituição, por meio de dotação de despesa de capital).

iii. Os fundos geridos (FDE, FEM e FIME), são responsáveis pelo pagamento de equalizações de taxas de juros das operações de créditos operacionalizadas pela Fomento Paraná, para mutuários que se enquadram nas regras dos programas subsidiados. No ano de 2024, constam a receber desses Fundos o montante de R\$ 3.921 (R\$ 1.689 em 2023). O valor fica registrado na rubrica "Devedores diversos país", conforme evidenciado na nota explicativa nº 7.

iv. Até 2015, a sede utilizada pela Fomento Paraná era de propriedade do BADEP. Em 2016, foi transferida ao Estado do Paraná, que continuou cedendo salas no prédio, com gastos de condomínio e aluguel a serem ressarcidos mediante formalização do instrumento de comodato. O montante relativo a esse ressarcimento foi provisionado na rubrica "Provisão para Despesas Administrativas", conforme nota explicativa nº 12, item "b", e soma R\$ 904. Também, quando da mudança de sede, em junho de 2018, a Fomento Paraná, cedeu com ônus para o Estado do Paraná bens móveis (mesas, armários, condicionadores de ar e outros) que somaram à época o valor residual de R\$ 323 mil, os quais estão registrados na rubrica "Ativos não Financeiros Mantidos para Venda", conforme nota explicativa nº 7, item "a". Esses valores dependem de formalização de tratativas, entre Estado do Paraná e Fomento Paraná, para efetivação da sua baixa.

v. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

vi. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

vii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

viii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

ix. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

x. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xi. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xiii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xiv. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xv. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xvi. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xvii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xviii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xix. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xx. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxi. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxiii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxiv. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxv. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxvi. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxvii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxviii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxix. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxx. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxi. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxiii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxiv. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxv. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxvi. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxvii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxviii. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xxxix. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

xl. A Fomento Paraná possui Política de Remuneração aplicável aos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, a qual tem como objetivo atender aos requerimentos exigidos pelo CMN e pelo BACEN, e em âmbito estadual, às regras estabelecidas pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) e Comissão de Política Salarial (CPS). Em consonância a essas regras, o Comitê de Remuneração, propõe a remuneração anual, que deve ser aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas, conforme artigo 152 da Lei Federal nº 6.404/1976.

### iii. Os fundos geridos (FDE, FEM e FIME), são responsáveis pelo pagamento de equalizações de taxas de juros das operações de créditos operacionalizadas pela Fomento Paraná, para mutuários que se enquadram nas regras dos programas subsidiados. No ano de 2024, constam a receber desses Fundos o montante de R\$ 3.921 (R\$ 1.68



# AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. - FOMENTO PARANÁ

CNPJ: 03.584.906/0001-99

Rua Comendador Araújo, nº652, Batel, 80.420-063 - Curitiba - PR



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Paraná S/A - Fomento Paraná, tendo examinado o Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e as Notas Explicativas, bem como o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., apresentado sem ressalvas, expressando a opinião de que as referidas Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa, são da opinião de que os referidos documentos encontram-se em plenas condições

de serem submetidos, apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.  
Curitiba, 20 de março de 2025.

**Norberto Anacleto Ortigara** Presidente do Conselho  
**Elisandro Pires Frigo** Conselheiro  
**Deyvitt Augusto Leal** Conselheiro

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Agência de Fomento do Paraná S.A.  
Curitiba - PR

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento do Paraná S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 20 de março de 2024, sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o "Relatório da Administração" e

não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

■ Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional; e

■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 PR 006853/F-9

Ismael Nicomedio dos Santos  
Contador CRC 1 SP 263668/O-4 - S - PR

Fim

**Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares, Aparelhos de Radiotransmissão, Refrigeração, Aquecimento e Trat. de Ar, Lâmpadas e Aparelhos de Iluminação de Curitiba e Região Metropolitana.**

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Entidade supracitada, usando das atribuições legais que lhe conferem o Estatuto da Entidade que preside, e na forma da legislação sindical, **convoca os senhores associados**, quites e em pleno gozo de seus direitos sindicais a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que será realizada em sua sede social, sito a Rua Guararapes, 1656 - Vila Izabel - Curitiba - PR, no dia 09/04/2025, com início às 18h00m em primeira convocação, conforme quórum estatutário e às 19h00m em segunda convocação, com qualquer número de presentes, em conformidade com o previsto no Estatuto desta Entidade, com a seguinte ordem do dia:

- 1) Apreciação e aprovação da Demonstração do Superávit ou Déficit comparado encerrado em 31/12/2024;
- 2) Apreciação e aprovação do Balanço Patrimonial comparado encerrado em 31/12/2024;
- 3) Suplementação à Previsão Orçamentária do ano 2024;
- 4) Previsão Orçamentária para o ano de 2026;
- 5) Assuntos Diversos.

Curitiba, 27 de março de 2025.  
**MOACIR CORREIA BARBOZA FILHO**  
Presidente

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2025

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de ensaio de CBR (California Bearing Ratio) e sondagem SPT (Standard Penetration Test), com emissão de laudos e ART.

**PREÇO MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 374.489,80 (trezentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos).

**DATA:** 14 de março de 2025 às 08:30 hrs, plataforma: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**INFORMAÇÕES:** O edital poderá ser obtido no site [www.prudentopolis.pr.gov.br](http://www.prudentopolis.pr.gov.br) e na plataforma [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e demais informações no telefone 0800 808 0130.

**Vanessa Sass**  
Pregoeira

### PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA - PARANÁ

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025 - RETIFICADO III

**Objeto:** Serviço de outsourcing de impressão, do tipo menor preço unitário por lote, ampla disputa.

**Data:** 10 de abril de 2025 / Horário: 09h00min.

Plataforma ComprasNet

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br> - UASG:987915 - N.º 90002

O edital poderá ser obtido através do endereço eletrônico: <https://telemacoborba.atende.net/#!/tipo/servico/valor/8/pad/rao/1/load/1>

Telêmaco Borba, 27 de março de 2025.

**Matilde Maria Bittencourt**  
Pregoeira



### Prefeitura Municipal de Campo Magro

Estado do Paraná



Secretaria Municipal de Licitações e Contratos

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2025

O Município de Campo Magro/PR, UASG: 980842 torna público com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar de n.º 123/2006, pelo Decreto Municipal n.º 22/2024 e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, que realizará Licitação sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO com critério de julgamento de MENOR PREÇO, e modo de disputa **ABERTO**. **OBJETO:** Formação de registro de preços para aquisição de pneus, câmaras de ar, válvulas e protetores de câmara novos para os veículos e máquinas pertencentes à frota municipal, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as condições estabelecidas neste edital. **VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.990.984,34 (um milhão, novecentos e noventa mil).

**DATA HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA:** 09/04/2025 às 09h00min (horário Oficial de Brasília), no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). O edital está disponível no endereço acima mencionado, através de download no site da Prefeitura (Portal da Transparência), ou por solicitação via e-mail: [pregoeiro@campomagro.pr.gov.br](mailto:pregoeiro@campomagro.pr.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones: (41) 3677-4042/4044. Campo Magro/PR, 13 de março de 2025.

**Leonardo V. S. Santos.**  
Agente de Contratação. Decreto n.º 295/2025.

Aviso de Publicação de Edital-Pregão Eletrônico 11/2025. Tipo: Menor Preço por item. O Município de Nossa Senhora das Graças/PR, torna público que estará realizando através da plataforma eletrônica Bolsa Nacional de Compras - BNC ([www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)), certame licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, cujo objeto consiste: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços mecânicos para manutenção preventiva e/ou corretiva nos veículos leves, médios e pesados, máquinas e equipamentos de terraplenagem e agrícola da frota do município de Nossa Senhora das Graças/PR, com abertura marcada para o dia 14 de abril de 2025, às 09h00min. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir do dia 01 de abril de 2025, às 08h30min até às 08h30min do dia 14 de abril de 2025. Valor Total: (R\$): 535.062,85 (quinhentos e trinta e cinco mil e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos). Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br). Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone Fone: (44) 9 9129-5155, Whatsapp: (44) 44 9137-8221. Nossa Senhora das Graças, 26 de março de 2025. Clodoaldo Aparecido Rigieri. Prefeito Municipal.



### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025

A Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR torna público que fará realizar, às 09h00 horas do dia 15 de maio do ano de 2025, na plataforma BNC (Bolsa Nacional de Compras) - <https://bnc.org.br/>, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s): Local do objeto: Distrito de Mendeslândia; Objeto: Execução de obra de ampliação do sistema de abastecimento de água potável; Prazo de execução: 150 dias; Valor total de referência: R\$ 291.587,48 (duzentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos). Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Nossa Senhora das Graças/PR e na plataforma BNC (Bolsa Nacional de Compras). Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Nossa Senhora das Graças/PR, 26 de março de 2025.

**Clodoaldo Aparecido Rigieri**  
Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO

#### PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2025

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, PARA SUPRIR O PROGRAMA CESTA VIDA

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$8.075.520,00 (oito milhões, setenta e cinco mil e quinhentos e vinte reais)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** Dia 10/04/2025 às 14h00min

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** TIPO MENOR PREÇO

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESA (ME), MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E, COTA DE ATÉ 75% PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

**DÚVIDAS:** [licitacao@matinhos.pr.gov.br](mailto:licitacao@matinhos.pr.gov.br) / 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

# 3350.6620

# COMPANHIA DE INVESTIMENTOS SLAVIERO

CNPJ 76.484.161/0001-60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### SENHORES ACIONISTAS

A administração da Companhia de Investimentos Slaviero em consonância com as disposições, submete à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Curitiba - PR, 25 de março de 2025. A diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em Reais)

CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado		CIRCULANTE	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.468.996	14.417.974	28.767.085	30.970.789	Fornecedores	13	7.719	780.489	19.949.855	14.776.678
Clientes	5	36.711	82.245	9.674.390	8.900.621	Obrigações trabalhistas		-	33.735	1.411.440	1.354.478
Contas com a montadora	6	-	-	2.112.036	1.349.092	Impostos e contribuições	14	410.281	346.651	1.065.346	951.814
Adiantamentos a fornecedores	7	19	152.242	656.183	1.647.997	IRPJ e CSL a pagar	14	437.717	-	437.717	-
Estoques	8	-	-	28.764.695	18.705.289	Adiantamento de clientes		-	727.747	1.013.220	1.348.863
Impostos a recuperar	9	1.037.861	1.818.876	2.387.410	2.448.897	Outras contas a pagar		-	1.783.931	-	1.783.931
Outros créditos		-	-	93.310	62.518	<b>Total do circulante</b>		<b>2.653.701</b>	<b>1.888.622</b>	<b>25.661.509</b>	<b>18.431.833</b>
Despesas antecipadas		3.439	212.646	224.957	615.178	<b>NAO CIRCULANTE</b>					
<b>Total do circulante</b>		<b>23.547.026</b>	<b>16.683.983</b>	<b>72.680.066</b>	<b>64.700.381</b>	Provisão para perdas	15	317.077	361.545	317.077	361.545
						Dividendos a pagar	16	1.525.767	-	1.525.767	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Partes Relacionadas		30.292	1.174.700	-	1.174.700
Realizável a longo prazo	10	167.065	207.193	167.065	207.193	<b>Total do não circulante</b>		<b>1.873.136</b>	<b>1.536.245</b>	<b>1.842.844</b>	<b>1.536.245</b>
Partes relacionadas		1.942.500	-	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Investimentos	11	28.209.494	35.985.240	-	1.241.790	Capital social	16	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Imobilizado	12	12.715.347	11.899.083	17.216.223	15.169.346	Reserva de lucros		42.054.595	41.350.632	42.054.595	41.350.632
<b>Total do não circulante</b>		<b>43.034.406</b>	<b>48.091.516</b>	<b>17.383.288</b>	<b>16.618.329</b>	Participação dos não controladores		-	-	504.406	504.406
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>66.581.432</b>	<b>64.775.499</b>	<b>90.063.354</b>	<b>81.318.710</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>62.054.595</b>	<b>61.350.632</b>	<b>62.559.001</b>	<b>61.350.632</b>
						<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>66.581.432</b>	<b>64.775.499</b>	<b>90.063.354</b>	<b>81.318.710</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em Reais)

Capital social	Controladora		Reserva de Lucros		Total da controladora	Participação dos não controladores	Total consolidado
	Legal	Futuros Investimentos	Lucro líquido do exercício	Ações em tesouraria			
<b>SALDO EM 31/12/2022</b>	<b>20.000.000</b>	<b>3.778.763</b>	<b>36.417.501</b>	-	<b>60.196.264</b>	-	<b>60.196.264</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	2.536.367	-	2.536.367	-	2.536.367
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(1.382.000)	-	(1.382.000)	-	(1.382.000)
Transferência entre reservas	-	57.718	1.096.650	-	1.154.368	-	1.154.368
<b>SALDO EM 31/12/2023</b>	<b>20.000.000</b>	<b>3.836.481</b>	<b>37.514.151</b>	-	<b>61.350.632</b>	-	<b>61.350.632</b>
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	(2.882.489)	(2.882.489)	-	(2.882.489)
Bonificação de ações aos acionistas	-	-	(2.882.489)	-	(2.882.489)	-	(2.882.489)
Distribuição de dividendos	-	-	(1.154.368)	-	(1.154.368)	-	(1.154.368)
Lucro líquido do exercício	-	-	6.266.585	-	6.266.585	-	6.266.585
Destinações do resultado do exercício propostas pela administração:	-	-	-	(1.525.767)	(1.525.767)	-	(1.525.767)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.740.818)	-	-	-
Transferência para reservas	-	163.519	4.577.299	-	4.740.818	-	4.740.818
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	504.406	504.406
<b>SALDO EM 31/12/2024</b>	<b>20.000.000</b>	<b>4.000.000</b>	<b>38.054.595</b>	-	<b>62.054.595</b>	<b>504.406</b>	<b>62.559.001</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

#### NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. de Investimentos Slaviero tem por atividade preponderante a participação no capital social de outras sociedades, bem como a locação, administração, compra e venda de imóveis próprios, bem como realizar incorporação de empreendimentos imobiliários.

#### NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

#### a. Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

#### b. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Os principais procedimentos de consolidação adotados são os seguintes:

- Eliminação das participações no patrimônio líquido das controladas e destaque do montante correspondente à participação dos não controladores.
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos em controladas.
- Eliminação dos saldos de ativos, passivos, receitas e despesas e eventuais lucros não realizados decorrentes de transações efetuadas entre as sociedades, quando aplicável.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e abrangem as demonstrações contábeis da Sociedade e das seguintes controladas:

Empresas	% de participação	Local	Atividade principal
Cia. de Veículos Slaviero Ltda.	100%	Curitiba (PR)	Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados.
MS Investimentos Ltda.	71%	Curitiba (PR)	Holdings de instituições não-financeiras

As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações é o seguinte:

#### Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### Contas a receber

Registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

#### Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo custo médio das compras, líquidos de impostos recuperáveis e não superam os preços de mercado.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos e, quando aplicável, para perdas na realização dos adiantamentos a fornecedores são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias auferidas até as datas dos balanços. A Companhia reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente vai gerar um benefício econômico futuro.

#### Investimentos

Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreende a participação em sua controlada.

Inicialmente o investimento é reconhecido pelo custo de aquisição e incluem a participação da Companhia no resultado do exercício e outros resultados abrangentes da investida.

Os demais investimentos estão registrados pelo valor de custo, líquidos da provisão para perda de investimentos.

#### Imobilizado

Os bens do Imobilizado estão demonstrados aos custos de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis, da depreciação acumulada e da perda por redução do valor recuperável, se aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 12.

#### Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinada: (a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

#### Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. A Companhia reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

#### Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras da Com-

panhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

#### Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis são constituídas mediante avaliações de seus riscos e quantificadas com base em parecer jurídico sobre processos e outros fatos contingenciais conhecidos na data do encerramento do exercício. Tais provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal ou constituída como resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja requerida para liquidar a obrigação e o valor da provisão possa ser estimado de maneira confiável.

#### Imposto de renda e contribuição social sobre os lucros

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas, quando aplicável, conforme o regime de tributação de lucro real anual ou lucro presumido. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre a base tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000 ou a R\$ 60.000 trimestrais, quando aplicável ao regime de lucro presumido. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre a base tributável.

#### Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

#### Lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações existentes durante o exercício.

#### NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	631	2.304	46.128	12.398
Aplicações financeiras	22.468.365	14.417.670	28.720.957	30.958.391
<b>Total</b>	<b>22.468.996</b>	<b>14.417.974</b>	<b>28.767.085</b>	<b>30.970.789</b>

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por aplicações automáticas e fundos, com liquidez de curtíssimo prazo e estão sujeitas às conversões imediatas em dinheiro por valores conhecidos e riscos reduzidos de mudanças de valor. Os rendimentos dos fundos estão vinculados à taxa média anual de 105% do CDI (103% em 2023).

#### NOTA 5. CLIENTES

Contas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Clientes	36.711	82.245	9.730.500	8.982.239
(+) Pedidos	-	-	(56.110)	(81.618)
<b>Total</b>	<b>36.711</b>	<b>82.245</b>	<b>9.674.390</b>	<b>8.900.621</b>

O ajuste a valor presente de ativos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras da Companhia tomadas em seu todo. A administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente dos ativos monetários não tem relevância em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

A composição das duplicatas a receber por idade de vencimento está demonstrada no quadro a seguir em relação ao ano de 2024:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	36.711	77.632	9.263.421	8.406.980
Vencidos até 30 dias	-	-	313.651	250.939
Vencidos de 31 a 90 dias	-	-	8.280	64.365
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	114.232	52.888
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-	12.580	104.023
Vencidos a mais de 360 dias	-	-	18.336	103.944
<b>Total</b>	<b>36.711</b>	<b>82.245</b>	<b>9.730.500</b>	<b>8.982.239</b>

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Pecld) foram constituídas em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber (CPC 48).

#### NOTA 6. CONTAS COM A MONTADORA

Contas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fav - Distribuidor	-	-	1.524.713	657.794
Conta corrente Ford	-	-	68.736	69.653
Conta garantia Ford	-	-	189.999	334.515
Outros valores a receber	-	-	328.588	287.130
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.112.036</b>	<b>1.349.092</b>

#### NOTA 7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos diversos	19	152.242	656.183	1.647.997
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>152.242</b>	<b>656.183</b>	<b>1.647.997</b>

#### NOTA 8. ESTOQUES

Contas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Veículos novos	-	-	17.575.933	8.213.578
Veículos seminovos	-	-	4.547.700	3.221.710
Peças e acessórios	-	-	4.	

Depreciações	Saldo em 2023	Adições	Saldo em 2024
Edifícios e instalações	(7.904.482)	(331.026)	(8.235.508)
Equipamentos	(214.270)	(52.710)	(266.980)
<b>Total</b>	<b>(8.118.752)</b>	<b>(383.736)</b>	<b>(8.502.488)</b>
<b>Total geral do imobilizado</b>	<b>(11.899.083)</b>	<b>816.264</b>	<b>(12.715.347)</b>

  

d. Consolidado:	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Custos	8.136.940	1.200.000	-	9.336.940
Terrenos	11.353.795	-	-	11.353.795
Edifícios e instalações	1.261.486	128.788	-	1.390.274
Equipamentos	2.908.252	3.581.410	(2.286.169)	4.203.493
Veículos	-	1.495	-	1.495
Móveis e utensílios	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>23.660.473</b>	<b>4.911.693</b>	<b>(2.286.169)</b>	<b>26.285.997</b>

  

Depreciações	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Saldo em 2024
Edifícios e instalações	(7.904.481)	(331.026)	-	(8.235.507)
Equipamentos	(253.449)	(140.869)	-	(394.318)
Veículos	(333.197)	(658.248)	551.558	(439.887)
Móveis e utensílios	-	(62)	-	(62)
<b>Total</b>	<b>(8.491.127)</b>	<b>(1.130.205)</b>	<b>551.558</b>	<b>(9.069.774)</b>
<b>Total geral do imobilizado</b>	<b>(15.169.346)</b>	<b>(3.781.488)</b>	<b>1.734.611</b>	<b>(17.216.223)</b>

A reestimativa da vida útil dos bens (CPC 27) não foi realizada em função da Administração entender que os eventuais efeitos no cálculo da depreciação não seriam significativos.

A Administração da Companhia analisou os bens do ativo imobilizado para identificar a eventual existência de indícios de perdas, não tendo sido identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis.

NOTA 13. FORNECEDORES

Contas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ford Motor - Floor Plan	-	-	19.104.151	10.355.398
Ford Motor - Peças	-	-	218.694	2.145.322
Outros	7.719	780.489	627.010	2.275.958
<b>Total</b>	<b>7.719</b>	<b>780.489</b>	<b>19.949.855</b>	<b>14.776.678</b>

A composição dos títulos a pagar por idade de vencimento está demonstrada no quadro a seguir:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	7.719	714.644	19.949.855	14.703.669
Vencidos a mais de 360 dias	-	65.845	-	73.009
<b>Total</b>	<b>7.719</b>	<b>780.489</b>	<b>19.949.855</b>	<b>14.776.678</b>

NOTA 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Iss a pagar	-	583	27.259	47.544
Pis a pagar	14.625	24.461	23.062	39.308
Cofins a pagar	67.834	114.032	108.161	184.010
Irpj a pagar	437.717	-	437.717	-
Inss a pagar	-	-	201.713	195.133
Fgts a pagar	-	-	66.712	61.984
Impostos retidos	248	275	3.365	9.235
Irf s/ juros s/ Capital	327.574	207.300	635.074	414.600
<b>Total</b>	<b>847.998</b>	<b>346.651</b>	<b>1.503.063</b>	<b>951.814</b>

NOTA 15. PROVISÃO PARA PERDAS

A Sociedade é parte em processos em andamento e está discutindo essas questões na esfera judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião de consultores jurídicos externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. A Sociedade possui provisionados, em 31 de dezembro de 2024, valores para fazer face aos processos considerados prováveis de perda, cujos saldos finais estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2023	2024	2023	2024
Contingências cíveis	361.545	(44.468)	317.077	361.545
<b>Total</b>	<b>361.545</b>	<b>(44.468)</b>	<b>317.077</b>	<b>361.545</b>

A Administração da Sociedade e seus assessores jurídicos entendem que não existem outras provisões para perdas que deveriam ser registradas em 31 de dezembro de 2024. Não há contingências para perdas prováveis nas empresas controladas.

A Sociedade é, ainda, parte em processos em andamento, classificados como risco possível pelos seus consultores jurídicos externos, para os quais não é exigida a constituição de provisão para perdas. Tais processos totalizam em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente, R\$ 1.459.540 (2023 - R\$ 1.518.961). Já os processos das controladas totalizam em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente, R\$ 62.552 mil (2023 - R\$ 29.913).

NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**a. Capital social**  
O capital social é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 84.654.429 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte nove) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais tem direito a um voto cada uma nas assembleias gerais de acionistas.

**b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. No ano de 2024 a reserva atingiu 20% do capital social.

**c. Reserva para futuros investimentos**

Representada pelos lucros remanescentes (lucro após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos) e sua deliberação será realizada na Assembleia Geral Ordinária a qual ocorrerá dentro dos limites legais e após a publicação das demonstrações financeiras.

**d. Dividendos propostos**

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em Lei, conforme abaixo:

Descrição	2024	
	Variação	Total
Lucro do exercício	6.266.585	6.266.585
Reserva legal	(163.519)	6.103.066
Lucro após reserva	6.103.066	6.103.066
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.525.767	1.525.767

**e. Ações em tesouraria**

Por meio do Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações de 10 de abril de 2024, a Companhia comprou a totalidade das ações que o acionista Newton Slaviero Júnior possuía, que correspondiam a 3,1951% de sua participação, ao preço total de R\$ 2.882.489,20, com pagamento em 10 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 288.248,92 cada. Ainda em 2024, as ações foram distribuídas aos demais acionistas, como bonificação.

NOTA 17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Receita bruta	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Veículos novos	-	5.563.935	103.532.060	62.534.941
Veículos seminovos	-	-	48.934.599	32.079.579
Peças	-	743.331	40.534.009	45.330.587
Serviços	-	12.036	5.882.624	5.236.878
Comissões	32.532	164.374	5.621.619	3.022.664
Aluguéis de imóveis	2.400.000	-	-	-
Equivalência patrimonial	3.020.497	1.039.546	-	-
<b>Total da receita bruta</b>	<b>5.453.029</b>	<b>7.523.222</b>	<b>202.504.911</b>	<b>148.204.649</b>

Deduções da receita bruta

(-) Devoluções	-	(798.232)	(1.159.850)	(3.273.557)
(-) Icms	-	(204.097)	(216.882)	(871.237)
(-) Pis	(15.821)	(1.964)	(259.059)	(246.883)
(-) Cofins	(73.017)	(9.047)	(1.193.077)	(1.138.768)
(-) Iss	(1.627)	(8.820)	(526.315)	(387.075)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(90.465)</b>	<b>(1.022.160)</b>	<b>(3.355.183)</b>	<b>(5.917.520)</b>

Receita líquida de vendas

<b>5.362.564</b>	<b>6.501.062</b>	<b>199.149.728</b>	<b>142.287.129</b>
------------------	------------------	--------------------	--------------------

NOTA 18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

Receitas e Despesas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda/baixa de ativo imobilizado	-	380.660	979.971	462.193
Receitas diversas	-	159.663	95.737	262.097
Reversão da provisão para perdas em processos	-	560.945	-	560.945
Acordos trabalhistas	-	-	-	(41.780)
Provisão para perdas em processos	-	(361.545)	-	(361.545)
Créditos fiscais	56.959	-	56.959	-
Outras rendas	10.701	-	10.701	-
<b>Total</b>	<b>67.660</b>	<b>697.943</b>	<b>743.368</b>	<b>881.910</b>

NOTA 19. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Descontos obtidos	39	6.098	737.186	275.247
Juros recebidos	192.236	417	304.066	112.296
Rendimentos de aplicações financeiras	1.929.120	1.785.360	3.088.863	2.701.110
Juros sobre o capital próprio	2.050.000	1.382.000	-	-
Varição monetária ativa	-	990	2.620	2.141
Cashback	-	-	2.856	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>4.171.395</b>	<b>3.174.865</b>	<b>4.135.591</b>	<b>3.090.794</b>

Despesas financeiras

Encargos financeiros Floor Plan	-	(51.461)	(283.974)	(424.658)
Descontos concedidos	(920)	4.600	(803.854)	(537.027)
Varição monetária passiva	-	(13.458)	-	(13.458)
Juros e despesas bancárias	(108.070)	(78.465)	(994.958)	(796.620)
Juros sobre o capital próprio	-	(1.382.000)	-	(1.382.001)
Juros e multas fiscais	(54)	-	(54)	(8.771)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(109.044)</b>	<b>(1.520.784)</b>	<b>(2.082.840)</b>	<b>(3.162.535)</b>

Resultado financeiro líquido

<b>4.062.351</b>	<b>1.654.081</b>	<b>2.052.751</b>	<b>(71.741)</b>
------------------	------------------	------------------	-----------------

NOTA 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda	(1.213.846)	-	(2.246.132)	(402.643)
Contribuição social sobre o lucro	(445.624)	-	(848.886)	(153.591)
<b>Valores devidos</b>	<b>(1.659.470)</b>	<b>-</b>	<b>(3.095.018)</b>	<b>(556.234)</b>

Lucro presumido

Descrição	2024	
	Receita bruta	2.432.532
Alíquota de presunção	32%	778.410
Base de cálculo	4.172.972	4.172.972
Demais receitas	4.951.382	4.951.382
<b>Base de cálculo total</b>	<b>33.52%</b>	<b>1.659.470</b>

Lucro Real

Descrição	2023	
	Lucro antes dos impostos	1.154.367
(+) Adições	361.545	361.545
(-) Exclusões	(1.617.463)	(1.617.463)
<b>Base de cálculo</b>	<b>(101.551)</b>	<b>(101.551)</b>
Alíquota	0,00%	0,00%
<b>Valor do imposto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

NOTA 21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Ativos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	22.468.996	14.417.974	28.767.085	30.970.789
Contas a receber	36.711	82.245	11.786.426	10.249.713
Partes relacionadas	1.942.500	-	-	1.174.700
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>24.448.207</b>	<b>14.500.219</b>	<b>40.553.511</b>	<b>41.220.502</b>

Passivos financeiros

Fornecedores	7.719	780.489	19.949.855	14.776.678
Adiantamento de clientes	14.053	727.747	1.013.220	1.348.863
Partes relacionadas	30.292	1.174.700	-	1.174.700
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>52.064</b>	<b>2.682.936</b>	<b>20.963.075</b>	<b>17.300.241</b>

A Companhia não possuía nenhuma transação em aberto, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos). As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente aplicações financeiras, contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

NOTA 22. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, levando em conta a natureza e o grau de risco. A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis, é como segue:

Bens segurados	Data de vigência		Controladora	Consolidado
	De	Até		
Edifícios	24/06/2024	24/06/2025	10.000.000	10.000.000
Veículos	31/08/2024	31/08/2025	100% Fipe	100% Fipe
Prédio / conteúdo	24/06/2024	24/06/2025	-	34.600.000

NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os cálculos e recolhimentos de impostos, contribuições sociais e encargos previdenciários devidos pela Companhia estão sujeitos à revisão pelos órgãos responsáveis por sua fiscalização dentro dos prazos legais de prescrição.

NOTA 24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Companhia em 25 de março de 2025, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos.

DIRETORIA

Nelson Luis Slaviero, Cláudio Gomes Slaviero, Sergio Slaviero, Flavio Cesar Slaviero Pinheiro, Josilane Slaviero, Cristina Frare Slaviero Stempiuk, Maria Estela Slaviero e Bernardo Guerios.  
Ricardo Bertucci - Contador - CRC-PR nº. 45.801/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Cia de Investimentos Slaviero

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cia. de Investimentos Slaviero, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimon

Aviso de homologação e extrato de contrato modalidade: dispensa física nº 11/2025-processo administrativo nº 45/2025 objeto: contratação de empresa especializada em serviço de impressão e encadernação, para atender à demanda da secretaria municipal de assistência social. o prefeito de sapopema juntamente com a secretaria municipal de assistência social torna pública a dispensa física de licitação, na forma do artigo 75, ii da lei 14.133/2021 e decreto municipal. adjudicado: gilmar pereira da silva cnpj: 37.872.042/0001-22 contrato nº 57/2025 execução: 10 dias vigência: 06 (seis) meses valor de R\$: 2.310,00 (dois mil e trezentos e dez reais). sapopema-pr, 27 de março de 2025 paulo maximiano de souza junior prefeito

## MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO - PR

## AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 08/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO TRIUNFO, através da Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 08/2025 – PMSJT: OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS: até às 07h:59m do dia 15/04/2025; DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA FASE DE DISPUTA DE PREÇOS: 15/04/2025 às 09h:00min; CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço unitário; VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 1.500.000,00 LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF. O Edital estará disponível para download na página oficial da prefeitura no endereço [www.sjtriufo.pr.gov.br](http://www.sjtriufo.pr.gov.br) ou [Editais - BLL.COM-PRAS - A maior plataforma de licitações do país](http://Editais-BLL.COM-PRAS-A-maior-plataforma-de-licitacoes-do-pais)

São João do Triunfo, 27 de março de 2025.

Maria Angélica Gabre Halila - Secretária Municipal de Administração

## MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Concurso 01/2025

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que receberá a partir da publicação, inscrições para o CONCURSO com o seguinte objeto: **Seleção de duplas de violeiros para compor o 15º FESTIVAL DE VIOLEIROS 2025, contemplando Prêmios para músicas e composições que se enquadrarem no gênero sertanejo em seus vários estilos.** Inscrições até 28 de Maio às 18h, através do seguinte endereço:

<https://docs.google.com/forms/d/1QTUqH9bXRT5hs8RAipSSN19p3>

O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <https://cianorte.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209.

Cianorte, em 27 de Março de 2025.

Gilberto Yoshio Matuo

Chefe da Divisão de Licitação



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM URBANIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

GESTÃO 2022/2026  
CONSTRUINDO A LUTA NO PARANÁEDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA

O Presidente do SINDIURBANO-PR Sindicato dos Trabalhadores em Urbanização do Estado do Paraná vem pelo presente convocar todos os empregados da **URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A** para a realização de Assembleia Específica por Empresa, conforme estabelecem os artigos 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28 do Estatuto Social da entidade a ser realizada no Auditório do SISMUC - Rua Monsenhor Celso, 225, 2º andar, Curitiba - PR, no dia 01 de abril de 2025 às 18h30min em primeira chamada com a presença de metade mais um dos trabalhadores e, em segunda chamada, 30 minutos após, com qualquer número de presentes, com seguinte pauta:

I. Concessão de poderes à Diretoria do Sindicato, pelos empregados associados e os não associados, para realizar as negociações da data-base, bem como, celebrar e assinar Acordo Coletivo de Trabalho da **URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A**;

II. Discussão, deliberação e autorização prévia e expressa da categoria de trabalhadores representados e não filiados ao sindicato, para a anuência do desconto desses trabalhadores da taxa negocial no importe de 3% (três por cento) do salário base, após aprovação em assembleia da contraproposta do ACT;

III. Discutir, deliberar e aprovar pauta de reivindicação para o Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2026 da **URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A**;

IV. Autorização para que a Direção do SINDIURBANO-PR suscite medidas administrativas e ou judiciais (dissídio coletivo e outros), caso resultem infrutíferas as tentativas de negociação coletiva diretamente com a **URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S/A**.

Curitiba, 27 de março de 2025

Valdir Aparecido Mestriner  
Presidente

## Edital do Pregão Eletrônico N° 7.2025

A Prefeitura Municipal de Imbaú torna público que realizará Pregão Eletrônico, com sessão de Disputa de Preços: às **13:30 horas do Dia 10 de abril de 2025** horário de Brasília – DF, com a finalidade de selecionar melhor proposta para **Aquisição de Uniformes Esportivos**. Outras informações, bem como cópias do edital completo, poderão ser obtidos junto ao Site [www.imbau.pr.gov.br](http://www.imbau.pr.gov.br), ícone Licitações e/ou a pasta Técnica, poderá ser obtido junta a Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente no endereço da Rua Francisco Siqueira Korts, 471, São Cristóvão, Imbau / Pr – Fone 42 – 3127-9403/3127-9404.

Imbaú 26 de março de 2025.

DAYANE SOVINSKI RODRIGUES

Prefeita Municipal

## MUNICÍPIO DE CIANORTE

Aviso de Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº 031/2025

O Município de Cianorte, através da Divisão de Licitações, torna público, para conhecimento a quem interessar possa, que com autorização do Exmo. Sr. Prefeito, e de acordo com a legislação em vigor, que fará realizar, na Sala da Divisão de Licitações, sito no Centro Cívico nº 100, Cianorte, Paraná, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, com o seguinte objeto: **Aquisição de conjuntos para implementar o projeto de educação tecnológica e robótica educacional e serviços de formação para a Secretaria Municipal de Educação de Cianorte.** Credenciamento até às 08h30min do dia 11 de Abril de 2025 através do site [https://licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina\\_inicial.aspx](https://licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx); o recebimento das propostas até as 9hrs do dia 11 de Abril de 2025; início da sessão às 9hrs do dia 11 de Abril de 2025; oferecimento de lances a partir das 10h30min do dia 11 de Abril de 2025. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, bem como informações quanto a quantidades, prazos, valores estimados e demais condições estão disponíveis no endereço acima ou pelo site <https://cianorte.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro. Fone: (44) 3619-6332 ou (44) 3619-6209. Cianorte, em 18 de Março de 2025.

Gilberto Yoshio Matuo

Chefe da Divisão de Licitação

**FRAZÃO** EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor

Fiduciário: ITAU ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. CNPJ/MF nº 00.000.776/0001-01, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, 7º Andar, Parte A, Parque Jabaquara, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, com recursos advindos do Sistema de Consórcio, e garantia de alienação fiduciária de imóvel e outras averbas, sob nº 00111413-01, firmado em 15/12/2017, no qual figuram como fiduciante(s) **SIMONI DE CASTRO RODRIGUES**, brasileira, cozinheira, portadora da CLRG. nº 8.251.585-2-SSP/PR, inscrita no CPF/MF nº 296.065.458-73 e seu esposo **DONISETE BATISTA DE SOUSA**, brasileiro, mecânico automotivo, portador da CLRG. nº 4.937.274-4-SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 702.035.129-87, casados sob o regime de comunhão universal de bens, no dia 12/09/2014, residentes e domiciliados em Cambé/PR, levará a PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafo, no dia 16/04/2025, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 126.511,82 (cento e sessenta e cinco mil e sessenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor fiduciário, constituído pelo "Data de terras sob o nº 26 (vinte e seis), da quadra nº 07 (sete), com a área de 300,00 metros quadrados, situada à Rua César Moreschi, na 1ª parte do PARQUE RESIDENCIAL ANA ROSA, subdivisão de parte do lote nº 250, da Gleba Jacutinga, nesta Cidade e Comarca de Cambé, e se acha dentro das seguintes divisas e confrontações: "Frente: para a Rua César Moreschi, medindo 11,70 metros; lado direito: com a data nº 25, medindo 25,00 metros; lado esquerdo: com a data nº 27, com 25,00 metros; e fundos: com parte das datas nºs 18 e 19, medindo 12,30 metros." Imóvel objeto da matrícula nº 27.187 do 01º Cartório de Registro de Imóveis de Cambé/PR. Inscrição Municipal: 02.051.321.0089-000. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 30/04/2025, às 15h30min, no mesmo horário e local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 69.884,59 (sessenta e nove mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro ([www.frazaoleiloes.com.br](http://www.frazaoleiloes.com.br)), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site [www.frazaoleiloes.com.br](http://www.frazaoleiloes.com.br), respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no endereço eletrônico [www.frazaoleiloes.com.br](http://www.frazaoleiloes.com.br), e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leilão correspondente a 5% sobre o valor do arremate. A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (18-3160-11)

**MILAN LEILÕES**  
LEILOEIRO OFICIAIS

Dia: 01/Abril Terça 9:30h.  
LEILÃO ONLINE

APROX. 520 LOTES

LEILÃO DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS E EQUIPAMENTOS P/ LOGÍSTICA

PRENSA RÁPIDA FREIO DE FRICÇÃO NIAGARA 260 TON MESA 3000 X 900mm

03 CENTROS DE USINAGEM GROB G-300 INTELIGÊNCIA SIEMENS 840D

TRIDIMENSIONAL ZEISS PRISMO NAVIGATOR

TORNO CNC S30 ROMI MCS 210

FRESADORA VERTICAL CNC INTERACTI 4 ROMI

EQUIPAMENTO DE CORTE DE CHAPA A LASER TRUMPF MOD. TRULASER 8000

GR. QUANT. DE PNEUS DIVERSOS

15 EMPILHADEIRAS DIVS.

APROX. 25 TON DE FERRO GUSA

GUILHOTINA DE CHAPA - ROMEA

3.000 ALTO FALANTES BOSCH POT. 20W

EQUIP. DE CORTE DE CHAPA A LASER TRUMPF MOD. TRULASER 3040

856 CATALISADORES PESO APROX. 10.599 KGS

SAIBA MAIS

PARTICIPE ACESSE: [WWW.MILANLEILOES.COM.BR](http://WWW.MILANLEILOES.COM.BR)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA BÁRBARA  
AVISO DE LICITAÇÃO

## EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 2/2025

O Município de Nova Santa Bárbara - PR, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 16 de abril do ano de 2025, na plataforma do Compras Governamentais, através do site <http://www.gov.br/compras> - UASG - 985457, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede município	Revitalização da Praça	3.600,00 m²	180 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura Município de Nova Santa Bárbara e na plataforma do Compras Governamentais, através do site <http://www.gov.br/compras> - UASG - 985457. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Nova Santa Bárbara, 27 de março de 2025.

Elaine Cristina Ludtke dos Santos

Agente de Contratação

Portaria nº 6/2025



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TEATRO DE BONECOS/CENTRO UNIMA BRASIL PARA FECHAMENTO DA FILIAL DE CNPJ 42.368.548/0002-10

Senhores(as) Associados (as),

De acordo com seus estatutos a Associação Brasileira de Teatro de Bonecos/Centro Unima Brasil vem, por meio deste edital, convocar as(os) associadas(os) para a assembleia geral extraordinária, que será realizada no dia 25 de abril de 2025 a partir das 19 horas, no Palácio dos Estudantes – Casarão da UPE, situado na Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 1157, bairro São Francisco, na cidade de Curitiba, CEP 80020- 280, estado do Paraná. Em pauta: Fechamento da Filial da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos, situada Rua 27 de Janeiro, 181, Bairro Centro, CEP 53029-902 – Olinda, Pernambuco, com CNPJ 42.368.548/0002-10 e devida baixa deste CNPJ, junto aos órgãos competentes

Curitiba, 20 de março de 2025

Francisco Andreisson Alves Quintela

Presidente da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos/Centro Unima Brasil

Associação Brasileira de Teatro de Bonecos /Centro Unima Brasil

<http://abtbcentrounimabrasil.wordpress.com>[abtbunimabrasil@gmail.com](mailto:abtbunimabrasil@gmail.com)MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA - PR  
AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025 – PROC. LIC. Nº 033/2025

O Município de Matelândia, Estado do Paraná, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que realizará o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2025, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, DE RECAPE ASFÁLTICO EM CBUQ DE TRECHO DA AVENIDA GARIBALDI (ENTRE RUA MARECHAL FLORIANO E RUA PROF. LERIDES PAGNUCELLI DE LIMA) COM ÁREA TOTAL DE 14.497,81 m², INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, REVESTIMENTO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL CONFORME CONVÊNIO Nº 463/2024-SECID/PARANACIDADE-SAM 96 X MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA, E ESPECIALIZAÇÃO NAS FORMAS DOS PROJETOS, PLANILHAS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO, com valor global máximo de R\$ 1.016.260,97 (um milhão, dezesseis mil, duzentos e sessenta reais e noventa e sete centavos). O edital para conhecimento geral encontra-se disponível no Portal da Transparência do Governo de Matelândia no sítio eletrônico [www.matelandia.pr.gov.br](http://www.matelandia.pr.gov.br), e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. O recebimento das propostas dar-se-á das 17h30min do dia 27/03/2025 até às 08h00min do dia 24/04/2025. A abertura das propostas será a partir das 08h30min do dia 24/04/2025. O início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 24/04/2025 na plataforma [bll.compras.com](http://bll.compras.com). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (45) 3262-8376. Matelândia-PR, 27 de março de 2025. – Gabriel da Silva Cadini – Prefeito.

Secretaria de Estado da Educação

**Aviso de Licitação**  
**Pregão Eletrônico nº 11/2025**

Protocolo: 22.789.462-8

**Objeto:** Contratação de prestação de serviços especializados, abrangendo apoio operacional na organização, execução, acompanhamento, fornecimento de alimentação e bebida, infraestrutura e logística dos eventos de formação continuada da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.**Data da Licitação:** 10/04/2025**Horário:** 10h00min

No valor global máximo de R\$ 47.413.927,81 (quarenta e sete milhões e quatrocentos e treze mil e novecentos e vinte e sete reais e oitenta e um centavos).

O edital encontra-se à disposição no portal [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) ou <https://www.gov.br/compras/pt-br> (UASG 925443). SEED/NAS/SL 26/03/2025.**PASA - PARANÁ OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.**  
CNPJ n.º 02.725.300/0001-63 - NIRE 41.300.016.348**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam as acionistas da Pasa - Paraná Operações Portuárias S.A. convocadas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se presencialmente no dia 28 de abril de 2025, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, na Avenida Bento Rocha, n.º 67, Dom Pedro II, CEP 83.221-565, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

(i) exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;

(ii) deliberação sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e

(iii) eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva remuneração.

Paranaguá, 26 de março de 2025.

**Paulo Meneguetti**  
Diretor Presidente.**Informações Gerais.** Poderão participar da Assembleia ora convocada, as acionistas constantes do Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia no dia da realização da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores. A este respeito, nos termos do art. 15º do Estatuto Social da Companhia, e do §1º do art. 126 da Lei n.º 6.404/76, a acionista poderá ser representada na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, membro da administração da Companhia ou advogado licenciado no Brasil.**MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS****AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº**  
**007/2025****Objeto:** Credenciamento de entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos ou empresas privadas para realização de exames laboratoriais de análises clínicas aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), atendidos nas Unidades de Saúde vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde, mediante autorização do Fundo Municipal de Saúde.**Local:** Dois Vizinhos/PR**Unidade compradora:** 987541 – MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS/PR**Modalidade da contratação:** Credenciamento**Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 79, incisos I e II**Tipo:** Edital de Chamamento Público**Data de início de recebimento de propostas:** 31/3/2025**Data fim de recebimento de propostas:** 31/3/2026**Fonte:** Compras.gov.brO edital estará à disposição dos interessados no site [www.doisvizinhos.pr.gov.br](http://www.doisvizinhos.pr.gov.br) aba licitações.

Dois Vizinhos, 26 de março de 2025.

**Luis Carlos Turatto**  
Prefeito**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA-PR****AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 679/2025.**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 08/2025.**  
**EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE**  
**PEQUENO PORTE – EPP, INCLUSIVE**  
**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI.****Objeto:** Contratação de empresa especializada para efetuar Testes de Levantamentos Radiométricos, Controles de Qualidade e Integridade de Equipamentos de Proteção Individual, em Salas de Exames de Raios X, instaladas no Centro Municipal de Saúde-Hamada e no Pronto Atendimento Municipal de Saúde – Centro, estabelecimentos esses localizados no município de Marialva – PR, pelo Menor Preço Por Lote. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e [www.marialva.pr.gov.br](http://www.marialva.pr.gov.br). Recebimento das Propostas e Habilitação: até 04 de abril de 2025 às 08:00hs. Data do Certame e Horário da Disputa de Lances: Das 08:01hs até 14:01hs do dia 04 de abril de 2025. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou [compras@marialva.pr.gov.br](mailto:compras@marialva.pr.gov.br). Marialva-Pr, 26 de março de 2025.**FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA - Prefeita Municipal****PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUVA**  
**ESTADO DO PARANÁ****PREGÃO ELETRÔNICO 011/2025****Objeto:** Registro de Preços para prestação de serviços de instalação e manutenção semafórica com fornecimento de peças, equipamentos e materiais necessários.

As propostas e documentos poderão ser cadastradas a partir de 01/04/2025, com limite até 15/04/2025 as 08:15h.

Julgamento das Propostas: dia 15/04/2025 as 08:30h.

Portal de Licitações: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)Melhores informações, na sede da Prefeitura Municipal de Imbituva, sito à Rua Prof. José Buhner Jr., 462 ou pelo telefone (42) 3436-1233 – Setor de Licitação. ([tiago@imbituva.pr.gov.br](mailto:tiago@imbituva.pr.gov.br)).

Imbituva/PR, 27 de Março de 2025.

**Bertoldo Rover-**  
Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO**  
**Nº 001/2025****AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA O 1º FESTIVAL DE BLUES, EVENTO GRATUITO, EXECUTADO COM LEIS DE FOMENTO E PATROCÍNIOS EXTERNOS, BEM COMO PERMISSÃO ONEROSA PARA FINS DE EXPLORAÇÃO COMERCIAL, ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA DO PARANÁ. COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE ARTE E CULTURA DO PARANÁ, nome fantasia PHOTON COOPERATIVA CULTURAL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.623.875/0001-63, com sede à Rua Capistrano de Abreu, 1250/RES 02, Bairro Boa Vista, CEP: 82.560-250, Curitiba/PR, conforme o Estatuto Social, representado por GUILHERME GLÜCK CAMARGO, portador do RG nº 6.971.788-8 e inscrito no CPF/MF sob número 029.788.429-89, tel: (41) 9983-6169, e-mail: [quigluck@gmail.com](mailto:quigluck@gmail.com), celebram o presente Termo de Autorização de Uso de Espaço Público, pelos princípios do Direito Administrativo e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas: O direito a uso dos espaços ocorrerá no Parque Municipal Ambiental Anibal Khury, localizado na Rua Domingos Scucato, 83501-020 – Almirante Tamandaré/PR, apresentada em pontos com medidas diversas, conforme indicação em mapa oficial do evento.**

O Permissonário deverá recolher aos cofres públicos, em até 02 (dois) dias úteis do ato da assinatura do Termo de Autorização de Uso, o valor proposto da remuneração, que não será devolvido pela Administração, caso haja desistência do interessado ou suspensão motivada por não cumprimento de obrigatoriedades.

O Autorizado pagará a Permitente a título de remuneração pelo uso do espaço público descrito na Cláusula Primeira deste ajuste, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO O acompanhamento e a fiscalização do objeto da autorização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, tendo como gestor o Senhor JOSÉ LUIZ AFORNALLI, inscrito no CPF/MF sob o nº. 766.564.039-72. e o Senhor LAERMILCIO GUIMARÃES inscrito no CPF/MF sob nº 034.816.499-83 como fiscal do Termo de Autorização. Data de assinatura Almirante Tamandaré, 10 de março de 2025.

**JOSÉ LUIZ AFORNALLI**  
Secretário Municipal de Cultura e Turismo  
**PERMITENTE**  
**GUILHERME GLÜCK CAMARGO**  
Representante Legal  
**PHOTON COOPERATIVA CULTURAL**  
PERMISSIONÁRIO**URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.**   
**CNPJ DO MF Nº 75.076.836/0001-79****AVISO AOS ACIONISTAS**

Estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da URBS S.A., situada na Av. Presidente Affonso Camargo, 330 – Estação Rodoferroviária/Bloco Central – nesta Capital, os documentos a que se refere o Artigo 133, da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Curitiba, 26 de março de 2025.

**OGENY PEDRO MAIA NETO**  
Presidente da URBS S.A.**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIALVA-PR****AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 984/2025.**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2025.**Aquisição de veículo com a finalidade de atender a demanda do Gabinete do Prefeito, deste município de Marialva – PR, pelo Menor Preço Por Item. Obtenção do Edital: Através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e [www.marialva.pr.gov.br](http://www.marialva.pr.gov.br). Recebimento das Propostas até o dia 10 de abril de 2025 até às 08h30min. Abertura das Propostas dia 10 de abril de 2025 às 09h00min. Informações: (44) 3232-8372 (voz) ou [compras@marialva.pr.gov.br](mailto:compras@marialva.pr.gov.br)

Marialva-Pr, 26 de março de 2025.

**FLAVIA CHERONI DA SILVA BRITA -**  
Prefeita Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS****AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2025****OBJETO:** Registro de preços para a contratação de empresa para o fornecimento de refeições por meio de serviço de buffet, para atender às necessidades alimentícias durante o 5º Evento de Agricultura Moderna e o 5º Evento de Pecuária Moderna.**PREÇO MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 52.352,00 (cinquenta e dois mil e trezentos e cinquenta e dois reais).**DATA DA SESSÃO:** 11 de abril de 2025 às 08:30hrs, junto a plataforma: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**INFORMAÇÕES:** Informações poderão ser obtidas no site [www.prudentopolis.pr.gov.br](http://www.prudentopolis.pr.gov.br), e também junto ao Depto de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, Rua Rui Barbosa, nº 801, Centro, Prudentópolis-PR, CEP 84400-000, fone: 08008080130 Ramal: 8010 de segunda à sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.**Caroline Portela- Pregoeira****RIO BRANCO DO SUL**  
PREFEITURA MUNICIPAL*Capital do Cimento***SECRETARIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DE**  
**COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**Aviso de Abertura de**  
**Concorrência Eletrônica nº 004/2025****OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a execução da obra de engenharia destinada à construção de um edifício em alvenaria para a Escola de Tempo Integral Nilce Faria, no município de Rio Branco do Sul.**TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 15.006.985,85. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 28/03/2025, até às 08:00 horas do dia 12/05/2025. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 12/05/2025, às 08:30 horas. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 12/05/2025 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) – Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site <http://www.riobrancodosul.pr.gov.br>, no link Portal da Transparência, no site da BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e na PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas do dia 28/03/2025 ao dia 12/05/2025. **INFORMAÇÕES:** poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

Rio Branco do Sul, 27/03/2025.

**Crisleine dos Santos Leonart**  
Departamento de Compras e Licitação

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

**AVISO Nº 047/2025 - DER SEDE**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA COM REGIME DE**  
**CONTRATAÇÃO INTEGRADA**

Cl n.º 02/2025 DER/DT - GMS n.º 23/2025 (CONC-e)

Compras.gov.br n.º 90023/2025 (UASG n.º 463390)

**EXTRATO DO EDITAL**  
**ABERTURA DE LICITAÇÃO****OBJETO:** Contratação Integrada de Empresa para Elaboração dos Projetos Básico e Executivo e Execução das Obras de Restauração e Duplicação da PR-412, entre a divisa de PR/SC até Guaratuba, numa extensão de 12,81 km.**N.º DO PROCESSO:** 23.670.704-0.**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 11:00 horas do dia 02/07/2025, no Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).**Orçamento sigiloso nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.****AUTORIZAÇÃO:**

a) Para licitação: Janice Kazmierczak Soares - Diretora Técnica DER/PR, em 17/03/2025.

b) Para realização de despesas: Fernando Furiatti Saboia – Diretor Presidente do DER/PR, em 19/03/2025.

**EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO:** A Licitação será realizada na forma eletrônica. O edital e os anexos serão disponibilizados na página eletrônica <http://www.administracao.pr.gov.br/Compras>, link Licitações do Poder Executivo, consulta licitações, órgão DER, n.º GMS: 23/2025 (CONC-e). Também será disponibilizado no portal Compras.gov.br – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), sob o n.º (90023/2025) (UASG n.º 463390). Demais informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, localizada na Avenida Iguçu, n.º 420, andar térreo, Curitiba/PR. - Telefone 41 – 3304-8243.

Curitiba, 27 de março de 2025.

**José Victor Andreatta**  
Presidente da Comissão de Contratação**BEM**  
**PARANÁ****3350.6620**



## KLABIN PARANAGUÁ SPE S.A.

CNPJ nº 35.703.702/0001-16

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

#### A Administração

#### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				<b>Receita líquida de serviços</b>	5	33.007	38.123
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.469	29.949	Fornecedores	8	3.450	3.878	Custo dos serviços prestados	11	(33.044)	(33.286)
Partes relacionadas	5	313	4.537	Obrigação com poder concedente	7	3.072	1.747	<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>(37)</b>	<b>4.837</b>
Estoques		176	70	Passivos de arrendamentos	6	2.936	2.689	<b>(Despesas)/receitas operacionais</b>			
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	2.203	1.910	Obrigações fiscais	14	312	854	Despesas administrativas		(2.086)	(1.904)
Tributos a recuperar	12	17	21	Obrigações sociais e trabalhistas		266	259	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(193)	398
Outros ativos		429	1.089	Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	13	634	634	<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>(2.316)</b>	<b>3.331</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>40.607</b>	<b>37.576</b>	Partes relacionadas	5	38	325	Receitas financeiras		3.427	3.380
<b>Não circulante</b>				Outros passivos	9	685	751	Despesas financeiras		(5.112)	(4.848)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	1.830	527	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>11.393</b>	<b>11.137</b>	<b>Resultado financeiro</b>	10	<b>(1.685)</b>	<b>(1.468)</b>
Outros ativos		92	-	<b>Não circulante</b>				<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(4.001)</b>	<b>1.863</b>
Ativos de direito de uso	6	11.473	14.491	Passivos de arrendamentos	6	9.486	12.387	Correntes	13	-	(398)
Intangível	7	192.092	198.392	Obrigação com poder concedente	7	62.868	62.150	Diferidos	13	1.306	(225)
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>205.487</b>	<b>213.410</b>	Provisão do passivo atuarial	19	142	122	<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>1.306</b>	<b>(623)</b>
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>72.496</b>	<b>74.686</b>	<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<b>(2.695)</b>	<b>1.240</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>83.889</b>	<b>85.796</b>				
				<b>Patrimônio Líquido</b>	15						
				Capital social		162.016	162.016				
				Reservas Legal		167	167				
				Reserva de investimento e capital de giro		98	3.088				
				Ajustes de avaliação patrimonial		(76)	(81)				
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>162.205</b>	<b>165.190</b>				
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>246.094</b>	<b>250.986</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>246.094</b>	<b>250.986</b>								

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de investimento e capital de giro	Prejuízo acumulado	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	162.016	105	-	1.987	-	164.108
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.240	1.240
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	(81)	-	(81)	(81)
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>162.016</b>	<b>105</b>	<b>(81)</b>	<b>1.987</b>	<b>1.240</b>	<b>165.267</b>
<b>Destinação do lucro do exercício:</b>						
Constituição de reserva legal	-	62	-	-	(62)	-
(-) Dividendos pagos	-	-	-	(77)	(77)	(77)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	295	(295)	-
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	-	-	883	(883)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>162.016</b>	<b>167</b>	<b>(81)</b>	<b>3.088</b>	<b>-</b>	<b>165.190</b>
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(2.695)	(2.695)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(2.695)	2.695	-
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	5	-	5	5
(-) Dividendos pagos	-	-	-	(295)	(295)	(295)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>162.016</b>	<b>167</b>	<b>(76)</b>	<b>98</b>	<b>-</b>	<b>162.205</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. INFORMAÇÕES GERAIS:** A Klabin Paranaguá SPE S.A. ("Paranaguá" ou "Companhia") foi constituída sob forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE) em 31 de outubro de 2019 com o objetivo único e exclusivo para a exploração do arrendamento das áreas do Porto Organizado de Paranaguá, denominada PAR01, para realização de atividades de recepção, movimentação, armazenagem e expedição até o costado, de carga geral, especialmente papel e celulose nos termos do Contrato de Arrendamento nº 02 de 2020 celebrado em 06 de maio de 2020 entre Klabin Paranaguá SPE S.A. e o Ministério da Infraestrutura com a Interveniência da Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ. O arrendamento decorreu do Leilão nº 3 de 2019 promovido pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário - ANTAQ cujo terreno com 27.530 m² foi recebida através do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos referentes ao Contrato de Arrendamento nº 02/2020-ANTAQ, datado de 21 de junho de 2021. A área recebida, constituída de terreno, a partir do Termo de Aceitação Provisória tiveram suas principais obras finalizadas e onde foram implantadas as edificações e os equipamentos, estabelecidos no Plano Básico de Implantação, necessários ao desenvolvimento das atividades objeto do arrendamento com prazo contratual de 25 anos com possibilidades de prorrogações, em havendo interesse e manifestação expressa 60 meses antes do término, ficando a prorrogação a exclusivo critério do Poder Concedente e até o limite máximo de 70 anos a partir da vigência original. Considerando que os investimentos já realizados e estrutura

física permitem a operação e possibilitam ao Porto Organizado de Paranaguá atender a demanda de exportação de celulose da sua região de influência, a Klabin Paranaguá deu início às atividades objeto do contrato de arrendamento no mês de dezembro de 2022. O contrato de concessão tem prazo de 25 anos, com data final preestabelecida em 31 de junho de 2046. Localizado na zona primária do porto, o novo terminal atenderá o aumento dos volumes previstos na Klabin S.A., controladora integral da Companhia, para exportação de papel e celulose nas unidades da região, com capacidade estática de armazenamento de 60 mil t e movimentação mínima contratual exigida de 532,5 mil t anual. A iniciativa verticaliza a operação e permitirá o transporte dos produtos de exportação diretamente das unidades da Klabin S.A. para o terminal marítimo, integralmente por trajeto ferroviário, e com essa condição permitindo atingir índices de produtividade de excelência mundial e garantir alta competitividade. **1.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios

apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos. A diretoria financeira aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 27 de março de 2025.

**2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A Companhia apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são materiais para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.2. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos, e o passivo atuarial é registrado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.1 Práticas contábeis materiais:** **2.1.1 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.1.2 Ativos e passivos não circulantes:** Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço. **2.2 Estimativas e julgamentos contábeis materiais:** No registro das receitas e despesas do exercício e na elaboração das Demonstrações Financeiras, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas do exercício e outras transações. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração

é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das Demonstrações Financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do suporte formal de especialistas, quando aplicável. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras, podendo a Companhia estar exposta a perdas que podem ser materiais. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Os itens materiais sujeitos ao julgamento estão relacionados com o apoio do acionista na condução dos planos de negócio até o equilíbrio financeiro do negócio e, em relação às estimativas, está o reconhecimento inicial dos passivos oriundos da obrigação com poder Concedente (passivo de arrendamento e correspondente ativo intangível direito de uso do ativo) decorrente de contrato de arrendamento ao valor justo, apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado (Nota 6). Os itens materiais sujeitos a essas estimativas ou julgamentos são:

Nota Explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
6	Períodos de contrato e taxa incremental de financiamento em contratos de arrendamento
7	Análise da recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis
7	Reconhecimento inicial do valor justo dos ativos intangíveis de concessão
13	Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Diretoria

Dayele Rodarte Fernandes Silva - Contadora - CRC SP317897/O-0

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.klabin.com.br/>.

O relatório do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de março de 2025, sem modificações. Home - Klabin RI - Relações com Investidores.

# WWW.BEMPARANA.COM.BR

Aponte a câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do BEMPARANÁ.

Acesse também pelo link: <https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/>



## Balanços, Atas, Súmulas ou Editais?

A melhor relação  
custo x benefício  
em publicidade legal  
está no  
**Bem Paraná**

MUNICÍPIO DE QUARTO CENTENÁRIO – ESTADO DO  
PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 001/2025-PMQC

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE “PAVIMENTAÇÃO EM TST + BASE GRADUADA” NA ESTRADA “VILA RURAL PORTA DO CÉU” COM RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DO INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4120655/2023-CAIXA (PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA) CONFORME PROJETOS, MEMORIAL, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E DEMAIS DOCUMENTAL TÉCNICO EM ANEXO.**

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir  
das 08:00 horas do dia 28/03/2025.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00  
horas do dia 14/04/2025.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS:  
às 08:30 horas do dia 14/04/2025.

Local: Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil  
([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

Informações e Edital: Portal da Transparência (<https://quartoacentenario.eloweb.net/portaltransparencia/1/>) ou Plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)). Telefone (44) 3546-1109 ou 3546-1187, e-mail: [licitacao.quartocentenario@gmail.com](mailto:licitacao.quartocentenario@gmail.com)

Quarto Centenário/PR, 27 de março de 2025

WILSON AKIO ABE

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS – PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

O Prefeito Municipal de Inácio Martins/PR, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Federal nº 14.133/21, a vista da Ata de Sessão Final exarado pela Pregoeira juntamente com a Equipe de Apoio, designados através do Decreto Municipal nº 025/2025, RESOLVE HOMOLOGAR A PRESENTE LICITAÇÃO nestes termos: Processo de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2025. Objeto: Aquisição de um trator agrícola conforme o termo de convênio nº 332/2024. Proponente declarada vencedora do certame: SCR Máquinas e Terraplenagem Ltda. - CNPJ nº 46.553.316/0001-01. Valor Contratual: R\$ 158.220,00 (Cento e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte reais).

Inácio Martins/PR, 26 de Março de 2025

Edmundo Vier  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 016/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025.** Objeto: Aquisição de um trator agrícola conforme o termo de convênio nº 332/2024. Contratante: Município de Inácio Martins/PR - CNPJ nº 76.178.029/0001-20. Contratada: SCR Máquinas e Terraplenagem Ltda. - CNPJ nº 46.553.316/0001-01. Valor Contratual: R\$ 158.220,00 (Cento e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte reais). Prazo de Execução e Vigência: 26/03/2025 a 25/03/2026. Assinatura: 26/03/2025.



[ppac.org.br](http://ppac.org.br)

**QUANDO O PREFEITO ASSUME O COMPROMISSO COM A INFÂNCIA, AS CRIANÇAS DA SUA CIDADE FICAM ASSIM: MUITO MAIS PROTEGIDAS.**

Toda criança merece um prefeito que se preocupe com o seu bem-estar. Ao fazer parte do **Programa Prefeitas e Prefeitos Amigos da Criança**, da Fundação Abrinq, o prefeito da sua cidade assume o compromisso com a infância e adolescência. As cidades que possuem prefeitas ou prefeitos amigos da criança já constataram a queda nas taxas de mortalidade infantil e o aumento das matrículas em creche, além de muitos outros resultados que impactam positivamente toda a sociedade. **Se você é prefeita ou prefeito, não perca a chance de ser realmente amigo das crianças.**

**Saiba mais e faça sua adesão em [ppac.org.br](http://ppac.org.br).**

**Amigo mesmo é quem protege.**



Há mais de 30 anos  
garantindo negócios  
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

**JUNTO HOLDING BRASIL S.A.**

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

## AVISO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Controladora e Consolidado demanda a leitura das demonstrações financeiras completas e auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas e auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.bemparana.com.br/>.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas,

Submete-se à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Junto Holding Brasil S.A. ("Controladora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

### Perfil

A Junto Holding Brasil S.A. é uma *joint venture* entre o Paraná Banco S.A., o qual possui 50,5% das ações ordinárias, e a Travelers Brazil Acquisition LLC, a qual possui 49,5% das ações ordinárias. A Controladora, que tem como objeto social a participação em sociedades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados, controla a Junto Seguros S.A. e a Junto Resseguros S.A., focadas nos ramos de seguro garantia e fiança locatícia.

### Desempenho Financeiro

Em 2024, a jornada digital da Junto, por intermédio da inovação, agilidade e foco no cliente, auxiliou a Companhia a manter a qualidade no atendimento a parceiros e clientes, resultando num volume total de 259 mil apólices emitidas, com uma média de 21,6 mil emissões por mês, garantindo a liderança de mercado pelo quarto ano consecutivo, com um *market share* de 15,8% em prêmio direto no mercado de seguro garantia.

Em 2024, a receita com contratos de seguros e resseguros foi de R\$ 654,4 milhões (R\$ 610,8 milhões em 2023) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R\$ 665,9 milhões (R\$ 595,5 milhões em 2023). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 108,1 milhões (R\$ 98,3 milhões em 2023), representando um ROAE de 17,1%. O sólido desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem em nossos ratings, equivalentes a "brAAA" pela Standard & Poor's e a "A-Excelente" na escala internacional pela AMBest.

### Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Controladora, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de 25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social.

Em 28 de fevereiro de 2024, foram pagos R\$ 31,2 milhões como juros sobre o capital próprio, decorrentes do exercício de 2023. Adicionalmente, em 30 de abril de 2024 foram pagos R\$ 43,2 milhões de dividendos discricionários, decorrentes do exercício de 2023. Em 2024, foram destacados R\$ 39,8 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia e como parte integrante do dividendo mínimo obrigatório devido aos acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2024.

### Combate à Fraude e Lavagem de Dinheiro

A Junto Holding Brasil S.A. e suas controladas possuem uma política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, aplicada no âmbito do grupo prudencial, amplamente disseminada e que contempla procedimentos e controles internos efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações, realizadas em conformidade com a legislação e as diretrizes regulatórias vigentes.

Tais procedimentos e controles internos contemplam a identificação, a avaliação, o tratamento e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas a fraude e lavagem de dinheiro, produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

### Agradecimentos

Os executivos da Junto Holding Brasil S.A. agradecem aos seus acionistas, clientes, corretores e parceiros de negócios pela confiança e aos seus colaboradores pelo esforço, competência, lealdade e dedicação que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 26 de março de 2025.  
Conselho de Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023		12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
<b>Ativo</b>					<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>	83.847	87.562	830.720	735.689	<b>Circulante</b>	40.926	81.074	634.839	684.285
Caixa e equivalentes de caixa	110	104	5.667	2.940	Contas a pagar	40.725	81.074	60.060	109.976
Aplicações financeiras	42.795	49.994	431.732	343.356	Obrigações a pagar	37.797	78.337	45.799	93.058
Títulos e créditos a receber	39.588	36.823	21.021	27.070	Impostos e encargos sociais a recolher	1.290	1.249	4.126	4.886
Títulos e créditos a receber	33.827	31.399	1.294	876	Encargos trabalhistas	1.292	1.129	4.792	5.100
Créditos tributários e previdenciários	2.877	2.850	5.289	8.400	Impostos e contribuições	346	292	1.422	3.450
Outros créditos	2.884	2.574	14.438	17.794	Outras contas a pagar	-	67	3.921	3.482
Despesas antecipadas	1.354	641	2.826	3.105	Passivos de contratos de seguro e resseguro aceito	-	-	573.727	572.433
Ativos de contratos de resseguro mantido e retrocessão	-	-	369.474	359.218	Depósitos de terceiros	-	-	781	659
Ativo não circulante	636.984	598.117	1.014.455	1.045.408	Passivos de arrendamento	201	-	271	1.217
Aplicações financeiras	17.768	43.766	605.345	696.620	Passivo não circulante	14.012	9.099	544.443	501.306
Títulos e créditos a receber	-	-	81.440	77.167	Contas a pagar	8.482	8.471	13.801	11.228
Depósitos judiciais	-	-	57.400	49.156	Obrigações a pagar	3.130	1.574	10.637	5.825
Créditos tributários e previdenciários	-	-	24.040	28.011	Tributos diferidos	5.352	6.897	3.164	5.403
Despesas antecipadas	-	-	-	2	Passivos de contratos de seguro e resseguro aceito	-	-	524.915	488.246
Ativos de contratos de resseguro mantido e retrocessão	-	-	303.260	257.522	Outros débitos	5.530	628	5.727	1.832
Ativos de direito de uso	5.386	-	5.444	1.839	Provisões judiciais	38	628	235	1.015
Investimentos	608.384	549.240	12	14	Passivos de arrendamento	5.492	-	5.492	817
Participações societárias	608.372	549.226	-	-	Patrimônio líquido	665.893	595.506	665.893	595.506
Outros investimentos	12	14	12	14	Capital social	457.417	457.417	457.417	457.417
Imobilizado	1.984	387	3.592	2.473	Reservas de lucros	205.077	136.800	205.077	136.800
Intangível	3.462	4.724	15.362	9.771	Outros resultados abrangentes	3.399	1.289	3.399	1.289
Total	<b>720.831</b>	<b>685.679</b>	<b>1.845.175</b>	<b>1.781.097</b>	Total do passivo e patrimônio líquido	<b>720.831</b>	<b>685.679</b>	<b>1.845.175</b>	<b>1.781.097</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Controladora		Consolidado	
	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
Receita com contratos de seguro e resseguro aceito	-	-	654.349	610.797
Despesas com contratos de seguro e resseguro aceito	-	-	(511.086)	(635.008)
Resultado com contratos de resseguro mantido e retrocessão	-	-	(13.740)	116.101
<b>Resultado da prestação de serviços de seguro, resseguro e retrocessão</b>	-	-	<b>129.523</b>	<b>91.890</b>
Receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivo	3.084	5.552	96.982	102.252
Resultado com outras aplicações financeiras	(4.235)	10.332	2.494	17.726
Outros resultados financeiros	154	65	2.249	2.876
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(997)</b>	<b>15.949</b>	<b>101.725</b>	<b>122.854</b>
Resultado financeiro líquido das operações com seguro e resseguro aceito	-	-	(38.244)	(36.247)
Resultado financeiro líquido das operações com resseguro mantido e retrocessão	-	-	20.164	20.056
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(997)</b>	<b>15.949</b>	<b>83.645</b>	<b>106.663</b>
Outras receitas e despesas operacionais	31.891	25.984	1.473	669
Despesas administrativas	(33.306)	(28.990)	(44.367)	(45.689)
Despesas com tributos	(3.894)	(3.816)	(18.894)	(20.060)
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>113.083</b>	<b>92.725</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>106.777</b>	<b>101.852</b>	<b>151.380</b>	<b>133.473</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(240)	(89)	(543)	(122)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>106.537</b>	<b>101.763</b>	<b>150.837</b>	<b>133.351</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(867)	(41.979)	(41.029)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.536	(2.571)	(785)	6.003
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>108.073</b>	<b>98.325</b>	<b>108.073</b>	<b>98.325</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	-	-	108.073	98.325
Quantidade de ações	417.143.153	417.143.153	417.143.153	417.143.153
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	259,08	235,71	259,08	235,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>108.073</b>	<b>98.325</b>	<b>108.073</b>	<b>98.325</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>				
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:</b>				
Variação no valor de mercado dos ativos financeiros a VJORA	(29)	25	(2.448)	10.331
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro, resseguro e retrocessão	-	-	5.967	(5.708)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	9	(9)	(1.409)	(1.848)
Ajuste reflexo investimento	(1.451)	6.184	-	-
Ajuste reflexo do resultado financeiro líquido de contratos de seguro, resseguro e retrocessão	3.581	(3.425)	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>110.183</b>	<b>101.100</b>	<b>110.183</b>	<b>101.100</b>
<b>Resultado abrangente atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	-	-	110.183	101.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2024	12/2023	12/2024	12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>108.073</b>	<b>98.325</b>	<b>108.073</b>	<b>98.325</b>
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortizações	1.506	1.426	4.773	3.392
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	(113.083)	(92.725)	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	867	41.979	41.029
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.536)	2.571	785	(6.003)
Juros e ajuste a valor justo de ativos financeiros	1.151	(15.884)	(99.515)	(119.977)
Outras provisões	75	(36)	119	74
	(3.814)	(5.456)	56.214	16.840
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>				
Ativos financeiros	-	-	(3.032)	(2.570)
Créditos fiscais e Previdenciários	(27)	(2.144)	7.082	(3.646)
Ativos de contratos de resseguro mantido e retrocessão	-	-	(66.894)	(36.234)
Despesas antecipadas	(713)	70	281	(995)
Outros ativos	5.840	28.249	2.940	27.381
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	(8.244)	(1.374)
Fornecedores e outras contas a pagar	(5.912)	(949)	(12.956)	5.269
Impostos e contribuições	319	(3.621)	(5.099)	7.044
Depósitos de terceiros	-	-	122	319
Passivo de contratos de seguro e resseguro aceito	-	-	54.830	78.984
Outros passivos	1.223	665	4.728	1.568
<b>Caixa (consumido) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(3.084)</b>	<b>16.814</b>	<b>29.972</b>	<b>92.586</b>
Impostos sobre lucro pagos	(224)	(2.431)	(44.101)	(45.111)
<b>Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(3.308)</b>	<b>14.383</b>	<b>(14.129)</b>	<b>47.475</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado	(1.971)	-	(2.450)	(802)
Aquisição de intangível	-	-	(8.527)	(4.689)
Alienação de imobilizado	268	44	582	86
Aquisição de títulos a VJORA	(26.685)	(65.726)	(633.577)	(833.508)
Alienação e juros de títulos a VJORA	58.702	40.003	174.898	144.030
Aquisição de títulos a valor justo por meio do resultado	-	-	(169.622)	(148.018)
Alienação e juros de títulos a valor justo por meio do resultado	-	11.423	728.130	824.585
Dividendos recebidos das controladas	47.491	31.227	3.169	2.575
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>77.805</b>	<b>16.971</b>	<b>92.603</b>	<b>(15.741)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Pagamento de passivos de arrendamento	-	(346)	(1.256)	(1.845)
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(74.491)	(31.227)	(74.491)	(31.227)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(74.491)</b>	<b>(31.573)</b>	<b>(75.747)</b>	<b>(33.072)</b>
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6</b>	<b>(219)</b>	<b>2.727</b>	<b>(1.338)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	104	323	2.940	4.278
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	110	104	5.667	2.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Há mais de 30 anos  
**garantindo negócios**  
que movem o país.

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

**JUNTO HOLDING BRASIL S.A.**

CNPJ/MF nº 09.288.056/0001-68

Av. Dr. Dário Lopes dos Santos, 2197 - 3º andar | Curitiba/PR

→ continuação

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outras reservas de lucros			
<b>Saldos representados em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>457.417</b>	<b>49.905</b>	<b>16.670</b>	<b>51.900</b>	<b>(1.486)</b>	<b>—</b>	<b>574.406</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	98.325	98.325
Outros resultados abrangentes do exercício	—	—	—	—	2.775	—	2.775
<b>Destinações propostas pela Administração:</b>							
Reserva legal	—	4.916	—	—	—	(4.916)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	(36.729)	(36.729)
Distribuição de dividendos discricionários	—	—	—	—	—	(43.271)	(43.271)
Outras reservas de lucros	—	—	—	13.409	—	(13.409)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>457.417</b>	<b>54.821</b>	<b>16.670</b>	<b>65.309</b>	<b>1.289</b>	<b>—</b>	<b>595.506</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>457.417</b>	<b>54.821</b>	<b>16.670</b>	<b>65.309</b>	<b>1.289</b>	<b>—</b>	<b>595.506</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	108.073	108.073
Outros resultados abrangentes do exercício	—	—	—	—	2.110	—	2.110
<b>Destinações propostas pela Administração:</b>							
Reserva legal	—	5.404	—	—	—	(5.404)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	(39.796)	(39.796)
Outras reservas de lucros	—	—	—	62.873	—	(62.873)	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>457.417</b>	<b>60.225</b>	<b>16.670</b>	<b>128.182</b>	<b>3.399</b>	<b>—</b>	<b>665.893</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras completas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

(Em milhares de Reais)

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Junto Holding Brasil S.A. (Controladora), foi constituída em 7 de maio de 2008, tendo como objeto social a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados. Uma joint venture entre o Paraná Banco S.A. com 50,5% das ações e a Travelers Brazil Acquisition LLC com 49,5% das ações, todas ordinárias e sem valor nominal.

O endereço registrado da sede da Controladora é Avenida Dr. Dário Lopes dos Santos, nº 2.197, 3º andar, Cj302, Bairro Jardim Botânico, Curitiba, PR, CEP 80010-210. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Controladora e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo").

**Entidades controladas**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Controladora possuía 100% de participação acionária nas empresas Junto Seguros S.A. e Junto Resseguros S.A.

A Junto Seguros S.A. tem por objeto social, as operações de seguros e cosseguros de danos, operando com foco no ramo de garantia de obrigações contratuais, judicial e fiança locatícia.

A Junto Resseguros S.A. tem por objeto social efetuar operações de resseguros e retrocessão no segmento de ramo de danos, operando principalmente no ramo de garantia de obrigações contratuais, judicial e fiança locatícia.

Integram ainda estas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos oriundos do fundo de investimento exclusivo - Junto Participações Fundo de Investimento em Ações, do qual a Controladora é a única cotista e, portanto detém, substancialmente, riscos e benefícios, e a Junto Controle de Riscos Ltda., empresa que possui como objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, e cujo capital é dividido entre a Junto Seguros S.A. (99,99%) e a Junto Resseguros S.A. (0,01%).

**2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, e as notas explicativas conforme legislação em vigor que estão divulgadas na íntegra no site do jornal.

**3 POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas na íntegra no site do jornal. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário.

**DIRETORIA**

**Roque Junior de Holanda Melo**  
Diretor Presidente

**Guilherme Malucelli Gobbo**  
Diretor Vice-Presidente

**Elisa Francielli Marchi Prestes**  
Diretora Financeira

**Daniel Fernando Pavelec**  
Diretor de Pessoas e Cultura

**Karine Chaves Santos**  
Diretora de Tecnologia

**Diego Marins Massara**  
Diretor Jurídico e de Compliance

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Leonardo Deeke Boguszewski**  
Presidente

**Bryce William Grissom**  
Vice-Presidente

**Cristiano Malucelli**  
Conselheiro

**Maria Olivo**  
Conselheira

**Guilherme Malucelli Gobbo**  
Conselheiro

**CONTADOR**

Hilário Mario Walesko - CRC/PR 29.585/O-9

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Junto Holding Brasil S.A. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://bemparana.com.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de março de 2025, sem modificações.

[www.juntoseguros.com](http://www.juntoseguros.com)


**Grupo Junto reafirma sua  
posição de protagonista do  
mercado segurador e registra  
lucro de R\$ 110 milhões  
em 2024!**

Viabilizar negócios é a  
**NOSSA GARANTIA**

[www.juntoseguros.com](http://www.juntoseguros.com)[www.juntore.com](http://www.juntore.com)

# VELSIS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

CNPJ: 36.926.807/0001-05

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e sociais vigentes, apresentamos e submetemos a apreciação da sociedade o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, da Mutação do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os quais foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Velsis Participações Societárias S/A é denominada Holding não operacional do Grupo Velsis. Constituída em 14 de abril de 2020, com sede na Rua General Mário Tourinho, nº 1805, Cidade de Curitiba/PR e tem por objeto social a participação em outras empresas como sócia, quotista ou acionista. O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 48.027 está representado por 12.038.625 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

No contexto do exercício de 2024, a Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A que atua no segmento equipamentos eletrônicos de medida, teste, segurança e controle de tráfego, por ser até o momento o único investimento da Velsis Participações Societárias S/A, respondeu pela íntegra do seu resultado, tendo como destaque, as seguintes movimentações:

(i) Ao longo de 2024, no atendimento a governos, um marco importante foi a nossa atuação nas licitações referente a segurança nas estradas e pesagem de veículos, onde terá importante impacto para 2025. No âmbito internacional, destacamos a conclusão da instalação de equipamentos em El Salvador, um projeto significativo iniciado em 2023, que abre portas para novos negócios em 2025.

(ii) Cabe mencionar que ao final de 2023 participamos de licitações relevantes nas quais fomos vencedores no município de São Paulo através de parceria em consórcio e em outros estados através de operação própria junto ao governo federal para fornecimento de equipamentos, instalação, manutenção, licença de uso

de software e prestação de serviços que contribuirá com nossa receita recorrente para os próximos cinco anos. Na controladora VSIS, consolidou-se o fornecimento de equipamentos para o mercado privado em El Salvador e México com a realização de serviços relevante que representou 15% do faturamento. Com isso, além da linha tradicional de prestação de serviços, consolidamos a expansão internacional nos mercados público e privado com o objetivo de tornar-se a maior plataforma de *Intelligent Transportation System (ITS)* da América Latina.

(iii) Ampliamos o projeto do novo segmento iniciado no ano anterior voltado para o conceito de novas tecnologias para rodovias e para cidades inteligentes e mobilidade em geral, e que será responsável pela nova plataforma de dados, captados pelos equipamentos atuais e de terceiros, que deverão ser comercializados pela Companhia, dentro da estratégia de ampliar o portfólio de produtos ofertados e ingressar no segmento de *"solution as a service"*.

A Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto, novos negócios e eficiência do ciclo financeiro e vem cumprindo a execução do plano de repêrimento da dívida homologado em 5 de dezembro de 2022 com seus pagamentos em dia.

Com relação ao contexto econômico-financeiro, a Companhia e sua controladora Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A., face a homologação da reestruturação da dívida financeira em 2022, apresentam capital circulante líquido consolidado positivo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 18.066 mil (em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 32.123 mil).

Agradecemos o apoio e a participação dos Senhores acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, órgãos governamentais e todos aqueles que tem participado ativamente do crescimento e desenvolvimento da entidade e permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente, A Administração

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 - (Em milhares de Reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024		31/12/2023	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	1	1	14.443	27.234		
Contas a receber de clientes	6	-	-	20.022	26.357		
Estoques	7	-	-	7.340	6.184		
Impostos diferidos	9	-	-	5.007	2.051		
Impostos a recuperar	8	7	9	12.182	17.651		
Partes relacionadas	19	-	-	6.514	2.657		
Créditos com consórcios	11	-	-	2.518	3.948		
Outras contas a receber	10	-	-	3.694	2.640		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>8</b>	<b>10</b>	<b>71.720</b>	<b>88.722</b>		
<b>Ativo não circulante</b>							
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.292	4.292		
Impostos diferidos	9	11	13	5.019	9.056		
Partes relacionadas	19	-	-	1.275	1.420		
Outras contas a receber	10	-	-	2.828	2.901		
Créditos com consórcios	11	-	-	6.105	8.689		
Investimentos	12	72.503	57.652	-	-		
Imobilizado	13	-	-	25.947	34.032		
Intangível	14	-	-	44.087	28.239		
Ativos de direito de uso	15	-	-	5.622	7.126		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>72.514</b>	<b>57.665</b>	<b>95.175</b>	<b>95.755</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>72.522</b>	<b>57.675</b>	<b>166.895</b>	<b>184.477</b>		
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores	16	34	38	7.099	6.564		
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	7.825	8.349		
Passivos de arrendamento	15	-	-	5.371	6.508		
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18	-	-	5.669	6.394		
Obrigações tributárias	8	-	-	17.473	19.852		
Débitos com consórcios	11	-	-	929	-		
Dividendos a pagar	-	-	-	-	517		
Outras contas a pagar	21	4.658	4.658	7.779	6.017		
Provisão para contingências	20	-	-	1.509	2.398		
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.692</b>	<b>4.696</b>	<b>53.654</b>	<b>56.599</b>		
<b>Passivo não circulante</b>							
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	24.751	33.114		
Passivos de arrendamento	15	-	-	1.797	2.051		
Obrigações tributárias	8	-	-	20.351	27.448		
Débitos com consórcios	11	-	-	5.078	10.437		
Partes relacionadas	19	18.387	9.554	464	1.923		
Outras contas a pagar	21	13.971	18.631	14.376	19.961		
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>32.358</b>	<b>28.185</b>	<b>66.817</b>	<b>94.932</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social	22	48.027	48.027	48.027	48.027		
Reservas de lucros	22	17.536	6.859	17.536	6.859		
Outros resultados abrangentes	22	(30.091)	(30.091)	(30.091)	(30.091)		
<b>Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>		<b>35.472</b>	<b>24.795</b>	<b>35.472</b>	<b>24.795</b>		
Participação de não controladores		-	-	10.952	8.152		
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>35.472</b>	<b>24.795</b>	<b>46.424</b>	<b>32.947</b>		
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>72.522</b>	<b>57.675</b>	<b>166.895</b>	<b>184.477</b>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita operacional líquida</b>					
(-) Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	-	-	(84.777)	(83.174)
<b>Lucro bruto</b>					
Despesas administrativas	25	(131)	(151)	(25.200)	(23.677)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(1.113)	89	3.943	(5.864)
Equivalência patrimonial	12	21.241	9.711	-	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>19.997</b>	<b>9.649</b>	<b>36.655</b>	<b>32.961</b>
Resultado financeiro	28	(3.199)	(3.222)	(6.598)	(18.059)
<b>Resultado antes da provisão do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>16.798</b>	<b>6.427</b>	<b>30.057</b>	<b>14.902</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	-	-	(8.628)	(6.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1)	13	(691)	101
Participação de não controladores	-	-	-	(3.941)	(2.563)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>16.797</b>	<b>6.440</b>	<b>16.797</b>	<b>6.440</b>
<b>Resultado básico por ação</b>					
(Valor do lucro por ação expresso em reais) Por ação ordinária		1,3953	0,5349	1,3953	0,5349

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>16.797</b>	<b>6.440</b>	<b>16.797</b>	<b>6.440</b>
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>16.797</b>	<b>6.440</b>	<b>16.797</b>	<b>6.440</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de Lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total
			Legal	Dividendos Obrigatórios	Reserva de lucros a realizar					
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>48.027</b>	<b>116</b>	<b>-</b>	<b>2.203</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.255</b>	<b>5.564</b>	<b>25.819</b>
Lucro do exercício		-	-	-	-	6.440	(30.091)	6.440	-	6.440
Reserva legal	22 (ii)	-	322	-	-	(322)	-	-	-	-
Reserva de lucros	22 (iii)	-	-	-	-	(4.589)	-	-	-	-
Distribuição dividendos ano anterior	22 (iii)	-	-	-	(1.900)	-	(1.900)	-	-	(1.900)
Dividendos obrigatórios	22 (iii)	-	-	1.529	-	(1.529)	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	2.588	-	2.588
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>48.027</b>	<b>438</b>	<b>1.529</b>	<b>303</b>	<b>4.589</b>	<b>(30.091)</b>	<b>24.795</b>	<b>8.152</b>	<b>32.946</b>
Distribuição dividendos ano anterior	22 (iii)	-	-	(1.529)	-	(4.591)	-	(6.120)	-	(6.120)
Lucro do exercício		-	-	-	-	16.797	-	16.797	-	16.797
Reserva legal	22 (ii)	-	840	-	-	(840)	-	-	-	-
Reserva de lucros	22 (iii)	-	-	-	-	(11.968)	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	22 (iii)	-	-	3.989	-	(3.989)	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	2.800	-	2.800
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>48.027</b>	<b>1.278</b>	<b>3.989</b>	<b>303</b>	<b>11.966</b>	<b>(30.091)</b>	<b>35.471</b>	<b>10.952</b>	<b>46.424</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Velsis Participações Societárias S/A é denominada Holding não operacional do Grupo Velsis. Constituída em 14 de abril de 2020, com sede na Rua General Mário Tourinho, nº 1805, na cidade de Curitiba/PR e tem por objeto social a participação em outras empresas como sócia, quotista ou acionista. O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 48.027 está representado por 12.038.625 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.  
A Velsis Participações Societárias S/A foi constituída mediante a integralização de participação societária detida pelos acionistas na Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A.  
As integralizações foram realizadas, como regra, com base no valor de custo apurado por cada acionista pessoa física e com base no valor justo no caso de acionista pessoa jurídica, nos termos dos laudos de avaliação de cada integralização, o que gerou uma transação de capital registrada no resultado abrangente no patrimônio líquido no montante de R\$ 12.827. Também foi contabilizado o aumento na rubrica de investimentos decorrente das participações nas reservas de lucros existentes no balanço da investida, que gerou uma transação de capital registrada no resultado abrangente no patrimônio líquido no montante de R\$ 2.758.

Em 27 de novembro de 2020, a Companhia adquiriu 1.132.429 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A, representativas de 8,6% de seu capital social no momento de aquisição, após negociações com a então titular Holland Investimentos e Participações Ltda. O contrato de compra e venda foi firmado entre as partes no montante de R\$ 23.502 e a dívida está apresentada em outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 21 – Outras contas a pagar). O montante de R\$ 3.480 correspondente a 8,6% de participação no Patrimônio Líquido da investida foi registrado nos Investimentos e o montante de R\$ 22.022 correspondente ao ágio pago na transação, foi registrado como transação de capital no resultado abrangente.

**Contexto econômico-financeiro da controladora e consolidado**  
A Administração da Companhia, frente a necessidade de investimento para manutenção do ciclo de crescimento robusto nas controladas de controle direto e indireto – Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A, VSIS Indústria e Comércio S.A e V.Tech Tecnologia e Sistemas Ltda., novos negócios e eficiência do ciclo financeiro, concluiu a reestruturação da dívida de empréstimos e financiamentos com o suporte de consultoria especializada e homologação do repêrimento da dívida financeira (Nota Explicativa nº 17 – Empréstimos

e financiamentos). O efeito da renegociação, juntamente com o planejamento tributário e a entrada de recursos provenientes da venda de mercadorias possibilitou o fechamento do ano com um forte crescimento de seu caixa e disponíveis. Na controladora, a dívida renegociada foi junto a terceiros (Nota Explicativa nº 21 – Outras contas a pagar).  
O balanço patrimonial da controladora demonstra capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 4.683 (R\$ 4.686 em 31 de dezembro de 2023), devido a dívida de outras contas a pagar conforme condições de pagamento estabelecidas no plano de recuperação extrajudicial. Contudo, para honrar essas obrigações, a Companhia avaliará, dentro das alternativas pertinentes e sob a chancela da diretoria, conselho e acionistas, as opções de aporte, mútuo e recebimento de lucros e dividendos das investidas, para recompor o caixa. A Administração da Companhia não vislumbra risco no cumprimento dessas obrigações.

#### Novos contratos

Ao longo de 2024, no atendimento a governos, um marco importante foi a nossa atuação nas licitações referente a segurança nas estradas e pesagem de veículos, onde terá importante impacto para 2025. No âmbito internacional, destacamos a conclusão da instalação de equipamentos em El Salvador, um projeto significativo iniciado em 2023, que abre portas para novos negócios em 2025.  
Cabe mencionar que ao final de 2023 participamos de licitações relevantes nas quais fomos vencedores no município de São Paulo através de parceria em consórcio e em outros estados através de operação própria junto ao governo federal para fornecimento de equipamentos, instalação, manutenção, licença de uso de software e prestação de serviços que contribuirá com nossa receita recorrente para os próximos cinco anos. Na controladora VSIS, consolidou-se o fornecimento de equipamentos para o mercado privado em El Salvador e México com a realização relevante que representou 15% do faturamento. Com isso, além da linha tradicional de prestação de serviços, consolidamos a expansão internacional nos mercados público e privado com o objetivo de tornar-se a maior plataforma de *Intelligent Transportation System (ITS)* da América Latina.

#### Novos projetos

Ampliamos o projeto do novo segmento iniciado no ano anterior voltado para o conceito de novas tecnologias para rodovias e para cidades inteligentes e mobilidade em geral, e que será responsável pela nova plataforma de dados, captados pelos equipamentos atuais e de terceiros, que deverão ser comercializados pela Companhia, dentro da estratégia de ampliar o portfólio de produtos ofertados e ingressar no segmento de *"solution as a service"*.

#### Empresa controlada – controle direto

A controladora Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. ("Controlada"), constituída em 24 de janeiro de 2006, com sede na Rodovia BR 277, nº 1586, na cidade de Curitiba/PR, tem por objetivo a fabricação, venda e locação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle; fabricação de equipamentos eletrônicos para a sinalização e alarme, segurança e controle de tráfego rodoviário, aéreo, ferroviário e marítimo. A Jô de filiais em São Paulo, Salvador, Uberlândia, Campina Grande, Manaus, Anápolis, João Pessoa, Alacoba, Cuiabá, Vitória, Castanhal, Curitiba, Aracaju e Novo Hamburgo, a Companhia possui uma subsidiária no México, a qual tem o objetivo de manter a presença local para fomentar venda de produtos e manter o suporte técnico das operações.

O capital social integralizado no valor total de R\$42.565 (R\$ 42.565 em 31 de dezembro de 2023) é composto por 13.864.268 (13.864.268 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Ao longo de 2024, manteve o foco no modelo de negócio com a expansão das vendas e soluções para o setor privado e internacional, manutenção da estrutura de capital com a realização do plano de realização da dívida financeira e planejamento tributário, governança, gestão de pessoas e inovação e que contribuiu para a melhoria dos resultados e no processo de gestão estratégica.

#### Empresas coligadas – controle indireto

A controladora VSIS Indústria e Comércio S/A ("VSIS") foi constituída em 10 de novembro de 2017, com sede na Rodovia BR 277, nº 1586, módulo 01, na cidade de Curitiba/PR e tem como atividade principal a fabricação, venda e locação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle para dar suporte às operações da Controladora. O capital social integralizado é de R\$ 7.612 e é composto por 7.610.766 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.  
A controladora V. Tech Tecnologia e Sistemas Ltda. ("V.Tech") foi constituída em 15 de julho de 2020, com sede na Rodovia BR 277, nº 1586, na cidade de Curitiba/PR e tem como atividade principal a prestação de serviços, instalação, locação e manutenção de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle para dar suporte às operações da Controladora. O capital social total no valor total de R\$ 14.000 é composto por 14.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) e está totalmente integralizado.  
A subsidiária no exterior do México, Sistemas de Velocidade S.A. de C.V. foi constituída em 2017, entrou em operação em 2019 e tem como finalidade manter a presença local para fomentar venda de produtos e manter o suporte técnico das operações. O capital social integralizado totaliza R\$ 2.744.

#### Participações em outras sociedades em conta de participação e consórcios

Em 31 de dezembro de 2024, a Velsis participava, como sócia ostensiva, em Sociedades em Conta de Participação (SCP), possuindo assim o controle e responsabilidade sobre todas as participações nessas sociedades, as quais são registradas em conformidade com a Lei nº 10.406/2002 instituída pelo Código Civil, em seu art. 991. As SCPs ativas na data-base são: Pátio Foz, Novo Hamburgo e João Pessoa. As SCPs

Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

#### Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

#### Impairment

A Companhia avalia o *impairment*, para as contas a receber de clientes, a abordagem simplificada conforme permitida pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis, quando aplicável. Para 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou valores significativos correspondentes às perdas desta natureza.

#### d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

#### e) Caixa e equivalentes a caixa

Incluem os saldos em caixa e contas correntes (depósitos bancários à vista) e aplicações financeiras em instituições financeiras, considerados de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão atualizadas pelos rendimentos auferidos até a data da demonstração financeira.

#### f) Contas a receber de clientes e provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e a faturado decorrente de medições realizadas, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

A provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

#### g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada, excluindo os impostos, quando recuperáveis e incluindo os gastos incorridos na aquisição de estoques, os custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condição atuais.

#### h) Investimentos

Os investimentos nas empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Controladora. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

Demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição e reduzidos por provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

#### i) Imobilizado

##### i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

##### ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

##### iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo reduzido do valor residual estimado para o bem.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	20% a.a.
Equipamentos eletrônicos	20% a 33,33% a.a.
Instalações	10% a.a.
Computadores e periféricos	20% a 33,33% a.a.
Veículos	29% a.a. (*)
Beneficiárias em imóveis locados	

(\*) Taxa média de acordo com cada contrato de aluguel.

#### iv) Arrendamentos

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 – “Arrendamentos”.

#### i) Ativos intangíveis

##### i) Marcas e patentes

Referem-se aos gastos incorridos pela Companhia para o registro de marcas e patentes.

##### ii) Softwares

Os referidos intangíveis possuem vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

##### iii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos-futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

##### iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos-futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

#### v) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A taxa de amortização utilizada é a seguinte:

Desenvolvimento novos projetos - Concluídos	20% a.a.
Softwares	20% a.a.

#### k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

#### l) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### m) Partes relacionadas

Registrados pelo valor nominal das transações e títulos representativos desses créditos e obrigações, acrescido de juros, quando aplicáveis, incorridas até a data do encerramento do exercício, que incluem transações de mútuos e reembolsos de despesas compartilhadas. As transações seguem as condições pactuadas mediante contrato firmado entre as partes, exceto o mútuo a pagar para a controlada Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A.

#### n) Receita operacional

##### i) Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

##### ii) Prestação de serviços, incluindo locação

A Companhia e suas controladas estão envolvidas na prestação de serviços. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com a prestação de serviços com base em medições dos respectivos serviços.

#### o) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, juros recebidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos e financiamentos, multas e juros sobre parcelamentos tributários, perdas com variação cambial e descontos concedidos.

#### p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto

diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes aos impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos.

#### q) Novas normas e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 não trouxeram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A administração avaliará no ano de 2024 os possíveis impactos, caso aplicável a Companhia.

#### 4. Determinação do valor justo

As divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo.

#### i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data-base das demonstrações financeiras.

#### ii) Passivos financeiros não derivativos

São mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	1	1	7.589
Aplicações financeiras (i)	-	-	4.771
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>14.443</b>

(i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, aos fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

#### 6. Contas a receber de clientes

O saldo é composto pelos seguintes valores:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Clientes nacionais	-	28.110	25.504
Clientes internacionais	-	1.823	9.978
(-) Provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa	-	(5.619)	(4.833)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>24.314</b>	<b>30.649</b>

Ativo circulante - 20.022 26.357  
Ativo não circulante - 4.292 4.292

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por idade de vencimento:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	-	16.405	16.022
Vencidos até 30 dias	-	30	3.394
Vencidos de 31 a 60 dias	-	1.269	23
Vencidos de 61 a 90 dias	-	30	-
Vencidos de 91 a 180 dias	-	1.041	5.895
Vencidos de 181 a 360 dias	-	1.139	3.085
Vencidos acima de 361 dias	-	4.400	2.020
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>24.314</b>	<b>30.649</b>

A provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa é constituída pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos recebíveis. Em 31 de dezembro de 2024, o valor desta provisão é de R\$ 5.619 (R\$ 4.833 em 2023) e foi constituído considerando o histórico de perdas e contempla a expectativa de eventuais perdas futuras dos saldos a vencer.

A Companhia possui recebíveis provenientes da operação de Maceió que estavam em negociação junto ao referido órgão e em 4 de dezembro de 2023 o processo foi julgado definitivamente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas da 14ª Vara Cível da Fazenda Municipal e já transitou em julgado. Em 19 de fevereiro de 2024 foi protocolado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas pedido de expedição de precatório (processo nº 0733745-66.2018.8.02.0001) no valor de R\$ 7.571, atualizado até 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.786 em 31 de dezembro de 2023), líquido dos honorários advocatícios, decorrente dos recebíveis de direito da controladora junto a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT).

Para os saldos vencidos a Administração não identificou a necessidade de registro de provisão para perdas adicionais, uma vez que o prazo médio de recebimento que é de 120 dias e o fato de os recebíveis representarem operações substancialmente com órgãos governamentais para os quais não apresentam risco significativo de insuficiência de caixa para liquidação de saldos devedores.

Movimentação da provisão para redução de créditos de liquidação duvidosa:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	-	(4.833)	(2.918)
Constituição no período	-	(786)	(1.915)
<b>Saldo no encerramento do exercício</b>	<b>-</b>	<b>(5.619)</b>	<b>(4.833)</b>

#### 7. Estoques

O saldo é composto dos seguintes valores:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Estoques - Matéria-prima	-	3.212	4.271
Estoques - Peças para manutenção	-	-	-
Estoques - Produtos em processo	-	757	504
Estoques - Produtos acabados	-	3.371	1.409
<b>Saldo no encerramento do exercício</b>	<b>-</b>	<b>7.340</b>	<b>6.184</b>

#### 8. Impostos

O saldo de impostos é composto dos seguintes valores:

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
IRPJ e CSLL (i)	7	8.708	13.939
INSS	9	307	601
PIS e Cofins	-	2.277	1.542
ICMS	-	613	1.009
ICMS	-	79	213
Impostos retidos sobre serviços	-	198	338
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>12.182</b>	<b>17.655</b>

(i) A redução expressiva deve-se basicamente da utilização do IRRF decorrente de aquisição de serviços e saldo negativo no período.

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO			
ICMS	-	144	108
ICMS parcelamento TAP (i)	-	1.064	1.988
IPI	-	14	3
PIS e Cofins	-	3.383	3.402
IRPJ e CSLL (viii)	-	844	4.952
PERT Parcelamento (ii)	-	2.738	3.027
Parcelamento Ordinário (iii)	-	1.301	1.851
Parcelamento Federal (iv)	-	1.197	1.814
Parcelamento PGN (v)	-	716	1.381
Parcelamento Municipal (vi)	-	1.286	1.593
Parcelamento Simplificado (vii)	-	23.724	25.985
Demais impostos a recolher	-	1.413	1.194
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>37.824</b>	<b>47.298</b>

Passivo circulante - 17.473 19.852  
Passivo não circulante - 20.351 27.446

(i) Os valores devidos de ICMS referem-se substancialmente ao exercício de 2019 e 2022 e foram parcelados através dos Termos de Acordo de Parcelamentos (RICMS Art. 86) esses débitos foram renegociados em novembro de 2022 e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data.

(ii) (Em agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) (MP nº 783/2017); estes débitos serão quitados em 145 parcelas.

(iii) Em junho de 2018 e novembro de 2019 a Companhia homologou o Parcelamento Ordinário (Lei nº 10.522/2002) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL, o qual foi renegociado em dezembro de 2021 e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data.

(iv) Em dezembro de 2019 a Companhia homologou o Parcelamento Ordinário (Lei nº 10.522/2002) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IPI, IRPJ e CSLL, o qual foi renegociado em dezembro de 2021 e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data.

(v) Em março de 2020 a Companhia homologou o Parcelamento Especial junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IPI, IRPJ e CSLL, o qual foi renegociado e serão quitados em 60 parcelas a partir desta data.

(vi) Em novembro de 2022, a Companhia homologou o Parcelamento Administrativo de débitos (Decreto nº 25.344/2014, Art. 19, § 1º, I) para a regularização dos débitos fiscais de ISS, que serão quitados em 60 parcelas, a partir desta data.

(vii) Em junho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2022 os débitos de impostos foram parcelados na modalidade Parcelamento Simplificado (Lei nº 10.522/2002) e serão quitados em 60 parcelas. Em fevereiro, abril e maio de 2023 a Companhia homologou o Parcelamento Simplificado (Lei nº 10.522/2002) para regularização dos débitos fiscais de PIS, Cofins, IPI, IRPJ e CSLL, e serão quitados em 60 parcelas.

(viii) Em 29 de novembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.740, que trata da autogestualização inexistente de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e a regulamentação foi publicada em 29 de dezembro de 2023 – IN RFB nº 2.168. O programa abrange débitos não constituídos até 30 de novembro de 2023 e destacamos as principais disposições: (i) a utilização do prejuízo fiscal e base de cálculo negativa e/ou

precatórios para liquidação de até 50% da dívida consolidada; (ii) redução integral dos valores de multas de mora e de ofício e de juros; e (iii) possibilidade de pagamento parcelado com parcelas mensais acrescidas de juro Selic.

#### Programa de Autorregularização

Em 08 de março de 2024, a Companhia e sua controlada Vsis homologaram a adesão ao programa de autorregularização junto a Receita Federal do Brasil. O montante do débito atualizado totaliza R\$ 7.904 e deduzidos da multa e juros restam R\$ 6.378, dos quais, R\$ 4.932 na Controladora e R\$ 1.446 na controlada Vsis. Após a compensação na proporção de 50% através de prejuízo fiscal previsto no programa, o saldo remanescente de R\$ 3.189, dos quais R\$ 2.

**12. Investimentos**  
**i) Composição dos saldos da controladora**

Razão Social	% Participação		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial		Valor do investimento	
	2024	2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A.	95%	95%	83.456	22.358	21.241	9.711	72.503	57.652
<b>Total</b>			<b>83.456</b>	<b>22.358</b>	<b>21.241</b>	<b>9.711</b>	<b>72.503</b>	<b>57.652</b>

**ii) Movimentação do investimento**

	Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S/A	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.752	-
Equivalência patrimonial	9.711	(1.900)
Distribuição dividendos	(1.900)	89
Outros (a)	89	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>57.652</b>	<b>21.241</b>
Equivalência patrimonial	21.241	(6.119)
Distribuição dividendos	(6.119)	(271)
Outros (a)	(271)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>72.503</b>	<b>-</b>

(a) Refere-se ao reflexo do ajuste acumulado de conversão da controlada.  
 iii) Resumo da investida

	Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S/A	
	31/12/2024	31/12/2023
Participação no capital social	95%	95%
<b>Total do ativo</b>	<b>185.262</b>	<b>101.806</b>
<b>Total dos passivos</b>	<b>83.456</b>	<b>83.456</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>101.806</b>	<b>18.350</b>
Capital Social	42.565	42.565
Resultado do exercício	22.358	-
Reservas	36.883	-
Recalculadas	142.689	-

**13. Imobilizado**  
**i) Composição do saldo (consolidado)**

	2024		2023	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	1.049	(526)	523	484
Máquinas e equipamentos	1.108	(447)	661	679
Equipamentos eletrônicos	86.413	(64.016)	22.397	29.864
Computadores e periféricos	2.917	(1.691)	1.226	1.448
Veículos	1.507	(768)	739	1.230
Beneficiárias em imóveis locados	1.500	(1.099)	401	327
<b>Total</b>	<b>94.494</b>	<b>(68.547)</b>	<b>25.947</b>	<b>34.032</b>

**ii) Movimentação do custo (consolidado)**

	Movimentação em 2024				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	911	176	(38)	-	1.049
Máquinas e equipamentos	1.001	107	-	-	1.108
Equipamentos eletrônicos	85.431	4.717	(3.735)	-	86.413
Computadores e periféricos	2.730	230	(43)	-	2.917
Veículos	1.733	-	(226)	-	1.507
Beneficiárias em imóveis locados	1.408	92	-	-	1.500
<b>Total</b>	<b>93.214</b>	<b>5.322</b>	<b>(4.042)</b>	<b>-</b>	<b>94.494</b>

	Movimentação em 2023				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	713	204	(6)	-	911
Máquinas e equipamentos	495	544	(38)	-	1.001
Equipamentos eletrônicos	77.589	9.308	(1.486)	-	85.431
Computadores e periféricos	1.971	777	(18)	-	2.730
Veículos	1.410	481	(158)	-	1.733
Beneficiárias em imóveis locados	1.266	142	-	-	1.408
Imobilizado em andamento	2.106	-	-	-	2.106
<b>Total</b>	<b>85.550</b>	<b>11.456</b>	<b>(3.792)</b>	<b>-</b>	<b>93.214</b>

**iii) Movimentação da depreciação (consolidado)**

	Movimentação em 2024				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(427)	(104)	5	-	(526)
Máquinas e equipamentos	(322)	(125)	-	-	(447)
Equipamentos eletrônicos	(55.567)	(11.768)	3.319	-	(64.016)
Computadores e periféricos	(1.282)	(419)	10	-	(1.691)
Veículos	(503)	(265)	-	-	(768)
Beneficiárias em imóveis locados	(1.081)	(18)	-	-	(1.099)
<b>Total</b>	<b>(59.182)</b>	<b>(12.699)</b>	<b>3.334</b>	<b>-</b>	<b>(68.547)</b>

	Movimentação em 2023				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	
Móveis e utensílios	(355)	(78)	6	-	(427)
Máquinas e equipamentos	(248)	(74)	-	-	(322)
Equipamentos eletrônicos	(43.363)	(13.114)	910	-	(55.567)
Computadores e periféricos	(996)	(289)	3	-	(1.282)
Veículos	(335)	(210)	42	-	(503)
Beneficiárias em imóveis locados	(1.070)	(11)	-	-	(1.081)
<b>Total</b>	<b>(46.367)</b>	<b>(13.776)</b>	<b>961</b>	<b>-</b>	<b>(59.182)</b>

**Revisão das vidas úteis**

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - "Ativo Imobilizado", sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

**Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a administração realizou testes com o objetivo de identificar a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar registrados acima do seu valor recuperável. Após tais análises a administração não identificou indicadores, internos ou externos, de que os valores recuperáveis desses ativos sejam inferiores aos seus valores contábeis, consequentemente, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

**Garantias**

Existem bens dados em garantias, os quais são adquiridos através de operações de Finame, cuja garantia para tais operações são os próprios bens.

**14. Intangível**  
**i) Composição do saldo (consolidado)**

	2024		2023	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	28.487	-	28.487	14.015
Desenvolvimento novos projetos - concluído	34.173	(19.948)	14.225	12.845
Marcas e patentes	1.147	(535)	612	585
Softwares	1.668	(905)	763	794
<b>Total</b>	<b>65.475</b>	<b>(21.388)</b>	<b>44.087</b>	<b>28.239</b>

Os projetos em andamento referem-se ao desenvolvimento de novas tecnologias e produtos e possuem prazos estimados de conclusão para os próximos 12 meses. Estão diretamente ligados a expansão da tecnologia para geração de benefício futuro específico para o negócio da Companhia.

**ii) Movimentação do custo (consolidado)**

	2024				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	14.015	20.472	-	(6.000)	28.487
Desenvolvimento novos projetos - concluído	28.173	-	-	6.000	34.173
Marcas e patentes	1.011	136	-	-	1.147
Softwares	1.470	198	-	-	1.668
<b>Total</b>	<b>44.669</b>	<b>20.806</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.475</b>

	2023				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - em andamento	3.848	16.057	(1.219)	(4.671)	14.015
Desenvolvimento novos projetos - concluído	29.979	92	(6.569)	4.671	28.173
Marcas e patentes	966	88	(43)	-	1.011
Softwares	1.316	262	(108)	-	1.470
<b>Total</b>	<b>36.109</b>	<b>16.499</b>	<b>(7.939)</b>	<b>-</b>	<b>44.669</b>

**iii) Movimentação da amortização (consolidado)**

	2024				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - concluído	(15.328)	(4.620)	-	-	(19.948)
Marcas e patentes	(426)	(109)	-	-	(535)
Softwares	(676)	(229)	-	-	(905)
<b>Total</b>	<b>(16.430)</b>	<b>(4.958)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21.388)</b>

	2023				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	
Desenvolvimento novos projetos - concluído	(16.212)	(5.685)	6.569	-	(15.328)
Marcas e patentes	(358)	(111)	43	-	(426)
Softwares	(599)	(185)	108	-	(676)
<b>Total</b>	<b>(17.169)</b>	<b>(5.981)</b>	<b>6.720</b>	<b>-</b>	<b>(16.430)</b>

**15. Arrendamento mercantil**

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos de Direito de Uso	-	-	5.622	7.126
Locação de imóveis	-	-	2.096	2.096
Locação de veículos	-	-	662	1.976
Locação de equipamentos	-	-	2.389	3.054

**Passivos de arrendamentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Salários	-	-	1.912	2.593
Pró-labore a pagar	-	-	58	58
Encargos sociais	-	-	875	1.146
Provisão de férias e 13º Salário	-	-	2.820	2.486
Outros	-	-	4	11
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.669</b>	<b>6.394</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	-	-	5.371	6.508
Locação de imóveis	-	-	1.553	1.187
Locação de veículos	-	-	647	2.287
Locação de equipamentos	-	-	3.171	3.034
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.742</b>	<b>13.006</b>

**ii) Movimentação dos saldos ativos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	-	-	7.126	2.913
Saldo em 1º de janeiro	-	-	7.126	2.913
Adição por novos contratos	-	-	5.136	9.873
Despesa de amortização reembolsada/implantação	-	-	(412)	-
Baixa por encerramento de contratos	-	-	-	107
Despesa de amortização	-	-	(6.228)	(5.767)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.622</b>	<b>7.126</b>

**iii) Movimentação dos saldos passivos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo	-	-	8.559	3.268
Saldo em 1º de janeiro	-	-	8.559	3.268
Juros provisionados	-	-	(704)	(2.033)
Juros pagos	-	-	1.087	1.737
Juros pagos via ND	-	-	-	-
Adição por novos contratos	-	-	5.840	11.915
Despesa de juros reembolsada/implantação	-	-	67	-
Baixa por encerramento de contratos	-	-	-	(159)
Pagamentos	-	-	(7.681)	(6.109)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.168</b>	<b>8.559</b>

As demonstrações de resultado incluem os seguintes montantes relacionados aos arrendamentos (incluído em custos e despesas - encargo total de depreciação - Notas Explicativas nºs 24 e 25):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso	-	-	(6.228)	(5.767)
Locação de imóveis	-	-	(1.814)	(1.497)
Locação de veículos	-	-	(1.066)	(1.557)
Locação de equipamentos	-	-	(3.348)	(2.713)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.456)</b>	<b>(11,534)</b>

**Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	-	-
Os pagamentos de arrendamentos totalizaram	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(7.315)</b>

**16. Fornecedores**

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	34	38	6.705	6.299
Fornecedores internacionais	-	-	394	265
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>38</b>	<b>7.099</b>	<b>6.564</b>

**17. Empréstimos e financiamentos**

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/	

sembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2024 pela distribuição de dividendos no valor de R\$2.500, a serem pagos até 31.05.2024, de forma proporcional a participação societária detida por acionista na Companhia.

**iv) Reserva de lucros a realizar**  
O saldo de lucros não realizados permanecerá na reserva de lucros a realizar, conforme Art. nº 197, §1, inciso I da Lei nº 6.404/76.

Na Assembleia Ordinária de 25 de abril de 2024 restou consignado que o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$3.618 seria efetivamente distribuído aos acionistas desde que cumpridas as regras e condicionantes estabelecidas como Política de Dividendos.

**v) Outros resultados abrangentes**  
No exercício de 2020, a Velsis Participações Societárias S/A teve seu capital social aumentado com a integralização de participações detidas pelos acionistas na Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A, assim como houve a aquisição de participação societária detida por terceiro na Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. Esses atos societários ocorreram entre abril e novembro de 2020, considerando o valor de custo registrado por cada acionista, o que gerou uma transição de capital registrada no resultado abrangente no patrimônio líquido da Companhia. A seguir, um breve descritivo do valor que compõem o saldo de R\$ 30.091.

Transação de capital na transferência de ações da investida entre os sócios (a) 12.287  
Reservas de lucros incorporadas da investida (b) (2.758)  
Ágio na compra e venda de ações (c) 20.022  
**Total 30.091**

(a) Em 2020, foi registrado o montante de R\$ 12.287 em outros resultados abrangentes, proveniente das integralizações de capital que foram realizadas, como regra, com base no valor de custo apurado por cada acionista pessoa física e valor justo no caso de pessoa jurídica, nos termos dos laudos de avaliação de cada integralização, oriundo da reestruturação societária, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1;

(b) Montante devido ao aumento registrado no Ativo em Investimentos decorrente das participações nas reservas de lucros existentes no balanço da investida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1; e

(c) Em 2020, foi registrado o montante de R\$ 20.022 em outros resultados abrangentes, proveniente do reconhecimento do ágio da aquisição de 8,6% da controlada Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. devidamente suportado pelo laudo de alocação do preço pago e que tem por finalidade de atender as determinações do pronunciamento técnico CPC 18 – Investimentos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

**23. Receita operacional líquida**

A receita líquida da Companhia e suas controladas possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Mercado interno</b>				
Venda de produtos	-	-	17.401	70
Prestação de serviços	-	-	115.992	104.813
Locação	-	-	28.519	28.327
<b>Mercado externo</b>				
Venda de produtos	-	-	1.168	-
<b>Receita operacional bruta</b>			<b>163.080</b>	<b>162.787</b>
(-) Deduções (a)	-	-	-	-
(-) Deduções da receita	-	-	(20.391)	(17.111)
<b>Total</b>			<b>142.689</b>	<b>145.676</b>

(a) As deduções referem-se principalmente aos impostos sobre vendas.

**24. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados**

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos produtos vendidos	-	-	9.300	7.002
Custos dos serviços prestados	-	-	611	-
Salários e encargos sociais	-	-	17.496	15.582
Prestação de serviços (a)	-	-	21.408	17.552
Infraestrutura	-	-	5.900	6.444
Gastos gerais	-	-	8.474	9.713
Depreciação e amortização	-	-	21.528	28.881
<b>Total</b>			<b>84.777</b>	<b>83.174</b>

(a) A prestação de serviços considera fornecedores exclusivos para atender as necessidades operacionais, tais como serviços de manutenção, locação de equipamentos para prestação de serviços, consultoria de informática, entre outros.

**25. Despesas administrativas**

As despesas administrativas da Companhia e suas controladas possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com pessoal e encargos	74	54	8.054	6.561
Despesa com serviços de terceiros	21	37	5.415	5.914
Despesas gerais	36	60	1.930	1.963
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	-	-	2.471	2.586
Despesas comerciais	-	-	3.812	3.808
Despesas da Administração	-	-	1.163	1.193

Depreciação e amortização	-	-	2.355	1.652
<b>Total</b>	<b>131</b>	<b>151</b>	<b>25.200</b>	<b>23.677</b>

**26. Outras receitas (despesas) operacionais**  
As outras receitas (despesas) operacionais líquidas da Companhia e suas controladas possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado no encerramento de operação (I)	-	-	3.989	(3.708)
Ganho (Perda) na alienação de ativo imobilizado	-	-	14	182
Perda com recebíveis	-	-	-	(685)
Crédito tributário sobre arrendamento	-	-	533	385
Custo baixa ativo imobilizado por desmobilização	-	-	(344)	(455)
Recuperação de despesas	-	-	206	509
Créditos extemporâneos de impostos (II)	-	-	2.475	272
Despesas indebitáveis (III)	-	-	(1.087)	-
Despesas com contingências (IV)	-	-	(501)	(2.820)
Despesas com partes relacionadas	(842)	-	(842)	-
Outras	(271)	89	(500)	456
<b>Total</b>	<b>(1.113)</b>	<b>89</b>	<b>3.943</b>	<b>(5.684)</b>

(I) Trata-se dos saldos remanescentes de operações com parceiros que foram encerradas ao longo do exercício, tais como consórcio VMR, Rodando Legal, SV, Velsis Suprema e a Sucursal na Colômbia;

(II) Os créditos extemporâneos referem-se a créditos de Pis, Cofins, ICMS provenientes, basicamente, de prestação de serviços e aquisição de materiais vinculados diretamente as operações da Companhia;

(III) O montante de despesas indebitáveis referem-se exclusivamente a gastos e prestações de contas relacionados a viagens; e

(IV) A redução expressiva do valor com relação ao ano anterior, deve-se ao encerramento de um processo cível que ocorreu em 2024, cujo registro da provisão ocorreu em 2023 (vide Nota Explicativa nº 20 – Contingências).

**27. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos com aplicações financeiras	-	-	1.017	2.227
Descontos obtidos	-	-	438	239
Juros ativos	-	-	97	104
Variações cambiais ativas	-	-	482	128
Outras receitas	-	-	3.874	2.540
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>5.908</b>	<b>5.238</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(4.103)	(5.489)
Juros sobre mútuos	(990)	-	-	(19)
Despesas bancárias	(5)	(2)	(122)	(215)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.087)	(1.737)
Variações cambiais passivas	-	-	(132)	(1.009)
Juros passivos	(2.204)	(3.219)	(2.740)	(3.458)
Descontos concedidos	-	-	(55)	(19)
Juros e encargos sobre parcelamentos tributários	-	-	(1.730)	(7.461)
Outras despesas	-	(2)	(2.487)	(3.909)
<b>Total</b>	<b>(3.199)</b>	<b>(3.223)</b>	<b>(12.506)</b>	<b>(23.297)</b>
<b>Total</b>	<b>(3.199)</b>	<b>(3.222)</b>	<b>(6.598)</b>	<b>(18.059)</b>

**28. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia ou suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras.

**Contas a receber e fornecedores**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações.

**Empréstimos e financiamentos**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

**Gerenciamento dos riscos financeiros**

**Visão geral**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. As políticas de crédito fixadas pela administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento análise de crédito.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que oscilações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se aos movimentos de preços.

**29. Cobertura dos seguros (não auditado)**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais refere-se ao seguro de veículos com cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, assegurado pelo valor de mercado.

**30. Resultado por ação**

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado básico por ação</b>				
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas	16.797	6.440	16.797	6.440
Por ação ordinária	16.797	6.440	16.797	6.440
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Média ponderada de número de ações ordinárias	12.039	12.039	12.039	12.039
Média ponderada de número de ações preferenciais	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.039</b>	<b>12.039</b>	<b>12.039</b>	<b>12.039</b>
<b>Resultado básico</b>				
Lucro por ação ordinária	1,3953	0,5349	1,3953	0,5349

**31. Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Consolidado</b>		
Total dos empréstimos	32.576	41.463
Caixa e equivalentes de caixa (-)	(14.443)	(27.234)
Dívida líquida	18.133	14.229
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>46.425</b>	<b>32.946</b>
<b>Total do capital</b>	<b>64.558</b>	<b>47.175</b>
Índice de alavancagem financeira - %	28%	30%

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da Velsis Participações Societárias S.A. Curitiba – PR

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Velsis Participações Societárias S/A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Velsis Participações Societárias S/A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

**Capital circulante líquido negativo na controladora**

O balanço patrimonial da controladora demonstra capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 4.683 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.686 em 31 de dezembro de 2023), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (Contexto operacional), devido à dívida de outras contas a pagar apurada em decorrência do plano de recuperação extrajudicial (reperfilamento da dívida). Contudo, para honrar as obrigações, a Companhia avaliará, dentro das alternativas pertinentes e sob a chancela da diretoria, conselho e acionistas, as opções de aporte, mútuo e recebimento de lucros (dividendos) produzidos pelas investidas para recompor o caixa. A administração da Companhia não vislumbra risco no cumprimento dessas obrigações, observado o respectivo indicador positivo no Consolidado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outros assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas

por nós, e emitimos relatório em 17 de abril de 2024 contendo parágrafos de outros assuntos relacionado ao capital circulante líquido negativo da controladora, devido ao mesmo motivo mencionado no parágrafo de ênfase deste relatório.

**Auditoria da empresa controlada**

As demonstrações financeiras da controlada Velsis Sistemas e Tecnologia Viária S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por nós e emitimos relatório sem modificação em 06 de março de 2025.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
  - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
  - Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Curitiba, 24 de março de 2025  
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC PR-008.839/F-9  
Marcello Palamartchuk - Contador CRC 1PR-049.038/O-9

**ADMINISTRAÇÃO**

Guilherme Guimarães Araújo  
Diretor Presidente

Arthur Sá de Villemor Negri  
Diretor Executivo

Luiz Carlos Valle Ramos  
Diretor Financeiro

**CONTABILIDADE**

Daniella Wolff Cordeiro Stinglin  
Contadora - CRC PR 046954/O-8

Reservas: (41) 3350-6620

OS INVESTIDORES ESTÃO DE OLHO NOS SEUS GASTOS. ATÉ MESMO O GASTO COM ESTE ANUNCIO.

- melhor custo/benefício
- busca/entrega do material
- produção da arte do material

**BEM PARANÁ**